

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

ALESSANDRA ATTI

**Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky
aplicado à disciplina de Catalogação descritiva**

São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

Versão Corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

ALESSANDRA ATTI

**Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky
aplicado à disciplina de Catalogação descritiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação. Linha de pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva.

São Paulo
2021

Atti, Alessandra, 1977-

Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky aplicado à disciplina de Catalogação descritiva / Alessandra Atti ; orientador, José Fernando Modesto da Silva. -- São Paulo, 2021.

145 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Inclui referências.

Versão Corrigida.

1. Lubetzky, Seymour, 1898-2003. 2. Catalogação descritiva. 3. Representação descritiva. 4. Ensino de Catalogação. 5. Estratégias de ensino. I. Silva, José Fernando Modesto da. II. Título

CDD 21. ed. – 025.31

FOLHA DE APROVAÇÃO

Atti, Alessandra. **Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky aplicado à disciplina de Catalogação descritiva**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Escola Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

Aprovada em: 08/12/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra.	Valéria Martin Valls
Instituição	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Julgamento	_____
Prof. Dr.	Marcelo Nair dos Santos
Instituição	Universidade Federal do Espírito Santo
Julgamento	_____

***Aos que me ensinaram a
“arte de catalogar”***

AGRADECIMENTOS

Nunca foi sorte, sempre foi luta!

A etapa que encerro, neste momento, certamente foi a mais difícil de todas. Envolveu muita persistência, dedicação, confiança e amor incondicional à profissão para a qual me dedico há 23 anos. Foi uma longa caminhada, dificultada pela pandemia da COVID-19, que nos tirou do convívio social, fechou nossas bibliotecas e nos aprisionou em casa. Poderia ter sido pior se, no caminho, eu não tivesse encontrado pessoas dispostas a me estender a mão.

Meu sincero agradecimento ao professor e orientador Dr. José Fernando Modesto da Silva, a quem tenho como Mestre e responsável pelo desenvolvimento do meu pensamento científico na área da Catalogação. Nada que eu lhe disser será suficiente para expressar minha gratidão por ter acreditado no meu sonho e no caminho que pretendo trilhar, daqui em diante.

À Neil Hodge, bibliotecário na *University of Califórnia* em Los Angeles, que acendeu a luz no final do túnel. Em meio à pandemia, com a *Charles E. Young Research Library* fechada, fotografou (com o próprio celular) 1616 páginas de documentos da *Collection Articles Seymour Lubetzky (1938-2003)*, essenciais para a condução da pesquisa.

À Miki Goral, também bibliotecária *University of Califórnia* em Los Angeles, por ter promovido um dos meus encontros com Seymour Lubetzky. Ao entrevistá-la, viajei no tempo e no espaço. Durante duas horas, sentei nos bancos da *UCLA School of Library Service* e assisti a uma aula de Lubetzky. Foi um prazer conhecê-la!

À banca examinadora de qualificação, por avaliar o andamento desta dissertação e contribuir nos redirecionamentos imprescindíveis à prossecução da pesquisa.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Ao Programa de Aperfeiçoamento do Ensino da USP, que oportunizou a experiência de aprimorar minha formação para a atividade didática de graduação.

Ao meu primo Marcelo Pellegrini Filho, que prontamente se dispôs a me ajudar na entrevista, por videochamada, com Miki.

Ao meu sobrinho Bernardo, pela colaboração nos momentos finais que antecederam a conclusão desta dissertação.

Ao amigo (irmão) João de Pontes Junior, pela cumplicidade, amizade e carinho. Além de ouvir minhas lamentações, por mais de dois anos, sempre atendeu de imediato a todos os meus pedidos de ajuda.

À minha Mãe, por aguentar meu mal humor e minhas implicâncias.

À Ana Clara, minha filha, que em muitos momentos, mesmo sem entender nada do que eu estava falando, ouvia com carinho e respeito meus devaneios científicos.

A Deus, por ter aberto todas as portas que me trouxeram até aqui!

RESUMO

Atti, Alessandra. **Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky aplicado à disciplina de Catalogação descritiva**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Escola Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

O surgimento dos *Functional Requirements for Bibliographic Records*, do *Bibliographic Framework*, do *International Federation of Library Associations and Institutions Library Reference Model* e a substituição do Anglo-American Cataloguing Rules – Second edition pela RDA, indicam a necessidade de entendimento teórico acerca dos princípios e objetivos da Catalogação, exigindo profissionais mais reflexivos e menos seguidores de códigos, regras e normas. À vista disso, torna-se fundamental discutir o ensino de Catalogação, para refletir sobre metodologias que favoreçam a revisão dos métodos e técnicas aplicadas, pelos professores das escolas de Biblioteconomia, na docência da disciplina, em prol da formação de profissionais críticos, investigativos e qualificados para o exercício de suas funções. Nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo abordar as estratégias, adotadas por Seymour Lubetzky, para o ensino da Catalogação na *School of Library Service* da *University of California (UCLA)*. A intenção foi compreender se essas estratégias são adequadas à formação profissional do bibliotecário, que irá atuar frente às mudanças ocorridas na teoria e na prática da Catalogação, bem como sua aplicabilidade nos cursos de Biblioteconomia brasileiros. Para tanto, empreendeu-se um estudo exploratório e descritivo, a partir de levantamento bibliográfico e documental, para proporcionar uma visão geral acerca da disciplina de Catalogação, sua implicação para o desenvolvimento da área e, essencialmente, desvelar aspectos do método de ensino de Seymour Lubetzky, não explorados anteriormente. A pesquisa bibliográfica iniciou com a abordagem dos princípios fundamentais da Catalogação e seguiu a trajetória evolutiva da área, entendida como parte de um processo que promoveu, ao longo do tempo, o conhecimento que fundamenta as discussões atuais. Ao apresentar como a disciplina é ministrada, no Brasil e no mundo, observou-se que os avanços tecnológicos impuseram desafios e tornaram o ensino ainda mais complexo. Com o exame da trajetória de Lubetzky, ficou comprovada a influência de seu ideário na evolução da Catalogação, neste século. Enquanto professor, ele defendia que o currículo contemplasse a teoria e prática, que os alunos fossem encorajados a pensar e a explorar a Catalogação. Ao analisar os documentos que integram a *Collection Articles Seymour Lubetzky (1938-2003)*, na *Library Special Collections, University Archives*, da UCLA, para descrever os procedimentos utilizados por Lubetzky durante a docência, observou-se que o professor se dedicou a formar bibliotecários bem fundamentados na teoria e prática da Catalogação, a prepará-los para enfrentar, com sabedoria, as complexidades crescentes pelas quais a área avançava, o que incluía os problemas de automação das atividades das bibliotecas. Dessa maneira, o modelo de ensino desenvolvido por ele, opõe-se ao modelo de educação profissionalizante, por incentivar a formação de bibliotecários reflexivos, ao garantir as condições de análise crítica e oportunidade de crescimento profissional. Por fim, considera-se que metodologia de Lubetzky é uma combinação de competência prática e envolvimento emocional com o campo da Catalogação, o que o torna único, como profissional e docente, motivo pelo qual é inviável replicar sua técnica didática, podendo-se, contudo, tê-lo como referência para estimular uma percepção do ensino e da forma como a disciplina pode ser ministrada.

Palavras-chave: Lubetzky, Seymour, 1898-2003. Catalogação descritiva. Representação descritiva. Ensino de Catalogação. Estratégias de ensino.

ABSTRACT

Atti, Alessandra. **Abordagem do processo de ensino de Seymour Lubetzky aplicado à disciplina de Catalogação descritiva**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Escola Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

The emergence of the *Functional Requirements for Bibliographic Records*, the *Bibliographic Framework*, the *International Federation of Library Associations and Institutions Library Reference Model*, and the replacement of the *Anglo-American Cataloguing Rules – Second Edition* by RDA, indicates the need for theoretical understanding of the principles and objectives of Cataloging, requires more open-minded professionals and fewer code, rule, and standard followers. Therefore, it's essential to discuss the teaching of Cataloging, to reflect on methodologies that benefit the revision of methods and techniques applied, by professors of Librarianship schools, in teaching the discipline, in favor of training critical, investigative and qualified professionals for the exercise of their functions. In this context, the research aimed to address the strategies, adopted by Seymour Lubetzky, for the teaching of Cataloging at the *School of Library Service da University of California (UCLA)*. The intention was to understand whether these strategies are suitable for the professional training of the librarian, who will act in the face of changes regarding the theory and practice of Cataloging. For this purpose, an exploratory and descriptive study was carried out, based on a bibliographical and documentary survey, to supply an overview of the Cataloging discipline, its implications for the development of the area and, essentially, to unveil aspects of Seymour Lubetzky's, teaching method, not previously explored. The bibliographical research began with a rundown of the fundamental principles of Cataloging and the evolutionary trajectory of the area, understood as part of a process that, over time, promoted the knowledge that underlies current discussions. When presenting how the discipline is taught in Brazil and in the world, it was observed that technological advances have posed challenges and made teaching even more complex. Examining Lubetzky's path, the influence of his ideas on the evolution of Cataloging in this century was proven. As a professor, he advocated that the curriculum contemplate theory and practice, and that students be encouraged to think about and explore Cataloging. When analyzing the documents that make up *Collection Articles Seymour Lubetzky (1938-2003)*, in the *Library Special Collections, University Archives, from UCLA* to describe the procedures used by Lubetzky as a professor, it was observed that he was very busy training librarians well-founded in the theory and practice of Cataloging and in preparing them to wisely face the growing complexities with which the area was advancing (including the issues of automating library activities). Thereby, the teaching model developed by him is opposed to the professionalizing education model, as it encourages the formation of reflective librarians and guarantees them conditions for critical analysis and opportunities for professional growth. To cap it all off, Lubetzky's methodology is seen as a combination of practical competence and emotional involvement with the field of Cataloging, which makes him stand out as a professional and a professor. That's why it's impracticable to replicate his didactic technique. He can be used as a reference to stimulate an awareness of teaching and how the discipline can be taught, though.

Key words: Lubetzky, Seymour, 1898-2003. Descriptive cataloging. Descriptive representation. Cataloging Teaching. Teaching Strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contribuições dos principais pensadores da Catalogação no século XIX	29
Figura 2 – Publicações que marcaram o desenvolvimento da Catalogação no século XX	32
Figura 3 – Produtos da Catalogação resultantes da Conferência de Paris	34
Figura 4 – Evolução dos projetos desenvolvidos para automação da Catalogação	36
Figura 5 – Síntese das iniciativas para padronização internacional da Catalogação	39
Figura 6 – Mapa dos países estudados	42
Figura 7 – Síntese do ensino da Catalogação nos Estados Unidos	47
Figura 8 – Síntese do ensino da Catalogação no Reino Unido	49
Figura 9 – Síntese do ensino da Catalogação na Nigéria	51
Figura 10 – Síntese do ensino da Catalogação na China	54
Figura 11 – Síntese do ensino da Catalogação na Austrália	56
Figura 12 – Síntese do ensino da Catalogação no México	57
Figura 13 – Síntese do ensino da Catalogação no Egito	59
Figura 14 – Síntese do ensino da Catalogação no Brasil	63
Figura 15 – Publicações em Alemão	101
Figura 16 – Carta de Seymour Lubetzky a Mrs. Frances K. Holbrook	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de Catalogação	23
Quadro 2 – Síntese dos principais acontecimentos na Catalogação entre os séculos XVI e XVIII	27
Quadro 3 – Programas desenvolvidos pela LC	37
Quadro 4 – Síntese do ensino da Catalogação no mundo	63
Quadro 5 – Cronologia bibliográfica de Seymour Lubetzky	75
Quadro 6 – Essência do método de Lubetzky	82
Quadro 7 – Síntese dos princípios metodológicos de Lubetzky	85
Quadro 8 – Conteúdo do Curso, 1961	93
Quadro 9 – Conteúdo do Curso, 1963	94
Quadro 10 – Conteúdo do Curso, 1967	97
Quadro 11 – Divisão temática da bibliografia de 1967	98
Quadro 12 – Principais títulos de periódicos	101
Quadro 13 – Bibliografia de 1961 e 1963	102
Quadro 14 – Modelo da avaliação do curso e do corpo docente	104
Quadro 15 – Bibliografia, 1967 - <i>Purposes, Problems, Principles</i>	108
Quadro 16 – Conteúdo do <i>Curso Developments in Cataloging and Classification</i> (1968)	110
Quadro 17 – Depoimentos de alunos e bibliotecários da UCLA	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, second edition</i>
AACR3	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, third edition</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
ALIA	<i>Australian Library and Information Association</i>
BIBFRAME	<i>Bibliographic Framework</i>
BN	<i>Biblioteca Nacional</i>
CALCO	<i>Catálogo Legível por Computador</i>
CBU	<i>Controle Bibliográfico Universal</i>
CDD	<i>Classificação Decimal de Dewey</i>
CI	<i>Ciência da Informação</i>
CILIP	<i>Chartered Institute of Library and Information Professionals</i>
CIP	<i>Cataloguing in Publication</i>
FEBAB	<i>Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições</i>
FESPSP	<i>Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo</i>
FR	<i>Functional Requirements</i>
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
GSE&IS	<i>Graduate School of Education and Information Studies</i>
IBICT	<i>Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IFLA LRM	<i>International Federation of Library Associations and Institutions Library Reference Model</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Descriptions</i>
ISBD (M)	<i>International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications</i>
JSC	<i>Joint Steering Committee</i>
LA	<i>Library Association</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LCSH	<i>Library of Congress Subject Headings</i>

LIS	<i>Library and Information Studies</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MLIS	<i>Master of Library & Information Science</i>
NPAC	<i>National Program for Acquisitions and Cataloging</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
OPAC	<i>Online Public Access Catalog</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RDC	<i>Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress</i>
RIEC	<i>Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação</i>
UCLA	<i>University of California, Los Angeles</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIMARC	<i>Universal Machine Readable Cataloging</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA	17
1.2	HIPÓTESES E OBJETIVOS	18
1.3	METODOLOGIA	19
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2	A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA CATALOGAÇÃO	23
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CATALOGAÇÃO E SUAS FUNÇÕES	23
2.2	TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DA ÁREA	26
2.2.1	A constituição da Catalogação	26
2.2.2	A moderna Catalogação e os primeiros teóricos	28
2.2.3	A Catalogação e os princípios normativos	29
2.2.4	A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação	32
2.2.5	Os sistemas automatizados e a criação de registros bibliográficos	34
2.2.6	A padronização internacional	36
3	ENSINO DA CATALOGAÇÃO	41
3.1	NO MUNDO	42
3.2	NO BRASIL	59
4	SEYMOUR LUBETZKY	66
4.1	A TRAJETÓRIA	66
4.2	O ENSINO	77
5	DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO DE LUBETZKY	87
5.1	PLANO DE ENSINO	89
5.1.1	Objetivos do curso	91
5.1.2	Conteúdo	92
5.1.3	Bibliografia	98
5.1.4	Avaliação do curso	104

5.2	RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO	106
5.3	CURSOS DE EXTENSÃO	108
5.4	PESQUISA	111
5.5	DEPOIMENTO DISCENTE	111
6	CONSIDERAÇÕES	114
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de aprimorar o desenvolvimento das atividades relacionadas à organização e disponibilização dos documentos, levou à criação dos primeiros Cursos de Biblioteconomia: o da *École Nationale des Chartes*, na França, em 1821, e o da *Columbia University*, em 1887, nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro curso foi estabelecido em 1915, com o intuito de suprir a escassez de um corpo técnico mais qualificado para atuar na Biblioteca Nacional (BN).

Desde então, a Biblioteconomia acompanhou o desenvolvimento da tecnologia e a sua aplicação nas atividades de organização e tratamento da informação. O acesso às coleções, por meio de ferramentas virtuais, rompeu barreiras geográficas, tecnológicas e permitiu maior interação do usuário com o conhecimento organizado.

Com o crescente uso da tecnologia nas atividades biblioteconômicas, novos padrões e requisitos foram desenvolvidos, para tratar e disponibilizar a informação, tais como a *Resource Description and Access (RDA)*, os *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, o *Bibliographic Framework (BIBFRAME)*, o *IFLA Library Reference Model (IFLA LRM)*, entre outros, oriundos do advento dos novos suportes informacionais e das atuais necessidades dos usuários.

Entretanto, para que bibliotecas e sistemas de informação alcancem o sucesso almejado com a aplicação desses padrões e requisitos, é essencial que a teoria e os princípios sobre os quais se baseia o sistema de Catalogação sejam explorados e esclarecidos exaustivamente. Dessa maneira, novos desafios são colocados ao ensino e à prática da Catalogação que, historicamente, foi governada por regras, códigos e fichas impressas em padrão de 7,5 x 12,5 cm.

Dull (2011, 2011, p. 116, tradução nossa) diz que “a Catalogação e, mais importante, o ensino da Catalogação pode ser um teste decisivo para o futuro bem-sucedido da profissão, à medida que nos levantamos para enfrentar esses desafios”. Então, como ensinar a pensar a Catalogação e não simplesmente como catalogar? Como encorajar os alunos a pensar e a explorar a Catalogação e não apenas ensinar um emaranhado de códigos e regras?

Novas habilidades, necessárias ao bibliotecário, poderão ser desenvolvidas por um ensino que possibilite a formação de profissionais críticos, ativos e criativos que, por meio de sua ação e reflexão, possam intervir na realidade em prol das transformações pelas quais a Catalogação avança. Logo, o professor tem um papel

fundamental, que seguindo os ideais de Freire (2006), deve não apenas ensinar os conteúdos aos alunos, mas também ensiná-los a pensar certo.

Como reflexo da consciência de que a disciplina de Catalogação precisa desenvolver seus próprios métodos e estratégias, docentes têm formulado e incorporado propostas de ensino às suas práticas. Porém, mantêm, na base do ensino da disciplina, regras e códigos que governam os processos catalográficos, o que favorece a valorização exagerada da técnica em detrimento de compreensões teóricas primordiais para a formação atual do bibliotecário.

Contrário a isso, Seymour Lubetzky, professor emérito da escola de Biblioteconomia da *University of California, Los Angeles* (UCLA), revolucionou e rompeu com o conservadorismo do ensino e com a visão da Catalogação como uma disciplina eminentemente prática. Ele acreditava que a disciplina deveria combinar teoria e prática, evitar a memorização e exigir que fossem demonstrados os domínios dos princípios fundamentais, em vez de detalhes em demasia. Seus ideais são observados nas estratégias adotadas para o ensino da Catalogação, sendo tais estratégias o objeto deste estudo.

À vista disso, intenta-se responder à seguinte indagação: As estratégias de ensino utilizadas por Seymour Lubetzky são adequadas à formação profissional do bibliotecário que atuará frente às mudanças ocorridas na teoria e na prática da Catalogação e aplicáveis ao ensino da disciplina nos cursos de Biblioteconomia brasileiros?

Para fins deste estudo, considera-se estratégias de ensino os meios utilizados, pelo professor, para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, sendo elas: palestras, discussões em sala, materiais utilizados, aulas de laboratório, leituras extraclasse, dentre outras opções. Esses recursos agregam valor ao processo de ensino e só têm relevância quando estão diretamente relacionados aos objetivos pretendidos na disciplina.

A consciência da trajetória do desenvolvimento da área da Catalogação, bem como da problemática que envolve o ensino da disciplina, levou à preposição do problema de pesquisa anunciado, para o qual é apresentada sua relevância e oportunidade de realização por meio desta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

A motivação para investigar e apreciar as estratégias de Seymour Lubetzky surgiu quando a pesquisadora se aproximou da teoria da Catalogação mediante participação, como aluna especial, na disciplina “Catalogação ao cubo: estudos conceituais sobre Catalogação descritiva em um universo de metadados”, ministrada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A participação despertou o interesse pelo aprofundamento nos escritos de Seymour Lubetzky, com o intuito de analisar de que modo o seu legado poderia contribuir com as reflexões inerentes ao ensino e à prática da área da Catalogação, tendo em vista, especialmente, as mudanças globais para as quais os bibliotecários brasileiros, em sua maioria, não se encontram preparados ou não manifestam maior atenção.

O cenário configurado na última década, com o surgimento dos FRBR, do BIBFRAME, do IFLA LRM e a substituição do *Anglo-American Cataloguing Rules – Second edition* (AACR2) pela RDA, indica a necessidade de um entendimento teórico, acerca dos princípios e objetivos da Catalogação, que estão além do uso dos instrumentos de normalização.

Trata-se de mudanças urgentes que demandam a formação de profissionais mais reflexivos e menos seguidores de códigos, regras e normas. Para tanto, as escolas de Biblioteconomia e seus professores necessitam rever suas metodologias de ensino, sobretudo os conteúdos teóricos e práticos das disciplinas de Catalogação, empreendendo readequações curriculares necessárias à formação atual do bibliotecário, tornando possível que ele intervenha na realidade em prol das transformações pelas quais a Catalogação avança.

Vale lembrar que o domínio da Catalogação é essencial para aqueles que desejam ser bibliotecários, e não apenas àqueles que desejam ser catalogadores. Gorman (2002) diz ser inconcebível ao bibliotecário prestar um bom atendimento aos usuários da biblioteca se ele nada souber da arquitetura dos catálogos e as maneiras pelas quais os materiais são expressos e agrupados, ou ainda, orientar o uso da biblioteca e de sua coleção sem conhecer sobre a organização e a representação da informação. Os conhecimentos sobre Catalogação também são essenciais para o desempenho das funções do bibliotecário no desenvolvimento de coleções, no

gerenciamento de bibliotecas, de serviços de informação e documentação, entre outras.

Freire (2006, p. 25) diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção”, ou seja, é o processo por meio do qual são criadas as possibilidades de produção e construção do conhecimento pelos alunos. Nessa perspectiva, é vislumbrada a formação de profissionais comprometidos com as transformações do campo da Biblioteconomia e da Catalogação.

Ainda que outros estudos sobre o ensino da Catalogação no Brasil tenham sido realizados, dentre os quais são citados Castro, Sales, Simionato (2016), Souza (2009), Pereira (2013), Pereira e Santos (2004) Pereira e Rodrigues (2005), Mey (1995, 2005), Ribeiro (2004), Mey e Silveira (2010), Mey e Moreno (2012) e Baptista (2006), nenhum deles analisa as estratégias de ensino utilizadas na disciplina, tão pouco apresentam reflexões sobre a viabilidade da adoção dessas estratégias no processo de ensino-aprendizagem da Catalogação.

À vista disso, esta dissertação apresenta uma contribuição inédita e importante aos estudos sobre o ensino da Catalogação, considerando que as discussões sobre as estratégias utilizadas por Seymour Lubetzky, procuram provocar reflexões que favoreçam a revisão dos métodos e técnicas aplicadas pelos professores das escolas de Biblioteconomia brasileiras, na docência da disciplina de Catalogação, em prol da formação de profissionais críticos, investigativos e qualificados para o exercício de suas funções.

1.2 HIPÓTESES E OBJETIVOS

As estratégias de Seymour Lubetzky:

- a) estão fundamentadas na crença de que o ensino da Catalogação se opõe ao modelo de educação profissionalizante, modelo baseado no ensino técnico e mecânico, que desconsidera a importância da reflexão e do desenvolvimento do pensamento crítico para a formação profissional;
- b) privilegiam o ensino que incentiva a formação de um profissional reflexivo;
- c) podem agregar valor ao ensino da Catalogação e contribuir com o desenvolvimento da área frente às mudanças anunciadas.

De modo a testar essas premissas, são colocados os seguintes objetivos específicos:

- a) destacar os princípios fundamentais da Catalogação e a trajetória evolutiva da área, com a intenção de perceber as influências no ensino da Catalogação;
- b) apresentar o ensino da Catalogação no Brasil e no mundo para compreender como as teorias e práticas da Catalogação foram abordadas;
- c) apresentar a trajetória profissional e acadêmica de Seymour Lubetzky para demonstrar que seus ideais permanecem presentes na Catalogação;
- e) descrever e analisar os procedimentos adotados por Lubetzky no ensino da Catalogação, a fim de refletir sobre como sua metodologia pode favorecer a formação de um catalogador mais crítico e reflexivo em relação à sua prática.

Pretende-se, ao atingir esses objetivos, alcançar o propósito mais amplo desta pesquisa: abordar as estratégias de ensino utilizadas por Lubetzky na docência da disciplina de Catalogação descritiva, com o intento de provocar reflexões acerca da necessidade de revisão dos métodos e técnicas aplicadas ao ensino da Catalogação, nas escolas de Biblioteconomia brasileiras.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada se constituiu de um estudo exploratório e descritivo, a partir de levantamento bibliográfico e documental, por meio do qual, pretendeu-se proporcionar uma visão geral concernente à disciplina de Catalogação e sua implicação para o desenvolvimento da área e, essencialmente, desvelar aspectos ainda inexplorados do método de ensino de Seymour Lubetzky.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de referências teóricas analisadas e publicadas, em materiais impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e teses. Os textos selecionados propiciaram o conhecimento sobre o que já se estudou a respeito do tema, razão pela qual os materiais tornaram-se fontes indispensáveis este estudo.

A epistemologia da Catalogação foi abordada com base nos seguintes autores, entre brasileiros e estrangeiros: Baptista (2006), Barbosa (1978), Campello (2006), Denton (2007), Estivill Rius (2012), Garrido Arilla (1996), Knowlton (2009), Litton

(1971), Lubetzky (2001), Machado, Von Helde, e Couto (2007), Mann (1962), Martinho (2010), Mey (1995), Souza (2009) e Tillett (2007).

O levantamento bibliográfico, realizado no portal de Periódicos da CAPES¹, possibilitou localizar na literatura internacional autores que retrataram o ensino da Catalogação no mundo, assim distribuídos: nos Estados Unidos, Garrett (1997); Holley (2002); Hill (1985); Joudrey (2002); Koh (2002); Saye (2002) e Snow e Hoffman (2015); no Reino Unido, Bowman (2006); na Nigéria, Iwe (2005); na China, Si (2005) e Ma (2005); na Austrália, Harvey e Reynold (2006); no México, Martinez Arellano (2006) e; no Egito, Hady e Shaker (2006). Dentre as publicações que tratam do ensino de Catalogação no Brasil, foram evocados: Baptista (2006); Castro (2000); Castro; Sales e Simionato (2016); Hübner (2021), Machado; Von Helde, e Couto (2007); Modesto (2007); Mueller (1985); Pereira (2013); Souza (2009).

De autoria de Seymour Lubetzky, foram coletados e estudados os textos que compõem o livro *Writings on the Classical art of Catalogin*, publicado em 2001, e alguns artigos de periódicos, dentre eles, *On Teaching Catalogin*. Tal percurso viabilizou a compreensão do pensamento de Lubetzky, desde os seus primeiros escritos sobre os problemas de Catalogação, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, até a consolidação e reiteração de sua postura filosófica e metodológica, nas décadas seguintes.

A trajetória e o método de ensino de Lubetzky foi apresentada por meio de seus próprios escritos (LUBETZKY, 1965, 1969, 2001), e dos textos de Barbosa (1978), Carpenter (1998), Denton (2007), Dull (2011), Fiuza (1985), Galeffi (2009), Intner (2002), Osborn (1941), Santa Anna (2018) e Tillett (2007).

Para a análise documental, foram coletados materiais retrospectivos que integram a *Collection Articles Seymour Lubetzky (1938-2003)*, a *Library Special Collections* e a *University Archives*, nos quais se revelaram concepções tanto explícitas quanto subjacentes sobre as estratégias de ensino de Lubetzky. Os primeiros contatos com a UCLA, para a obtenção das cópias, ocorreram em fevereiro de 2020. Poucos dias depois, as atividades da biblioteca foram suspensas devido às medidas de combate a COVID-19².

Por insistência da pesquisadora, no final de abril de 2021, o bibliotecário Neil M. Hodge, coordenador de atendimento da *Special Collections, Charles E. Young*

¹ Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

² Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/COVID-19>

Research Library, fotografou e disponibilizou 1616 páginas dos seguintes documentos: *Specialist in Bibliographic and Cataloging Policy (1951-1960)*; *Letter to the Academic Senate, UCLA and Bibliography for Cataloging Course (1960,1963)*; *Recommendation by Seymour Lubetzky to Professor Baughman*; *Notes on Projects and Cataloging Editions*; *Bibliographic Dimensions in Information Control*; *Study Plan for Courses at the School of Library Service - Physical Description*; *Syllabi, Class List and Assessments to Catalog the Course Taught by Seymour Lubetzky in the Folders of the Graduate School of Library Science*; *Curricular Guidelines for the Master in Information Systems (MSIS)*; *Study of the Cataloging Program (1965-1969)*, entre outros.

O contato constante com a *Library Special Collections* da UCLA favoreceu o encontro da pesquisadora com a senhora Miki Goral, bibliotecária de referência na *UCLA Library*. Goral foi aluna de Seymour Lubetzky, em 1966 e 1967, e gentilmente concedeu uma entrevista por videoconferência, realizada na plataforma *Zoom Meeting*, em 22 de fevereiro de 2021, às 17h (horário de Brasília). A entrevista fundamentou a análise do observado no material recebido da UCLA.

Durante a entrevista concedida por Goral (2021), pesquisadora e entrevistada falaram sobre o quão Seymour Lubetzky é conhecido dos alunos e recém-formados pelo *Library & Information Science Graduate Program* da UCLA. O desejo da pesquisadora, nesse momento, foi saber se Lubetzky é abordado e estudado durante o curso. Goral, sem ter uma resposta imediata, se dispôs a coletar, por e-mail, alguns depoimentos de alunos e bibliotecários (aposentados e no exercício da profissão), graduandos e graduados na UCLA. Os depoimentos coletados são apresentados na seção que encerra o capítulo 5, no qual é apresentado o processo de ensino de Lubetzky.

Com base no percurso metodológico descrito, esta dissertação foi organizada em seis capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais, conforme dito a seguir:

1.4 ESTRUTURA

O **Capítulo Um** introduz, enuncia e contextualiza o tema e o problema tratado na pesquisa. Assinala a relevância e o interesse, apresenta a justificativa, as hipóteses, os objetivos e os procedimentos metodológicos.

O **Capítulo Dois** aborda as questões terminológicas, definições e conceitos de Catalogação, bem como sua evolução ao longo dos tempos, versando seus aspectos práticos e teóricos. Expõe a jornada percorrida para chegar à padronização das regras, aborda os mais significativos momentos da evolução histórica dos catálogos e da Catalogação, além de retratar figuras importantes na evolução e desenvolvimento da área.

O **Capítulo Três** traça o panorama do ensino da Catalogação no Brasil e no mundo. O caminho da disciplina é apresentado com base na literatura nacional e internacional, impulsionado pelo propósito de apresentar o seu *status quo*. Estados Unidos, Reino Unido, Nigéria, China, Austrália, México e Egito, além do Brasil, foram os países escolhidos, aleatoriamente, para refletir e capturar como a Catalogação é ensinada no mundo.

O **Capítulo Quatro** caracteriza a natureza, a dimensão e os princípios dos ideais de Seymour Lubetzky, aborda seu método de ensino à luz de discussões teóricas sobre a Catalogação. Lubetzky viveu até os 105 anos, durante 6 décadas se dedicou aos problemas da Catalogação, deixando um grande legado presente na prática e no ensino da disciplina, razão pela qual seu nome é indissociável de todas as mudanças que se operam nessa área do conhecimento, no século XXI.

O **Capítulo Cinco** apresenta as estratégias adotadas por Lubetzky para o ensino da Catalogação na UCLA, fundamentada na análise de documentos elaborados e/ou manuseados por ele, durante os anos em que esteve à frente da disciplina na referida universidade.

No **Capítulo Seis** são tecidas as considerações sobre o estudo, destacando aspectos da pesquisa e apontando outros caminhos que podem ser investigados.

2 A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA CATALOGAÇÃO

A Catalogação foi fruto de incansáveis estudos, discussões e críticas de especialistas, que visavam a padronização da descrição de documentos para o intercâmbio bibliográfico. Atualmente, agrega-se às discussões a aplicação das tecnologias nas atividades de organização e disponibilização da informação, feito que rompe as barreiras geográficas para acesso, intercâmbio e interação entre o usuário e o conhecimento organizado.

Dentre os estudiosos, no Brasil e no exterior, que se dedicaram e se dedicam ao seu estudo, destaca-se: Mey (1987 e 1995), Baptista (2006), Machado, Von Helde, e Couto (2007), Souza (2009), Martinho (2010), Mann (1962), Litton (1971), Garrido Arrilla (1996), Lubetzky (2001), Smiraglia (2008). É por meio desses estudos que se busca compreender “o que é” e “como” se chegou à Catalogação, tal como é conhecida, compreendida e praticada na atualidade. O ponto de partida é a discussão de seus conceitos e funções, em seguida, ao analisar a trajetória evolutiva da área, são recordados os princípios fundamentais, a intenção é contribuir com as discussões sobre o ensino da disciplina.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CATALOGAÇÃO E SUAS FUNÇÕES

Sem a pretensão de esgotar a discussão conceitual, porém, com o fito de assimilar o significado para alicerçar as discussões nos próximos capítulos, o Quadro 1 destaca os conceitos de Catalogação apresentados nessa seção.

Quadro 1 – Conceitos de Catalogação

<i>AUTOR</i>	<i>CONCEITO</i>
LITTON (1971)	Descrição detalhada da obra que se pretende disponibilizar para consulta. Fornece todas as informações necessárias para promover uma melhor comunicação dos catálogos com os usuários de sistemas de informação, por meio das tarefas do usuário de encontrar, identificar, selecionar e obter acesso a um recurso pretendido.
MEY (1995)	É o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de

	forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.
SOUZA (2009)	É o processo por meio do qual se descreve, formalmente, um documento ou recurso e se estabelece pontos de acesso. Proporciona, ao usuário final, a possibilidade de encontrar, identificar, selecionar e obter o documento, o recurso descrito ou a informação nele contida.
MARTINHO (2010)	Processo que engloba um conjunto de estratégias que se realizam sobre um recurso informacional, com o propósito de representá-lo a partir de suas características físicas e intelectuais, para estabelecer pontos de acesso para seu arranjo, identificação e recuperação no acervo.
LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE ENCYCLOPEDIA (2020)	Processo de criação e manutenção de registros bibliográficos e de autoridade do catálogo pertencentes a uma biblioteca.

Fonte: Elaborado pela autora.

Traços comuns são observados nos conceitos apresentados: descrição, organização e representação de características físicas e intelectuais, que permitem a comunicação entre os materiais que compõem um determinado acervo com o público a que se destina.

Segundo Lubetzky (2001), o processo de Catalogação envolve três atividades distintas: identificar o autor da obra e a entrada principal - atividade de identificação da obra; descrever e identificar a obra - atividade de observação e apresentação; analisar o assunto e promover a organização dos cabeçalhos de assuntos - atividade de análise e organização. Ainda, segundo o mesmo autor, a Catalogação descritiva tem o objetivo de descrever o conteúdo e a composição do livro e auxiliar o usuário na seleção de uma obra entre outras recuperadas.

Ao catalogar são utilizados métodos e técnicas que permitem identificar e tornar única uma obra, edição ou volume específico em sistemas de recuperação de informações. Mey declara que a Catalogação, de um modo geral, é:

um processo de decisão multidimensional que através de uma estrutura sucinta e padronizada de Dados e Informação sobre um item informacional ou documentário, tem como objetivo tornar o documento único e ao mesmo tempo multidimensionalizar suas possibilidades de recuperação e uso. (MEY, 1987, p. 3)

Assim, a Catalogação exerce função indispensável à organização da informação. O processo de representação do item descrito contribui, decisivamente, para a identificação e recuperação singular do documento. É parte de um objetivo maior e significativo, é uma tarefa complexa e essencial da biblioteconomia. Para

Smiraglia (2008), catalogar é mais do que a indexar pacotes de informações, é disseminar o conhecimento.

O processo catalográfico requer instrumentos normativos claros e abrangentes, tais como aqueles adotados internacionalmente: o *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), a RDA e os que neles se baseiam. Dessa forma, é fundamental que o bibliotecário catalogador conheça as regras de Catalogação, tenha familiaridade e saiba manusear os instrumentos normalizadores, além de ser imprescindível que o profissional represente corretamente o documento que tem em mãos, assim como que ele consiga realizar suas pesquisas.

A Catalogação serve à conveniência do usuário do catálogo, instrumento, efetivo e eficiente, que permite ao utilizador o cumprimento das tarefas de encontrar, identificar, selecionar, obter e navegar nas mais variadas formas de expressão do pensamento humano, manifestadas em diferentes suportes.

Apoiada na tecnologia da informação, oportuniza o processamento e a circulação das informações. Machado, Von Helde e Couto (2007) destacam que a Catalogação tem se apresentando como uma das ferramentas mais importantes para o compartilhamento de recursos, impulsionada pelas inovações tecnológicas que estão à disposição.

Há quem desconheça a importância e relevância da atividade de Catalogação, desempenhada pelo bibliotecário. Orlandi (1990) acredita que, ao considerar o catalogador como um mero aplicador de regras, estar-se-á limitando a Catalogação a um fazer. Não cabe desvincular a importância que a área desempenha na organização da informação, porém é necessário desconstruir certos pressupostos que acompanham a área e seu desenvolvimento. As normas para a padronização dos registros de informação desempenham um papel importante nos catálogos, pois, sem critérios e padrões não é possível ter um acervo organizado.

Na era digital, as opções para organizar a informação se expandiram, assim como as competências em Catalogação. Os catalogadores, provavelmente, enfrentam os desafios dessa era mais diretamente do que os outros profissionais da biblioteca. Contudo, a situação não é completamente nova, uma vez que as práticas empíricas de tratamento e organização da informação sempre existiram e foram se tornando cada vez mais complexas ao longo dos tempos.

O caminho percorrido para chegar à padronização das regras da Catalogação descritiva, e os mais significativos momentos da evolução histórica da área, são resgatados na seção a seguir. Figuras importantes são lembradas pela influência que exerceram na forma pensar, aplicar e desenvolver a Catalogação.

2.2 TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DA ÁREA

A história da Catalogação foi constituída pelo trabalho desenvolvido por bibliotecas, bibliotecários, leigos, associações e instituições de ensino e pesquisa que compartilham dos mesmos interesses em normatizar e padronizar a descrição de materiais para melhoria dos processos de busca, seleção, recuperação, localização e acesso a informações e ao conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento histórico da Catalogação possibilita compreender sua evolução ao longo dos tempos, observada nesta pesquisa pelas mudanças teórico-práticas apresentadas nas seções a seguir.

2.2.1 A constituição da Catalogação

Segundo Mey (1987) a Catalogação tem sido definida como o ato de elaborar catálogos, de modo que a história da Catalogação tem se limitado a apresentar a história dos catálogos e dos códigos. Dessa forma, a constituição da Catalogação é inaugurada com as tentativas de estabelecer normas e padrões para o registro dos materiais que compunham o acervo das bibliotecas.

Com invenção da imprensa, no século XV, o desenvolvimento do comércio livreiro e das atividades de impressão corroboraram com o crescimento dos acervos das bibliotecas e livrarias e com o surgimento dos primeiros catálogos impressos. O conceito dos catálogos ainda permaneceu o de catálogo-inventário, ou seja, para controle e gestão das coleções.

O Quadro 2 aponta os principais acontecimentos que marcaram o estabelecimento da Catalogação entre os séculos XVI e XVIII.

Quadro 2 – Síntese dos principais acontecimentos na Catalogação entre os séculos XVI e XVIII

Século XVI	✓ Primeiras tentativas para implementar normas rudimentares de Catalogação. ✓ Conrad Gesner incluiu em sua obra-prima, <i>Bibliotheca Universalis</i>, instruções para organização de livros em bibliotecas e um sistema aplicável às bibliotecas e às bibliografias. ✓ Andrew Maunsel compilou o <i>Catalogue of English Printed Book</i>. Maunsel fixou regras para o registro de obras e introduziu o ponto de acesso sob o sobrenome, para obras anônimas e para as traduções, sob o nome do tradutor. Estabeleceu a entrada uniforme para bíblia. ✓ O monge beneditino Florian Treffer (o Trefferus), publicou <i>Methodus Exhibens per Vários Índices, et Classes Subinde, Quorumlibet Librorum, Cuiuslibet Bibliothecae, Breven Facilem, Imitabilem Ordinationem</i>. O trabalho fazia referências à relação entre a busca e recuperação de um livro na biblioteca e a técnica de Catalogação para a descrição do livro. ✓ Primeiros intentos de sistematização dos métodos de Catalogação, situados em regras de Catalogação. ✓ Determinação de elementos básicos para a Catalogação bibliográfica.
Século XVII	✓ Gabriel Naudé recomendou um catálogo dividido por autores e assuntos e sugeriu que a organização das estantes permitisse a expansão da biblioteca. ✓ Bibliotecas começaram a introduzir mudanças por exigências dos leitores. ✓ As bibliotecas passaram a ter bibliotecários para atender e servir ao público. ✓ Procura de livros por assunto, tanto quanto, ou mais que, por autores. ✓ Regras rudimentares de Catalogação foram expostas no catálogo da Biblioteca Bodleiana.
Século XVIII	✓ Biblioteca do Museu Britânico publicou os primeiros catálogos impressos. ✓ Jean-Baptiste Massieu elaborou as primeiras regras de Catalogação de modo sistemático: <i>Instruction pour Procéder á la Confection du Catalogue de Chacune des Bibliothèques sur les Quelles le Directoires ont dú ou Doivent Incessamment Apposer les Scellés</i> (1791). Primeiro código francês e a única contribuição para a sofisticação dos procedimentos de Catalogação da época.

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Garrido Arilla (1996, p. 45) “existe certa Catalogação desde que existem os catálogos”. Na síntese histórica, apresentada no quadro acima, destacam-se os seguintes pontos: os primeiros intentos de sistematização dos métodos de Catalogação, atribuídos à Conrad Gesner (1548), Florian Trefferus (1560) e a Andrew Maunsell (1595); a exposição de regras rudimentares de Catalogação, na publicação do catálogo da Biblioteca Bodleiana, fato também observado em outros países, pela primeira vez na história da Catalogação europeia; o código francês de 1791, de apenas 15 páginas, que simboliza o primeiro conjunto de normas para a Catalogação bibliográfica aplicadas em escala nacional. Posteriormente, por volta de 1850, inicia-se a moderna Catalogação, sobre a qual se ocupa a seção a seguir.

2.2.2 A moderna Catalogação e os primeiros teóricos

As primeiras regras de Catalogação qualificadas como "modernas" surgiram na Europa e nos Estados Unidos, com a expansão dos acervos de algumas bibliotecas. Antonio Panizzi foi pioneiro ao inaugurar, em 1841, a moderna Catalogação com a publicação do conjunto de regras, que ficou conhecido como as “91 regras de Panizzi”, destinadas à Catalogação de livros e outros materiais do Museu Britânico (BLAKE, 2002; DENTON, 2007; GARRIDO ARILLA, 1996). Seu propósito era melhorar os catálogos da biblioteca do Museu Britânico, que, por consequência, influenciou a elaboração posterior de outros códigos, tanto na Europa como na América (GARRIDO ARILLA, 1996).

Desde então, os códigos de Catalogação estiveram em constante estado de transformação. Charles Coffin Jewett adaptou a maioria das regras de Panizzi, para o *Smithsonian Institution*, e publicou o *On the Construction of Catalogues of Libraries, and of a General Catalogue, and Their Publication by Means of Separate, Stereotyped Titles, With Rules and Examples*, em 1852 (KNOWLTON, 2009).

Andrea Crestodoro publicou, em 1856, o ensaio *The Art of Making Catalogues of Libraries*. Crestodoro defendia que a entrada principal, por autor, estivesse ordenada numericamente, com índice de nomes e assuntos. Ele também falava sobre a necessidade de dois catálogos, um catálogo inventário e outro de índice.

Charles Ammi Cutter dedicou várias décadas, da segunda metade do século XIX, ao desenvolvimento de *Rules for a Printed Dictionary Catalog*, ou *Rules for a Dictionary Catalog*, publicado em 1876. Esse foi o primeiro código sistemático de regras de Catalogação e, apesar de ser um código nacional, influenciou o mundo anglo-saxão, além de constituir a base da Catalogação americana (KNOWLTON, 2009). Cutter consagrou a existência da Escola Americana de Catalogação e foi considerado uma das figuras mais brilhantes do chamado “século de ouro da Catalogação”, época em que a Catalogação já era motivo de incessante preocupação, por parte dos bibliotecários, e despertava um crescente interesse em sua consolidação (BARBOSA, 1978).

A Figura 1 apresenta as contribuições dos principais pensadores da Catalogação no século XIX.

Figura 1 – Contribuições dos principais pensadores da Catalogação no século XIX

1841

Antonio Panizzi, publicou o primeiro código moderno de catalogação do Museu Britânico, que ficou conhecido como as “91 regras de Panizzi”.

1852

Charles Coffin Jewett, adaptou a maioria das regras de Panizzi para o *Smithsonian Institution* e publicou o *On the construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue, and their publication by means of separate, stereotyped titles, with rules and examples*.

1856

Andrea Crestodoro, publicou *The art of making catalogues of libraries: or a method to obtain in a short time a most perfect, complete, and satisfactory printed catalogue of the British Museum Library*.

1876

Charles Ammi Cutter, desenvolveu as *Rules for a printed dictionary catalog*. Esse foi o primeiro código sistemático de regras de catalogação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Andrea Crestodoro, Panizzi, Jewett e Cutter formaram um quarteto de inovadores que abriram caminho para a Catalogação moderna, no século XIX. Lutaram pela unificação do pensamento bibliotecário, com o objetivo de trazer uniformidade à prática de Catalogação, em países como Inglaterra e Estados Unidos. Os avanços dos princípios normativos da área são observados na sequência.

2.2.3 A Catalogação e os princípios normativos

As mudanças na perspectiva dos códigos de Catalogação foram impulsionadas pelo projeto de impressão e comercialização de fichas catalográficas, iniciado pela *Library of Congress* (LC), em 1901. Produzidas em escala, as fichas eram elaboradas de acordo com as regras publicadas, em 1898, e desconsiderava os padrões adotados pelas bibliotecas que as adquiriam.

As regras de 1898, adotadas pela LC, foram revistas por uma comissão nomeada pela *American Library Association* (ALA) que, em parceria com LC, publicou a *A.L.A. Rules, Advance Edition*, em 1902. Uma nova comissão foi constituída pela ALA, em 1904, com a colaboração da *Library Association* (LA), a fim de padronizar as regras catalográficas utilizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido. Um conjunto

de regras foi publicado pela ALA, em 1908, no *Cataloguing Rules: Author and Title Entries*. O código incluía as regras estabelecidas por Panizzi, Cutter, Jewett e regras da própria LC. Esse é considerado um dos mais importantes códigos de Catalogação (BARBOSA, 1978; MEY, 1995). Outra versão para as Ilhas Britânicas foi publicada pela LA sob o título *Cataloguing Rules: Author and Title Entries*.

A segunda edição das Instruções Prussianas (*Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken*), que resultou das regras compiladas, em 1886, por Carl Dziatzko, coincidiu com a publicação do Código da ALA (1908). As Instruções influenciaram países como a Alemanha (seu país de origem), Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega (BARBOSA, 1978).

Vinte e dois anos após a publicação do Código da ALA, de 1908, as críticas às regras eram frequentes. Bibliotecários reclamavam da ausência de soluções para seus problemas e do excesso de minúcias, principalmente na descrição. A revisão do Código, publicada em 1941, apresentou uma cobertura demasiadamente detalhada, elevando o número total de páginas do código original, de 88 páginas para 408 páginas (KNOWLTON, 2009).

Nesta mesma época, a *Librarians Committee* da LC investigava as práticas catalográficas do período. Osborn, que fazia parte do comitê, foi incumbido de escrever um texto, que ficou conhecido como *The Crisis in Cataloging*. No artigo, Osborn (1941) lamentou o atraso nos departamentos de Catalogação e previu que um conjunto mais complexo de regras retardaria o trabalho dos catalogadores. Em resposta às críticas, a ALA encomendou nova revisão das *Cataloging Rules for Author and Title Entries*, com a intenção de simplificar as regras e organizar sua apresentação.

Representando a corrente europeia do início do século XX, o *Norme Per Il Catalogo Degli Stampati*, também chamado de Código da Vaticana (1920), foi traduzido para vários idiomas, inclusive para o português. A publicação teve ampla aceitação na América Latina e influenciou a Biblioteconomia brasileira, de 1940 a 1969. Barbosa (1978) avalia que o Código, em muitos aspectos, é considerado superior à edição de 1949 do Código da ALA.

A revisão do Código da ALA, de 1949, foi publicada em dois volumes distintos e independentes, ambos conhecidos pela cor de suas capas. O livro vermelho, *ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries*, que faz referência às entradas e

cabeçalhos. O livro verde, *Rules for Descriptive Cataloging*, que trata das regras relativas à descrição dos materiais catalogados (KNOWLTON, 2009).

Pensando na edição de um código mais simples, a LC convidou Seymour Lubetzky para analisar a segunda edição do Código da ALA (1949). Ensejo em que ele apontou falhas nas regras de entrada e expôs a necessidade de estabelecer um conjunto de princípios para que um código melhorado pudesse ser construído. O assunto foi analisado em profundidade e resultou na obra *Cataloging Rules and Principles; a Critique of the ALA: Rules for Entry and a Proposed Design for Their Revision* (1953), obra decisiva em que Lubetzky expressa sua rejeição a certos códigos complexos de Catalogação. Barbosa (1978) avalia a publicação como a mais importante contribuição, do século XX, no campo da Catalogação.

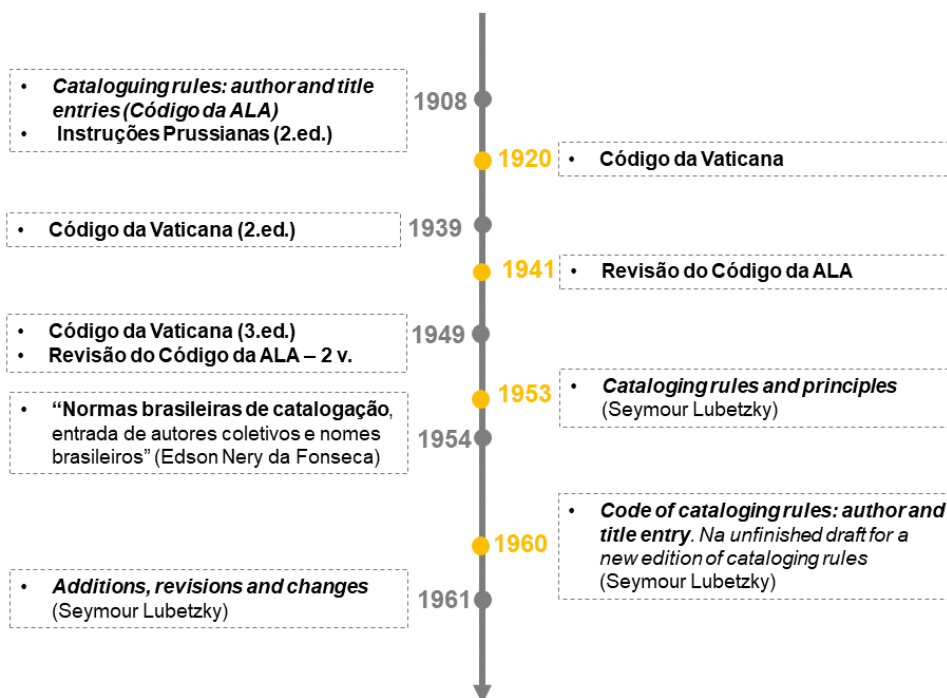
Na referida obra, Lubetzky critica e analisa inúmeras regras, indagando sobre a necessidade e calor de cada uma. Prova a fraqueza do código, principalmente na inconsistência, repetição e arbitrariedade de suas normas, decorrentes, em grande parte, da ausência de um plano e da organização sistemática das mesmas. [...] Conclui mencionando o custo dos trabalhos de Catalogação, razão da urgente necessidade de um código mais simplificado e de fácil aplicação, o que certamente contribuiria para a economia daqueles trabalhos (BARBOSA, 1978, p. 38).

Na década seguinte, muitas discussões sobre o código revisado foram realizadas, em simpósios e nas páginas de periódicos. Quase todas estavam direcionadas para a abordagem que Lubetzky fez em *Code of Cataloging Rules: Author and Title Entry, an Unfinished Draft for a New Edition of Cataloging Rules* (1960). Em 1961, a publicação, *Additions, Revisions and Changes*, tornou-se condição *sine qua non* para o novo código de Catalogação (KNOWLTON, 2009).

A despeito da Catalogação no Brasil, o primeiro Congresso Brasileiro de Bibliografia e Documentação e Ciência da Informação, realizado em Recife, em 1954, marcou o início de uma fase importante de colaboração entre os profissionais, até então dispersos (FONSECA, 1957). Durante o evento, o professor Edson Nery da Fonseca apresentou o trabalho “Normas brasileiras de Catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros”, no qual abordou um tema sensível aos bibliotecários, que suscitou debates nas décadas seguintes (MODESTO, 2007).

A Figura a seguir apresenta os principais códigos e outras publicações que marcaram o desenvolvimento da Catalogação no século XX.

Figura 2 – Publicações que marcaram o desenvolvimento da Catalogação no Século XX



Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à Catalogação e seus princípios normativos no século XX, observa-se, portanto, que a revisão das regras subsequentes ao relatório *Cataloging Rules and Principles*, de autoria de Seymour Lubetzky, gerou interesse universal e culminou em um acordo internacional sobre princípios básicos de Catalogação, estabelecido durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (1961).

2.2.4 A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação

A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação foi o primeiro grande evento no sentido da Catalogação internacional. Paris reuniu, em 1961, representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais, com diferentes filosofias e códigos de Catalogação. O propósito era estabelecer um acordo de Catalogação internacional e discutir os impactos da tecnologia sobre a Catalogação.

Representando um marco internacional da Catalogação, a Conferência impulsionou alterações em vários códigos. A Alemanha, por exemplo, substituiu as Instruções Prussianas pelas *Regeln für die Alphabetische Katalogisierung*, em 1967. No mesmo ano, foi publicada a primeira edição do AACR, um trabalho conjunto entre

a ALA, a *Canadian Library Association* e a LA, que resultou na publicação de duas versões: uma inglesa e outra norte-americana.

No Brasil, a obra “Catalogação simplificada” (1970) de Cordélia R. Cavalcanti foi aceita, por algum tempo, como código de Catalogação brasileiro. Porém, a tradução do AACR, publicada em 1969, foi adotada pela maioria das escolas de Biblioteconomia, extinguindo os códigos utilizados para o ensino e prática da Catalogação (MEY, 2005).

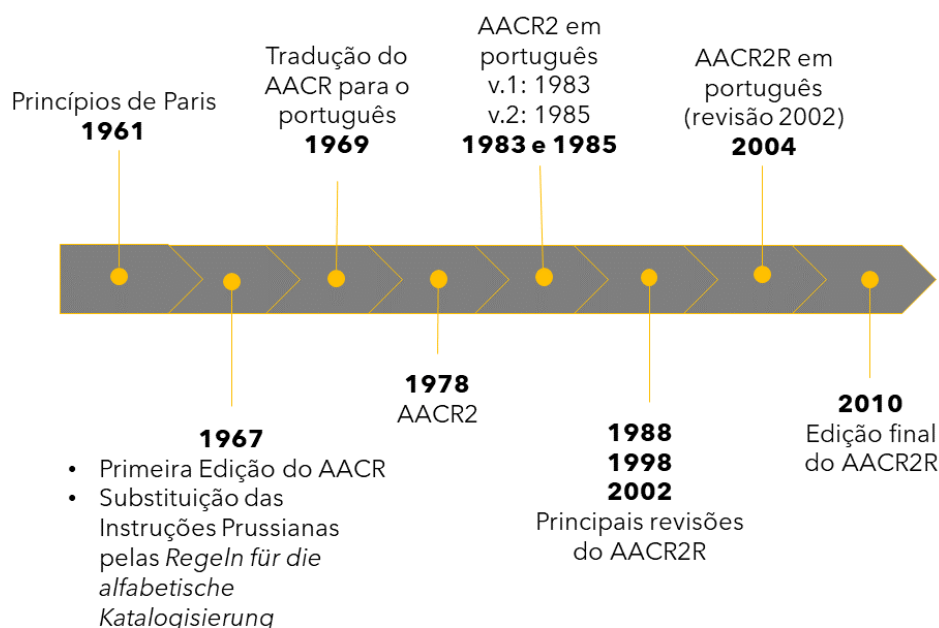
O AACR2, como ficou conhecida a nova edição das *Anglo-American Cataloguing Rules*, publicada em 1978, unificou os dois conjuntos de regras (americanas e inglesas), e passou a ser atualizado periodicamente pela LC, por meio do *Cataloging Service Bulletin*³. A edição traduzida para o português, publicada em dois volumes, foi lançada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), em 1983 e 1985.

Ao longo dos anos, o AACR2 foi ocasionalmente atualizado. As principais revisões, da segunda edição, foram publicadas em 1988, 1998 e 2002 e foram chamadas de AACR2R. A revisão de 2002 incluiu mudanças substanciais em seções de materiais não-livros. Novas atualizações ocorreram, nos anos seguintes, até sua edição final, em 2010. Em 2004, a FEBAB disponibilizou uma versão atualizada da segunda edição em português.

A Figura 3 apresenta os produtos resultantes da Conferência de Paris.

³ O *Cataloging Service Bulletin* era um boletim trimestral que incluía informações novas e revisadas sobre práticas e políticas de Catalogação e Classificação da LC. Todos os 128 volumes do boletim, desde a primeira edição em 1978 até a edição final em 2010, estão disponíveis para download gratuito, em: <https://www.loc.gov/aba/publications/FreeCSB/freecsb.html>.

Figura 3 – Produtos da Catalogação resultantes da Conferência de Paris



Fonte: Elaborado pela autora.

Como produto da Conferência de Paris, o AACR marcou uma mudança em relação às regras de Catalogação anteriores, que eram criticadas por serem detalhadas e complexas para lidar com casos bibliográficos específicos. As Regras de Catalogação Anglo-Americanas são consideradas os avanços mais importantes nos códigos da língua inglesa para a Catalogação descritiva, durante o século XX.

2.2.5 Os sistemas automatizados e a criação de registros bibliográficos

O uso dos computadores, nas bibliotecas, para promoção de serviços mais rápidos, a um número maior de usuários, foi o meio encontrado para responder à explosão documental e à demanda por pesquisas, fruto do crescimento de instituições acadêmicas, indústria, comércio e governo. Nesse cenário, grandes projetos puderam ser testados e implementados em larga escala para a automação dos serviços. Henriette Avram liderou o Projeto Piloto MARC (*Machine-Readable Cataloging*), lançado em 1966 pela LC (BARBOSA, 1978).

Dois anos se passaram do início do Projeto Piloto MARC até a elaboração do MARC II. Outros países demonstraram interesse no MARC, principalmente por ser considerado uma linguagem padrão para intercâmbio de dados bibliográficos. O

formato também foi adotado pelo *Online Computer Library Center* (OCLC), que demonstrou as vantagens da normalização no compartilhamento e intercâmbio de registros (ESTIVILL RIUS, 2012).

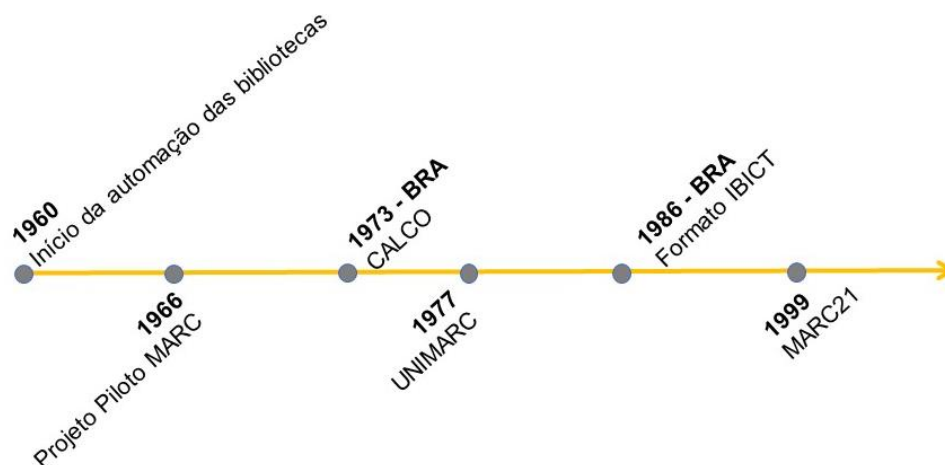
No Brasil, Alice Príncipe Barbosa projetou o formato CALCO (1973) (Catalogação Legível por Computador), baseado no MARC II. Após mais de uma década, o CALCO foi a base para o Formato de Intercâmbio Bibliográfico e Catalográfico (1986), produzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a colaboração de usuários do CALCO. O Formato IBICT, nome pelo qual ficou conhecido, agregou, características adaptadas dos formatos UNIMARC (*Universal Machine Readable Cataloging*) e *Common Communication Format* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (MELGAÇO, 1989).

Em 1970, foi lançado o UKMARC para a produção da Bibliografia Nacional Britânica. Em meados da mesma década, surgiram vários formatos MARC nacionais, como CANMARC, IBERMARC e o CATMARC, a existência de tantas versões dificultava a troca de registros bibliográficos. Para superar esse obstáculo, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) desenvolveu o UNIMARC, a intenção era que este servisse de intercâmbio entre os registros de um formato nacional para outro. Embora a ideia fosse mais teórica do que prática, o UNIMARC foi adotado por uma série de países que não tinham recursos para desenvolver seu próprio formato nacional (ESTIVILL RIUS, 2012).

A dificuldade no intercâmbio de informações, entre sistemas derivados do MARC, motivou, em 1999, a harmonização dos formatos americano e canadense, resultando no MARC21, que facilitou a troca de registros entre bibliotecas. Desde então, muitos países abandonaram seus sistemas nacionais e adotaram essa última versão do formato original, incluindo o Brasil.

A Figura 4 apresenta a evolução dos projetos desenvolvidos para automação da Catalogação:

Figura 4 – Evolução dos projetos desenvolvidos para automação da Catalogação



Fonte: Elaborado pela autora.

Com o desenvolvimento do formato MARC, as bibliotecas começaram a experimentar o acesso online aos bancos de dados dos catálogos. Essas primeiras tentativas tiveram muitas limitações, mas evidenciaram, claramente, as diferenças em relação às formas anteriores: a atualidade das informações disponíveis, a interação entre usuários e catálogo e, além disso, a flexibilidade de acesso e intercâmbio de registros.

2.2.6 A padronização internacional

A normalização encontra, na Catalogação descritiva, um amplo campo de aplicação. Além de estabelecer regras que asseguram a integralidade do tratamento da informação e do documento, oferece vantagens para o intercâmbio nacional e internacional de sistemas de informação. Com a normalização e o intercâmbio, procura-se resolver um dos grandes problemas que, há mais de um século, assombra os bibliotecários: o alto custo da Catalogação nas bibliotecas (BARBOSA, 1978).

As influências exercidas pela LC no desenvolvimento da padronização da Catalogação, estavam além das bibliotecas e dos bibliotecários, alcançavam editores e livreiros. O quadro abaixo apresenta alguns dos programas com alcance internacional, desenvolvidos para padronizar e agilizar a disponibilização e o fornecimento de dados bibliográficos.

Quadro 3 – Programas desenvolvidos pela LC

ANO	PROGRAMA	OBJETIVO
1953	<i>All-the-Books Program</i>	Conscientizar o comércio livreiro sobre a importância de enviarem, à LC, cópia de suas publicações, antes de serem impressas, colaborando para que as bibliotecas recebessem cópias das fichas catalográficas, logo após os materiais serem publicados pelos editores (BARBOSA, 1978).
1958	<i>Cataloguing in Publication (CIP)</i> ,	Fornecer informações catalográficas aos editores, antes da publicação do livro, tornando os dados catalográficos disponíveis aos bibliotecários, livreiros e bibliógrafos (GARRIDO ARILLA, 1996).
1961	<i>Cards-for-Books</i>	Enviar uma cópia da ficha ao livreiro, para distribuição conjunta com a publicação (BARBOSA, 1978).
1968	<i>National Program for Acquisitions and Cataloging (NPAC)</i>	Mobilizar os centros, encarregados de compilar as bibliografias nacionais, para a cooperação internacional. Diminuir o número de publicações a serem catalogadas, na brevidade de tempo desejada pela LC. Favorecer a Catalogação compartilhada (BARBOSA, 1978).

Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se que, no programa CIP, a ideia da Catalogação já havia sido discutida previamente, com vistas à publicação, por bibliotecários norte-americanos, dentre eles, Charles Jewett, um dos maiores defensores da Catalogação cooperativa. Tais defensores observaram vantagens em catalogar o livro, uma única vez, antes de sua publicação, poupando tempo, recursos financeiros e humanos.

Na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em 1969, na cidade de Copenhague, Michael Gorman deu início às discussões sobre as ISBD, para a padronização da descrição bibliográfica. A *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* (ISBD M) surgiu em 1971 (BARBOSA, 1978).

Com a adesão internacional das ISBD, tornou-se aconselhável adaptar o AACR, para integrar as novas regras de descrição, bem como para resolver o problema do código ser apresentado em dois textos distintos (nas versões inglesa e americana). Assim, o *Joint Steering Committee* (JSC), responsável pela revisão do código, estabeleceu como objetivos: cumprir os Princípios de Paris; considerar a evolução do processamento de dados bibliográficos legível por computador; incorporar a ISBD (M) nos capítulos sobre a descrição de materiais monográficos e, também, tratar os materiais não-livro de maneira mais adequada (ESTIVILL RIUS, 2012).

Uma parceria entre a UNESCO e a IFLA, firmada nos anos 1970, deu início ao Controle Bibliográfico Universal (CBU). Segundo Campello e Magalhães (1997, p. 4), o objetivo do CBU “é reunir e tornar disponíveis, de maneira eficiente, os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando uma rede internacional de informações”. Os formatos ISBD e MARC eram os componentes-chave do CBU (ESTIVILL RIUS, 2012).

Um novo modo de pensar a descrição bibliográfica foi discutido durante o seminário sobre registros bibliográficos, realizado em Estocolmo, em 1992. O encontro resultou nos FRBR, criados por um grupo de trabalho da Seção de Catalogação da IFLA, entre 1992 e 1997, e publicados em 1998. O modelo, do tipo entidade-relacionamento, foi desenvolvido como uma visão geral do universo bibliográfico, no qual são estabelecidas as relações entre obra, expressão, manifestação e item. A intenção é a de um modelo independente de qualquer código de Catalogação ou implementação, e abrangente para todos os tipos de materiais e tarefas de usuários (TILLET, 2004).

Posteriormente foram publicados os modelos *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) - 2009 e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) – 2011. Ambos marcaram o início da aproximação das áreas de Catalogação e Indexação, a partir de uma visão focada na satisfação do usuário em encontrar o recurso informacional desejado. Em 2017, a IFLA desenvolveu o IFLA LRM, que consolidou os modelos conceituais. Juntos, a família *Functional Requirements* (FR) e o IFLA LRM, proveram a oportunidade para o reexame das regras e princípios de Catalogação.

A *International Conference on the Principles & Future Development of AACR*, realizada em Toronto, em 1997, respondeu ao movimento iniciado para a revisão do AACR2. Durante a conferência, um novo texto começou a ser produzido, inicialmente chamado AACR3. O JSC, responsável pela revisão, decidiu elaborar um novo código, descontinuando os anteriores.

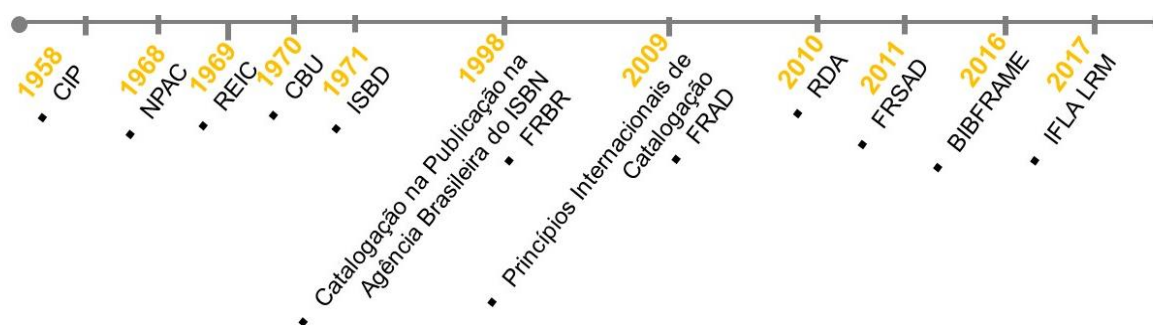
Destarte, a RDA foi desenvolvida para ser o sucessor do AACR2. Ela é definida como “um conjunto de diretrizes e instruções sobre a formulação de dados que sirvam de apoio ao descobrimento de recursos” (OLIVER, 2011, p.1). Outro aspecto a destacar, é o fato de estar fundamentada nos modelos conceituais que se apoiam em uma estrutura teórica voltada para o ambiente digital.

Com a implantação da RDA, foi necessário pensar na substituição do formato MARC 21 e na evolução dos padrões de descrição bibliográfica. Segundo Serra (2013, p. 9), por ter sido pensado e desenvolvido em um ambiente analógico, o MARC21 “não permite uma boa interligação com outras comunidades de metadados, como o *Linked Data*, dificultando a identificação e relacionamento automático entre registros de ambientes digitais”.

Sendo assim, alicerçado nas técnicas de dados vinculados, o BIBFRAME surge com a proposta de fornecer uma base para o futuro da descrição bibliográfica, na Web e em redes mais amplas. Um dos principais focos da iniciativa é determinar um caminho de transição, do formato MARC 21, preservando a troca robusta de dados que apoiou o compartilhamento de recursos e a economia com os custos de Catalogação nas últimas décadas (LIBRARY OF CONGRESS, 2019).

Muitas iniciativas contribuíram para a padronização internacional da Catalogação descritiva e o desenvolvimento da área de Catalogação. A figura a seguir ilustra, cronologicamente, as principais iniciativas apresentadas nesta seção.

Figura 5 – Síntese das iniciativas para padronização internacional da Catalogação



Fonte: Elaborado pela autora.

É inegável que a história da Catalogação está intimamente relacionada à própria história da normalização e das regras catalográficas. Muitas foram as discussões e descontentamentos com as regras, mas como disse Estivill Rius (2012), as crises na Catalogação continuarão existindo. A expectativa é que as ferramentas do futuro sejam tão úteis e duráveis quanto às ferramentas do passado.

No cenário atual, novos desafios são colocados para agitar e estimular, as escolas e os profissionais, a repensar os modelos de ensino e melhorar a qualidade e a relevância das formações oferecidas. É preciso preparar futuros profissionais para

trabalhar com novos recursos, formatos, suportes e meios para descrição e recuperação da informação. Nessa perspectiva, o capítulo seguinte traça um panorama do ensino da Catalogação, no Brasil e no mundo, sob um olhar que se movimenta do passado para o presente, lançando-se no vislumbre do futuro.

3 O ENSINO DA CATALOGAÇÃO

A Catalogação continua sendo um componente fundamental da biblioteca e da Ciência da Informação, portanto, tem muitas lições para ensinar aos profissionais da “era digital”. A preocupação com o ensino da Catalogação, com seu valor, surge em um momento em que os metadados⁴, outra forma de organização da informação, parecem interessar a uma ampla gama de pessoas. Entretanto, é de competência dos bibliotecários conhecer e compreender a Catalogação, seus fundamentos e princípios, que são basilares na formação de um profissional crítico e reflexivo, que possa exercer plenamente suas funções de gerenciamento da informação, em um contexto mais amplo, que também inclui indexação e mecanismos de pesquisa na Internet.

A propósito, a Catalogação experimenta as transformações ocasionadas pelas mudanças a que as regras e os padrões foram condicionados, seja pelo desenvolvimento da tecnologia, seja por meio dos usuários que estão cada vez mais exigentes. O catalogador não sobrevive mais apenas da consulta aos manuais e aos códigos, ele precisa compreender a origem de todas essas mudanças, que são imperiosas no desenvolvimento e na evolução da área. Dessa forma, a importância da Catalogação, tanto como disciplina quanto como atividade, evidencia a necessidade de seu estudo.

A Catalogação está presente no currículo das escolas de Biblioteconomia desde o início da criação do primeiro curso, no final do século XIX, e considerada uma das disciplinas mais desafiadoras para se ensinar, porque trata de assuntos complexos. Seu aprendizado pode ser difícil, a julgar a variedade de conteúdos multifacetados apresentados aos alunos que, por sua vez, são desafiados a aprender tanto a teoria como a aplicação.

No Brasil, há pouca literatura sobre o ensino da disciplina, em especial sobre sua história. Em outras partes do mundo são encontrados trabalhos que tratam do ensino da Catalogação, em seus aspectos teóricos, no que diz respeito às práticas da disciplina, dos materiais didáticos, dos recursos utilizados para o ensino e dos conteúdos abordados para a excelência na formação de catalogadores.

⁴ Metadados são dados que descrevem outros dados em um sistema de informação. Identificam de forma única e precisa um recurso informacional para recuperação. Fonte: ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Metadados no domínio bibliográfico. Rio de Janeiro: Intertexto, 2013.

A proposta deste capítulo é traçar um panorama do ensino da Catalogação no Brasil e no mundo, que tem como pano de fundo o ensino da Biblioteconomia e a própria evolução da área. A figura a seguir apresenta os países estudados no decorrer do capítulo:

Figura 6 – Mapa dos países estudados



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao examinar o ensino da disciplina nos países estudados, procura-se compreender como as escolas estão entendendo e comunicando essa centralidade. O percurso da disciplina, retratado a seguir, tem como base a literatura nacional e internacional. Inicialmente é apresentado o ensino da Catalogação no mundo e, posteriormente, o panorama brasileiro é contextualizado a partir do ensino da Biblioteconomia.

3.1 NO MUNDO

Ao recorrer à literatura para abordar o ensino da Catalogação no mundo, tomou-se como referência a *Cataloging & Classification Quarterly*. Trata-se de uma importante revista acadêmica, revisada por pares, que publica artigos sobre assuntos

relacionados à Catalogação. Na primeira década do século XXI, a revista compilou dois volumes especiais, na tentativa de refletir e capturar o ensino da Catalogação, no mundo, em suas formas dinâmicas. Com foco em perspectivas internacionais, os volumes se transformaram em documentos transversais para apreender o status atual, o desenvolvimento e as tendências do ensino da Catalogação.

O primeiro volume (n.34, n. 1-4, 2002) foi dedicado ao ensino de Catalogação nos EUA. Nos anos de 2005 e 2006 (v. 41, n.2-4), foram publicados 22 artigos, escritos por autores de mais de vinte países, abrangendo os seis continentes. Sun e Carter, editores do volume 41, explicam que a abrangência poderia ter sido maior, se tivessem conseguido localizar autores em vários outros países da África, Ásia e Europa, bem como nas Américas e no Pacífico. Contudo, os editores justificaram as lacunas pela limitação de tempo e recursos.

O panorama a seguir apresenta o ensino da Catalogação em sete países: Estados Unidos, Reino Unido, Nigéria, China, Austrália, México e Egito. Os Países foram escolhidos a partir de uma seleção aleatória de artigos publicados nesses 2 volumes da *Cataloging & Classification Quarterly*.

Estados Unidos

Melvil Dewey, ao fundar *School of Library Service*, foi claro na sua visão de escola de Biblioteconomia: seu objetivo é inteiramente prático (SNOW; HOFFMAN, 2015). Saye (2002) destaca que, na escola fundada por Dewey, as disciplinas de processos e rotinas de bibliotecas, das quais Catalogação e Classificação faziam parte, representavam “pouco mais” de 40% do conteúdo do programa.

Segundo Richardson (2010), somente a partir das décadas de 1920 e 1930, impulsionadas inicialmente pelo corpo docente da *The University of Chicago*, as escolas de Biblioteconomia passaram a explorar a teoria. Ocuparam-se mais com o ensino de princípios e menos com as habilidades, pois acreditavam que a prática deveria ser aperfeiçoada pelos futuros empregadores.

Ruth French Strout menciona que a escola de Chicago tinha a premissa de que a Biblioteconomia fosse algo além de técnicas. Esse foi um momento em que a ideia do ensino da Biblioteconomia, como essencialmente um programa de aprendizagem, estava sob um escrutínio mais crítico (SNOW; HOFFMAN, 2015).

Charles Williamson⁵ pesquisou o ensino da Biblioteconomia nos Estados Unidos, entre 1921 e 1923. Williamson observou o currículo das 15 escolas, até então existentes, e relatou que a carga horária dos cursos, dedicada a disciplinas como Catalogação, Classificação, Seleção, Aquisição e Referência variavam consideravelmente entre as escolas. Concluiu que essas áreas de estudo eram aquelas cujas escolas, todas elas, davam ênfase, e as designou como “coração do currículo” (SNOW; HOFFMAN, 2015).

Além disso, Williamson alertou contra os processos rotineiros de trabalho manual e a memorização de regras que, frequentemente, resultam em “amortecer” a iniciativa e o entusiasmo dos alunos. Para ele, as escolas deveriam se concentrar mais na teoria, principalmente nas disciplinas de Catalogação. Os estudantes que desejassem ser catalogadores poderiam adquirir as habilidades necessárias em cursos voltados à prática. Os estudos de Williamson foram bastante significativos, talvez o mais importante, naquela época, para a profissionalização do ensino de Biblioteconomia (SNOW; HOFFMAN, 2015).

Segundo Hill (1985), as escolas de Biblioteconomia estavam, de alguma maneira, tornando a Catalogação uma ocupação indesejável, um processo seco, exigente e mecânico, que não envolvia nenhum exercício de pensamento ou imaginação. As escolas davam ênfase exagerada na teoria referente à prática, impossibilitando, desta forma, que os alunos “experimentassem os desafios da Catalogação”. Foi assim que surgiram inúmeras manifestações de insatisfação, por parte dos profissionais catalogadores, em relação às escolas de Biblioteconomia, consideradas “inimigas da Catalogação”. Snow e Hoffman (2015) atribuem o desinteresse dos alunos, em seguir a Catalogação como carreira, a esse tipo de ensino praticado pelas instituições formadoras.

Snow e Hoffman (2015) comentam que, posteriormente, a literatura sobre Catalogação observou uma relação entre os administradores das bibliotecas e a prática dos catalogadores, que haviam sido formados em escolas cuja ênfase do curso era dada à teoria e não à prática. Alguns desses administradores alegam que os

⁵ Charles Clarence Williamson (1877 - 1965) foi Diretor da *Columbia University Libraries* e Reitor da *Columbia School of Library* de 1926 a 1940. A pesquisa a qual se faz referência, trata de um estudo, iniciado em 1919 a pedido da *Carnegie Foundation*, sobre o treinamento em serviços de biblioteca nos Estados Unidos. A conclusão do estudo foi apresentada na publicação do relatório que ficou conhecido como “*Williamson Report*”. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_C._Williamson.

“novos catalogadores” pareciam estar preparados para discutir Catalogação, mas não para fazê-la.

O conteúdo dos programas das escolas de Biblioteconomia fundadas posteriormente a *School of Library Service* era semelhante ao introduzido por Dewey e muitos dos cursos criados foram dirigidos por graduados da *Columbia University*. Segundo Snow e Hoffman (2015), no final do século XIX e início do século XX, as principais preocupações sobre o ensino da Catalogação eram o tempo dedicado à disciplina e o equilíbrio apropriado entre teoria e prática. As escolas de Biblioteconomia, desse período, geralmente ofereciam um ano de estudo da Catalogação. Conforme mais escolas foram criadas e o currículo foi expandido, a definição sobre a quantidade de horas de cada uma das disciplinas, ou seja, a distribuição do tempo, adquiriu um caráter mais arbitrário.

Saye (2002) comenta que, desde o estabelecimento da primeira escola, diversas mudanças ocorreram nos programas de ensino. Tais mudanças refletem o caráter indissociável do processo histórico de transformação, ou seja, conforme a Biblioteconomia amadurece como profissão, o processo formativo amadurece, pois as mudanças de valores, os novos serviços de bibliotecas e os princípios de gestão vão sendo incorporados ao ensino.

É fato que o currículo deve refletir as necessidades dos estudantes, que almejam ingressar no mercado de trabalho da atualidade e do amanhã, bem como as necessidades e habilidades exigidas pelos empregadores. Por outro lado, Saye (2002) acredita que não se pode esperar que as escolas tenham tempo para ensinar tudo o que o profissional iniciante precisa saber.

Para Joudrey (2002), a teoria *versus* prática é um dos problemas para o qual é necessário estabelecer um equilíbrio nos currículos das disciplinas de Catalogação. Garrett (1997) opina que catalogadores e estudantes aprenderiam, mais efetivamente, se a ordem do ensino, que privilegia antes a teoria e em seguida a prática, fosse invertida, ou seja, a teoria deveria ser ensinada por trás da prática. Segundo o mesmo autor, resultados de um estudo na Universidade do Havaí parecem apoiar essa afirmação.

Holley (2002), diz que é preciso ensinar o “por que” ao invés do “como”, sem deixar de atribuir a devida importância à prática, pois a prática desempenha um papel significativo sobre a teoria, muitas vezes abalando crenças decorrentes de uma demasiada ênfase na certeza e na ordem. O mundo real da Catalogação costuma ser

confuso e até entre especialistas pode haver interpretações diferentes de regras específicas. O ensino da Catalogação não deve ser um treinamento monótono de regras e memorização.

Segundo o mesmo autor, a ênfase deve estar na compreensão e na solução de problemas maiores, não devendo recair no domínio de questões específicas e exigentes, o que não quer dizer, que a prática não seja necessária no aprendizado do aluno. O ensino sem a prática é o mesmo que fazer um curso de programação de computadores sem escrever código.

Pesquisas apontam o despreparo dos catalogadores iniciantes para desempenhar suas responsabilidades práticas de Catalogação. Callahan e MacLeod descobriram que 63% dos catalogadores iniciantes se sentiam despreparados para exercer funções de catalogador, e 67% dos empregadores alegaram falta de habilidades dos catalogadores iniciantes para executar suas funções (JOURNEY, 2002).

No início dos anos 1970, houve a entrada da Ciência da Informação (CI) em alguns programas de ensino, que combinada com as mudanças tecnológicas das três décadas seguintes, impactou as escolas e, conseqüentemente, as disciplinas de Catalogação. Gorman (2002), ao falar sobre o impacto da tecnologia na área de Biblioteconomia e da CI, diz que os alunos não estão recebendo a educação necessária para trabalhar em bibliotecas, uma das disciplinas mais deficitárias é a de Catalogação. Ainda de acordo com Gorman, historicamente a Biblioteconomia tem dificuldade em definir seus valores centrais e decidir se o ensino deve ser prático ou teórico, e em qual proporção.

Por outro lado, a falta de tempo hábil para cobrir todos os assuntos, no decorrer do período letivo, cria a impressão de que o ensino da Catalogação não acompanha as tendências atuais. Williamson, portanto, estava certo quando disse que a carga horária da maioria das disciplinas não cobre todo o conteúdo base necessário à formação do profissional, muito menos cria especialistas. Porém, as novas tecnologias aumentaram a quantidade de conteúdo que precisa ser ensinado e, com isso, há a redução do tempo disponível para abranger a totalidade dos conteúdos, tanto teóricos quanto práticos, importantes na formação do profissional (JOURNEY, 2002).

Cabe destacar que as disciplinas de Catalogação passam por uma tensão, pois elas foram as primeiras, do currículo, a serem diretamente impactadas pelos avanços tecnológicos e, com isso, o ensino permaneceu tão desafiador como antes, mas se

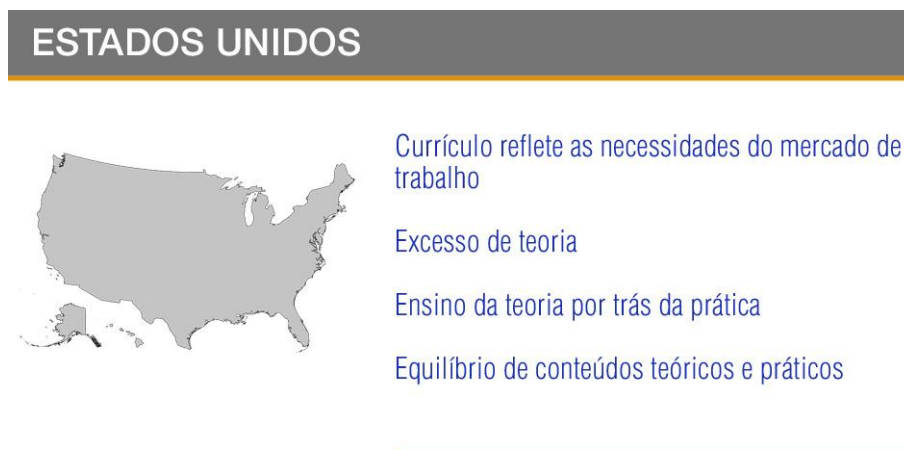
tornou ainda mais complexo em virtude das inovações, porque passou a envolver aspectos que vão desde o específico ao mais amplo (KOH, 2002).

A tecnologia, as regras e os códigos utilizados na descrição dos materiais são apenas ferramentas. O que importa é a validade e a utilidade da Catalogação na recuperação de informações, como bem reforçado por Holley (2002, p, 46, tradução nossa) ao dizer: “acredito firmemente que o objetivo da Catalogação é ajudar os usuários a encontrar o que eles precisam, em vez de seguir as regras cegamente”.

Por último, é importante dizer que, para os autores americanos, a instituição na qual o recém-formado irá atuar é vista como corresponsável no processo de formação do catalogador, considerando que o ensino acadêmico responde por introduzir aspectos teóricos e práticos essenciais ao bibliotecário e não por capacitá-los para o exercício pleno da atividade. A educação continuada é outro método consagrado para a aquisição dos conhecimentos necessários aos catalogadores que deixam a academia. A Internet tornou-se rapidamente um ambiente de aprendizado frutífero e de interação entre profissionais que têm interesses comuns.

A síntese do Ensino da Catalogação nos EUA é apresentada na Figura a seguir:

Figura 7 - Síntese do ensino da Catalogação nos Estados Unidos



Fonte: Elaborado pela autora.

Reino Unido

O artigo de Bowman (2006) apresenta os resultados da pesquisa que investigou o ensino e treinamento da Catalogação e Classificação nas Ilhas Britânicas (Reino Unido), em 2003. Nele, Bowman relata a dificuldade em reconhecer a

importância da disciplina e a existência de lacunas no ensino, como observa-se a seguir.

O ensino da Biblioteconomia, no Reino Unido, é ministrado em dezessete instituições. Todas oferecem cursos em nível de pós-graduação, algumas também ofertam cursos de graduação, embora em menor número nos últimos anos. A maioria dos cursos são credenciados pelo *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP), uma associação profissional formada, em abril de 2002, pela junção da *Library Association* e do *Institute of Information Scientists*.

Conforme observado em Gorman (2002) e Saye (2002), durante os últimos anos houve uma redução considerável no ensino de Catalogação nas escolas americanas, no Reino Unido a situação não é diferente. Há pouco tempo, o editorial da *Catalog and Index*, periódico do *Cataloguing and Indexing Group*, afirmou, como se fosse um fato bem conhecido, que as escolas de Biblioteconomia pareciam ter abandonado o ensino formal de Catalogação e Classificação.

Bowman (2006) valida a afirmação de que a Catalogação e a Classificação estão invisíveis na educação profissional. Segundo ele, a maioria dos cursos fornecem apenas uma “visão geral”, sem atividade prática, o que compactua com certas percepções de que as disciplinas não estão sendo ensinadas tanto quanto eram. O autor infere que isso se deve à ausência de especialistas para ensinar e, por consequência, uma tendência dos cursos se tornarem superficiais.

A insuficiência de prática, nas escolas de Biblioteconomia, faz os ex-alunos e seus empregadores acreditarem que as escolas não estão preparando seus alunos para o mundo da Catalogação. Consequentemente, não é mais exigido que os recém-formados tenham um bom conhecimento de Catalogação e, por isso, as escolas não são motivadas a ensiná-lo. Contudo, ignoram que, ao trabalhar com importação de registros, é preciso saber como identificá-los no catálogo e ser capaz de tomar decisões ao escolher entre eles. Assim, parece existir muita verdade nas observações de Gorman (2002), quando ele se refere à situação americana, de que “administradores de bibliotecas mal-informados” desconhecem a importância da Catalogação e acreditam, equivocadamente, na crença de que os registros dos catálogos podem ser criados por não bibliotecários.

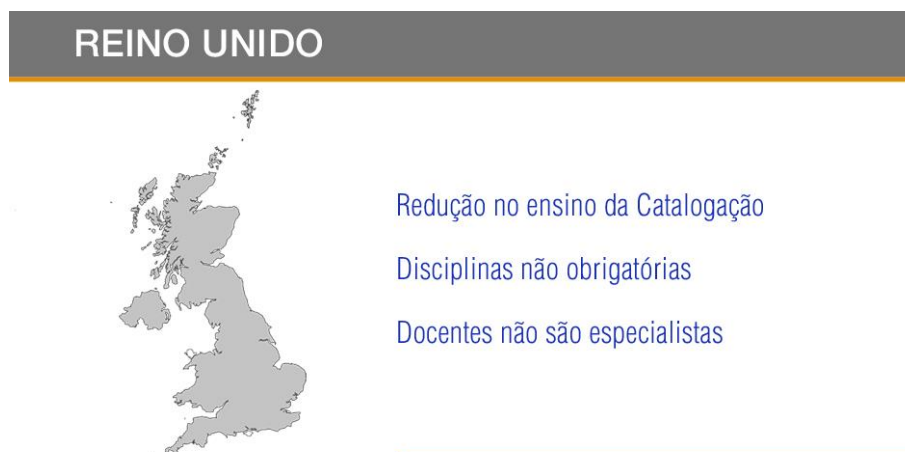
Outro problema, de longa data, é o entendimento da Catalogação e a Classificação como sendo antiquadas e chatas. Segundo a percepção de Bowman (2006), essa afirmação é perpetuada pelos profissionais da informação, na medida

em que as pessoas, ao expressarem seu interesse e gosto pela área, são consideradas estranhas, anormais. Enquanto isso, as escolas se refugiam na desculpa de que as técnicas dependem das boas práticas adquiridas no decorrer da vida profissional. Entretanto, como evidenciado por Hill (2002), no contexto americano, muitos graduados não terão ninguém para ensiná-los, senão a si mesmos, em seus primeiros cargos profissionais.

Existe uma necessidade socialmente preocupante de educar os gerentes de bibliotecas sobre a importância dos catálogos e dos catalogadores. Sem isso, é provável que qualquer mudança seja realizada inadequadamente. Dessa forma, seria fundamental que a CILIP orientasse claramente a respeito de quais disciplinas deveriam ser incluídas no currículo e quais delas deveriam ser obrigatórias. O crescente interesse em metadados e em Catalogação na Web torna o momento apropriado para as mudanças.

Os pontos destacados na pesquisa, que investigou o ensino da Catalogação e Classificação nas Ilhas Britânicas, são apresentados na Figura abaixo:

Figura 8 - Síntese do ensino da Catalogação no Reino Unido



Fonte: Elaborado pela autora.

Nigéria

Iwe (2005) investigou a relevância da Catalogação no currículo das escolas de Biblioteconomia da Nigéria, em especial da Universidade de Calabar. Defendeu a importância da teoria e da prática no ensino e mostrou preocupação com a retirada da disciplina dos currículos.

Há meio século, quando a Biblioteconomia começou ser ensinada na Nigéria, havia um consenso sobre quais assuntos deveriam ser ministrados, que incluía biblioteca e sociedade, bibliografia, Catalogação e Classificação, serviços de referência e leitura, aquisição e gerenciamento de biblioteca. Com o passar do tempo, no entanto, os cursos eletivos acabaram dividindo o currículo em dois segmentos: disciplinas obrigatórias ou básicas e disciplinas eletivas ou opcionais.

Os padrões da IFLA, de 1976, para as escolas de Biblioteconomia, orientavam que o currículo profissional estivesse dividido em assuntos fundamentais e especializados. Os fundamentais seriam de domínio de todos os alunos. Doze assuntos foram listados e numerados, Catalogação e Classificação estava em terceiro lugar na lista.

Na Nigéria, a relevância da Catalogação, como componente do currículo de qualquer escola, é um aspecto importante na formação profissional, mas observa-se que, em certas escolas, o conteúdo é limitado. Na Universidade de Calabar, por exemplo, a disciplina aborda uma visão geral da Catalogação de livros, de acordo com as regras da última edição do AACR2.

Iwe (2005) vê a Biblioteconomia como uma profissão estritamente internacional. Ainda que as regras sejam norte-americanas, britânicas, canadenses, africanas ou nigerianas, os princípios básicos são os mesmos. Os estudantes de Biblioteconomia devem se sentir parte deste projeto mundial que visa universalizar a recuperação de informações e democratizar seu acesso.

A Catalogação, se adequadamente articulada e implementada, pode ajudar a desenvolver múltiplas habilidades no catalogador. Esse é um dos objetivos a ser alcançado com os alunos em Calabar, tanto nas salas de aula, quanto posteriormente, enquanto profissionais. Na Universidade, a Catalogação ainda é um assunto central e disciplina obrigatória para todos os futuros bibliotecários.

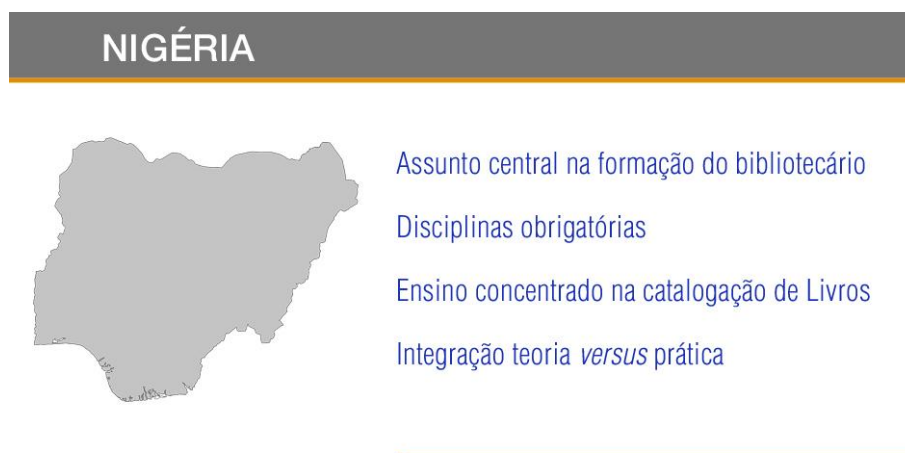
Porém, houve quem realmente pensou no vindouro fim da Catalogação, mas, ao contrário do que se pode imaginar, esse pensamento não é atual. Svenonius (1981) relata que, há cerca de um século, Cutter lamentou que a “era de ouro da Catalogação” havia terminado, quando a LC iniciou seu serviço de distribuição das fichas catalográficas, ele acreditava que a Catalogação se tornara uma arte perdida. Depois de um século, esses medos permanecem reais. A Catalogação foi ameaçada pelos avanços tecnológicos e sistemas de catálogo on-line. Porém, Marco (1994 *apud* IWE, 2005) afirma que, desde 1901 até a atual era da informatização em

bibliotecas, a Catalogação e Classificação continua sendo assunto central nos Estados Unidos e no mundo.

Contudo, Derr (1983 *apud* IWE, 2005) defende que a teoria e prática são dois lados da mesma moeda, uma complementa a outra. Na Universidade de Calabar, a integração de teoria e prática é aprimorada quando alunos e professores têm autonomia e a responsabilidade necessária para a prática profissional, incentivando a livre associação e a troca de ideias entre estudantes, funcionários das bibliotecas e professores.

A Figura 9 destaca os principais pontos da pesquisa, realizada sobre o Ensino da Catalogação, na Universidade de Calabar - Nigéria.

Figura 9 - Síntese do ensino da Catalogação na Nigéria



Fonte: Elaborado pela autora.

China

Si (2005) e Ma (2005) apresentam seus estudos sobre o *status quo* do ensino da Catalogação na China. Ma (2005) destaca que o aumento da prática, a atualização do conteúdo das disciplinas e a evolução dos métodos de ensino, assim como as melhorias constantes do sistema de ensino, são resultados de mudanças curriculares na disciplina. Si (2005) aborda os programas de Biblioteconomia, seus currículos, os diplomas oferecidos, o conteúdo dos cursos e a seleção de livros didáticos. Por fim, comenta sobre os avanços no ensino de Catalogação e Classificação para os próximos cinco a dez anos.

O início do ensino da Catalogação e Classificação, na China, remonta a 1920, quando a *Wenhua Library Science School* foi fundada pela americana Mary Elizabeth Wood e alguns estudiosos chineses, desde então, o ensino da Biblioteconomia no país cresceu significativamente. O currículo da *Wenhua Library Science School* ofertava disciplinas que abordavam a Catalogação e a Classificação de livros, tanto em língua chinesa, como ocidental, conferindo atenção à formação prática dos alunos. Esse currículo influenciou a educação moderna em Catalogação e Classificação no país (MA, 2005; SI, 2005).

O ensino dessas disciplinas, nos níveis de graduação e pós-graduação, assumiu três formas principais: o ensino universitário, maneira mais importante de formar profissionais para as bibliotecas na China; a educação continuada, que inclui cursos por correspondência, cursos na TV e minicursos; e o treinamento local, que visa atender às necessidades especiais de trabalho de algumas bibliotecas (MA, 2005).

Com a intenção de padronizar o ensino da Catalogação, no final da década de 1990, o Ministério da Educação da China convidou membros do corpo docente, de cerca de dez faculdades e universidades, para desenvolver um plano de estudo nacional para as disciplinas dos programas de Biblioteconomia. Este momento reafirmou a vitalidade das disciplinas de Catalogação e Classificação, bem como impactou em seu desenvolvimento.

Influenciado pela popularidade da Internet e pelo uso de sistemas automatizados de gerenciamento de bibliotecas, o ensino dessas disciplinas tem passado por muitas mudanças. No currículo do programa de Biblioteconomia da *Peking University*, a proposta para as disciplinas de Catalogação geralmente inclui:

- a) teorias, introdução às práticas de Catalogação, estrutura e uso para diferentes formatos;
- b) Catalogação de materiais em idiomas chineses, combinada com a Catalogação de materiais em idiomas ocidentais;
- c) ensino das regras de Catalogação, segundo regras desenvolvidas para a língua chinesa e o formato MARC da China;
- d) prática da disciplina, destacando a experiência com catálogos on-line e com os sistemas de gerenciamento das coleções das bibliotecas (MA, 2005).

Assim, quase todos os programas de Biblioteconomia das universidades chinesas oferecem disciplinas de Catalogação e Classificação, apesar das pequenas diferenças na carga horária e nos currículos.

A tecnologia tem beneficiado o ensino prático da disciplina, com o advento dos catálogos on-line e do uso de softwares para Catalogação e para o compartilhamento de registros. Em Pequim, os alunos participam de um treinamento sistemático em Catalogação, Classificação e Indexação. Há laboratórios para o treinamento prático e um sistema experimental de banco de dados para exercícios.

Si (2005), no entanto, aponta que a tecnologia exige novas maneiras de ensinar. Embora a maioria dos docentes dos programas de Biblioteconomia e CI possuam uma sólida base teórica para educação e treinamento, normalmente não possuem experiência prática em seu campo de especialidade, bem como não estão familiarizados com a aplicação das tecnologias. Por outro lado, a metodologia de ensino foi aprimorada, de modo que uma maior atenção é dada à interação entre professores e alunos, na tentativa de incentivar os alunos a participarem e tomarem iniciativas.

O autor aponta para o futuro da Catalogação, juntamente com o desenvolvimento de tecnologias da informação. Esquemas de metadados e teorias de organização de recursos da Web serão absorvidos pela disciplina. A educação continuada e o treinamento seguem como meio importante para qualificar os funcionários que atuam nas bibliotecas e, do mesmo modo, para aqueles profissionais que trabalham com a Catalogação no gerenciamento de informações em negócios empresariais, corporações e em programas científicos.

Com relação à forma de ensino, os cursos a distância encontrarão uma ampla aplicação também para as disciplinas de Catalogação e Classificação. Recursos online são mais acessíveis e eficientes, permitem aos programas atuais de Biblioteconomia expandir seus recursos de ensino para atender as necessidades sociais e melhorar a educação continuada de profissionais que atuam em bibliotecas.

Si (2005), ao projetar possíveis melhorias e avanços no ensino para os próximos cinco a dez anos, comenta que o método tradicional de ensino deve ser aprimorado, o mais rápido possível, fazendo o melhor uso dos programas de multimídia e fornecendo aos alunos exemplos adequados e materiais intuitivos que desenvolvam sua percepção dos conceitos e princípios teóricos. Além de teorias básicas e tópicos de ponta, o ensino deve contemplar o uso de softwares adequados para o ensino a distância. O autor julga ser importante melhorar a capacidade de ensino e pesquisa, do corpo docente, oferecendo oportunidades para treinamento e

crescimento profissional contínuo. O corpo docente deve ser incentivado a explorar e experimentar as novas maneiras de ensinar.

A Figura 10 apresenta os pontos que merecem destaque no ensino da Catalogação na China:

Figura 10 - Síntese do ensino da Catalogação na China



Fonte: Elaborado pela autora.

Austrália

Na Austrália, a formação de bibliotecários e profissionais da informação é um esforço colaborativo entre as universidades, os cursos de educação continuada, os empregadores e as associações profissionais. Todos acreditam que o desenvolvimento profissional ao longo da carreira é essencial para acompanhar as mudanças empreendidas na área (HALLAM, 2006).

Harvey e Reynold (2006) ressaltam que, até 1960, a formação de bibliotecários estava a cargo da *Australian Library & Information Association* (ALIA), principal organização profissional de serviços de biblioteca e informação, posteriormente, os cursos passaram a ser ministrados nas universidades pelas *Library and Information Studies* (LIS). Entretanto, os padrões de qualidade no ensino continuaram sendo mantidos pela ALIA, responsável pelo processo de reconhecimento de cursos, oferecidos nos níveis de graduação e pós-graduação. As disciplinas devem incluir conteúdos que abordem a organização de registros bibliográficos, armazenamento, preservação e recuperação de informações.

Hallam (2006) comenta que os cursos, reconhecidos pela ALIA, abordam todas as áreas de conhecimento essenciais à formação do profissional. Neste contexto, desenvolvem conhecimentos, habilidades e atitudes genéricas, além de contribuir para o amadurecimento do pensamento crítico, analítico e criativo dos alunos. Por áreas de conhecimento essenciais, refere-se à análise, avaliação, organização e sintetização de informações para atender às necessidades do usuário da biblioteca e dos serviços de informação. Além disso, a ALIA reconhece que habilidades e conhecimentos específicos dependerão das qualificações formais, da experiência, do desenvolvimento profissional e do papel desempenhado individualmente pelos bibliotecários e profissionais da informação.

A Austrália também oferece a formação técnica em Biblioteconomia (*Library technician*), desde 1970. Os técnicos contribuem na manutenção dos cursos de bacharelado, pois a qualificação técnica desperta interesse em ingressar na universidade. No entanto, há uma confusão, por parte dos empregadores, estudantes em potencial e bibliotecários australianos, sobre as distinções entre os níveis de qualificação (técnico, bacharel e mestre), conforme apontam Harvey e Reynold (2006).

A prática da Catalogação na Austrália faz parte de uma ampla tradição anglo-americana, influenciada pelas mesmas tendências, resultado da crescente quantidade de informações em formato digital e do uso generalizado da computação em rede. De Catalogação de livros até descrição de metadados para recursos de informação, o ensino tem refletido mudanças, antes chamado de “Catalogação e Classificação”, atualmente, “Organização da Informação” (HARVEY; REYNOLD, 2006).

Em 2002, a *Association for Library Collections and Technical Services/Association for Library and Information Science Education* elaborou um relatório propondo um currículo modelo para o ensino da Catalogação, também listou alguns requisitos, considerados necessários, aos cursos de graduação em Biblioteconomia, são eles: conhecimento do AACR2; MARC; Z39.50; entradas de autoridade (nomes pessoais e entidades corporativas); esquema de classificação. Ainda, segundo o relatório, é necessária uma visão geral de metadados e de protocolos de interoperabilidade, bem como um entendimento geral de ISBD, Dublin Core, HTML, XML, entre outros (HARVEY; REYNOLD, 2006).

Ademais, é importante destacar que há certa preocupação em abordar conteúdos sobre os efeitos dos fatores econômicos, sociais e tecnológicos no

desenvolvimento de redes bibliográficas e operações de Catalogação. Os autores australianos reiteram que uma base sólida nas habilidades e conhecimentos da Catalogação é ainda a chave para uma prática profissional eficaz.

A Figura 11 sintetiza o ensino da Catalogação na Austrália:

Figura 11 - Síntese do ensino da Catalogação na Austrália



Fonte: Elaborado pela autora.

México

Martinez Arellano (2006) apresenta uma visão geral dos oito cursos de LIS do país. A Catalogação, a Classificação e a Indexação ocupam um lugar importante no ensino da Biblioteconomia mexicana. Há uma diversidade considerável de conteúdo, porém quase todos incluem o ensino do AACR2, da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH). Como em outros países estudados, o ensino dessas disciplinas foi influenciado por mudanças experimentadas, nas bibliotecas e na Biblioteconomia, como resultado do desenvolvimento das tecnologias.

As primeiras escolas mexicanas foram a *National School of Library and Archive Sciences*, fundada em 1945, e a *College of Library Science at the National Autonomous University of Mexico*, em 1956. Até 2009, existiam oito LIS no México, todas com características e currículos próprios em nível de graduação. Também existem programas de pós-graduação para os bibliotecários que desejam se especializar ou seguir na carreira de pesquisador.

Na análise de Martínez Arellano (2006), as escolas enfrentam uma série de desafios para melhorar o ensino de Catalogação e Classificação. Um dos desafios é determinar quais são os conhecimentos basilares e as habilidades indispensáveis para atuar nesta área. A abordagem do autor sugere que as escolas mexicanas uniformizem a nomenclatura das áreas, cursos e disciplinas. Além disso, afirma que é necessário estabelecer objetivos e conteúdos semelhantes, de modo que isso colabore com a criação de uma identidade da profissão, pois trata-se de uma área cuja organização da informação é um recurso importante e exclusivo.

A Figura 12 apresenta os destaques do ensino da Catalogação no México:



Fonte: Elaborado pela autora.

Egito

A Universidade de Cairo, em 1951, foi pioneira nos cursos de LIS no Egito. Desde então, seu currículo foi modificado inúmeras vezes, até que em 1993, acompanhou a mudança no nome do departamento para *Department of Librarianship, Archives, and Information*, que seguiu o desenvolvimento atual e contínuo do campo. Somente no início dos anos 1980, um segundo curso foi criado, na Universidade de Alexandria, seguido de outros dois em Bani Swif (1985) e Tanta (1986). Na última década do século XX, observa-se uma proliferação de escolas LIS no país.

Os cursos têm duração de quatro anos e todo o programa é baseado em disciplinas obrigatórias, cada uma com duração de 4 horas semanais, além da oferta

de disciplinas opcionais. A titulação mínima dos professores é a de doutor em LIS, exceto para disciplinas especialmente relacionadas à tecnologia da informação.

Segundo Hady e Shaker (2006), o número de disciplinas de Catalogação e Classificação, nos currículos, é relativamente pequeno, se comparado com o número total de disciplinas. Ensina-se mais teoria do que prática, apesar de reconhecida a grande necessidade de treinamento prático. Até 2006, não havia disciplinas nos currículos de LIS que abordassem conteúdos sobre *Online Public Access Catalog* (OPAC) e sistemas automatizados para gestão de bibliotecas, essa ausência reflete a visão tradicional da área.

A maioria das disciplinas de Catalogação e Classificação é ministrada principalmente entre o 2º e o 3º ano da graduação. Hady e Shaker (2006) acreditam que é inadequado oferecê-las no primeiro e no último ano, os autores salientam que os alunos iniciantes no programa não estão preparados para uma carga de conhecimentos técnicos. Já os alunos concluintes, devem ter adquirido as habilidades necessárias nos anos anteriores ao último ano.

Hady e Shaker (2006) elencam algumas necessidades para o desenvolvimento das disciplinas analisadas, tais como:

- a) aumentar o foco na Catalogação legível por máquina;
- b) ensinar e incentivar a Catalogação cooperativa, especialmente estabelecendo parcerias com a OCLC;
- c) disponibilizar recursos que melhorem a prática do ensino, tais como: bibliografias, laboratórios, sistemas e banco de dados;
- d) investir na educação continuada e acompanhar as novas tendências no campo;
- e) assegurar a importância da utilização de novas tecnologias educacionais como, por exemplo, a Internet e a educação a distância;
- f) estabelecer um programa efetivo de Catalogação na publicação (CIP);
- g) atualizar os conteúdos dos livros didáticos, incluindo aplicações práticas das regras de Catalogação.

A síntese sobre ensino da Catalogação no Egito é apresentada na Figura a seguir:

Figura 13 - Síntese do ensino da Catalogação no Egito

Fonte: Elaborado pela autora.

Encerrando esta seção, ao apresentar um caleidoscópio de esforços e programas direcionados ao ensino da Catalogação no mundo, cujas realidades são diversas e atemporais, nota-se que a importância da Catalogação, enquanto disciplina ou atividade, é atribuída igualmente em qualquer parte do mundo. Tanto o ensino quanto a prática influenciam, amplamente, a capacidade coletiva da profissão de lidar com os desafios atuais e atender às necessidades futuras de serviços de informação, porém, ainda pouco se sabe sobre como a Catalogação é ensinada no mundo.

3.2 NO BRASIL

A história do ensino da Catalogação, no Brasil, é contada nas entrelinhas da história do ensino da Biblioteconomia, e emerge ao longo das décadas, na medida em que a prática biblioteconômica é consolidada. A busca pela compreensão do processo histórico e evolutivo do bibliotecário e, conseqüentemente, do processo de formação profissional, certamente propicia um entendimento do presente e a prospecção do futuro.

A BN foi pioneira em ofertar o curso de Biblioteconomia no Brasil e, segundo Edson Nery da Fonseca, foi o primeiro a ser implementado na América Latina e o no terceiro no mundo (SOUZA, 2009). Entre os anos de 1915 e 1922, eram ofertadas quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática, ministradas pelos próprios chefes dessas seções. Hübner (2021) destaca que o ensino da Catalogação estava presente no conteúdo de três dessas quatro disciplinas,

a exceção era para a disciplina de Numismática. Nesse período, o curso ministrado tinha influência francesa.

O curso da BN foi interrompido em 1922 e retomado em 1933. Em 1944, foi incorporado o modelo americano que, por oferecer uma formação mais técnica, incluiu na grade curricular as disciplinas de Classificação e Catalogação. Seus conteúdos abrangiam a teoria e a prática dos sistemas de classificação e das normas de Catalogação, para referências bibliográficas e para a organização de catálogos de livros e periódicos, bem como noções do tratamento técnico de partituras, mapas, estampas e outros materiais (CASTRO, 2000).

O segundo curso de Biblioteconomia, brasileiro, foi criado em 1929, em São Paulo, no então Instituto Mackenzie. As disciplinas Catalogação, Classificação, Referência e Organização estavam baseadas em técnicas especialmente desenvolvidas, que refletiam a influência americana.

Ainda sobre o curso do Instituto Mackenzie, a disciplina de Catalogação abordava ambas as dimensões, teórica e prática. Na parte teórica, eram estudados os códigos, as tabelas, a história da Catalogação, os métodos de leitura técnica do livro, os tipos de catálogos e sua organização. Na parte prática, técnicas e fichamento, tipos de remissivas (topográficas, analíticas e de série), regras de alfabetação de fichas e arranjo dos catálogos (CASTRO, 2000). O curso foi encerrado em 1936, após a instalação do curso de Biblioteconomia pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, criado por Rubens Borba de Moraes.

Nesse curso eram ministradas as disciplinas de Catalogação, Classificação, História do Livro e Referência. O curso permaneceu vinculado à Prefeitura apenas entre os anos de 1936 e 1938, deixando de funcionar em 1939. Após seu encerramento, ressurgiu em 1940, anexo à atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Com o apoio da Rockefeller Foundation, consolidou-se e expandiu-se, em duração e conteúdo, mantendo a influência norte-americana (MUELLER, 1985).

Nota-se que a disciplina de Catalogação era ministrada desde os primeiros cursos de Biblioteconomia do Brasil, em especial naqueles criados em São Paulo, que segundo Modesto (2007), foi a cidade consagrada como a pioneira no ensino da disciplina, baseado no Código da ALA, por influência da bibliotecária e professora Dorothy Muriel Gueddes.

Ao final da década de 1940, havia cinco cursos, mas na década seguinte, já totalizavam nove. Em 1970, o Brasil contava com 19 cursos de graduação em Biblioteconomia, que funcionavam nos principais estados do país. A partir desse período, as disciplinas de caráter nitidamente técnico, como a Catalogação e a Classificação, receberam maior atenção das escolas e responderam pela formação de bibliotecários com perfil técnico.

Segundo Castro, Sales e Simionato (2016), em todos os cursos de Bacharelado em Biblioteconomia existentes no país, há uma ou mais disciplinas destinadas ao ensino da Catalogação e ao uso dos instrumentos de trabalho do catalogador. Ainda que os cursos adotem terminologias distintas, as disciplinas de Catalogação são ofertadas como obrigatórias, destacando, como mencionado pelos autores, sua importância na formação dos futuros bibliotecários.

Desde os primeiros cursos implantados no país, até os mais recentes, o currículo das escolas de Biblioteconomia impõe o ensino de disciplinas relacionadas ao processamento, tratamento e organização da informação (SOUZA, 2009). Porém, conforme lembra Baptista (2006, p. 7):

[...] A formação universitária dos catalogadores tem se mostrado insuficiente em função das mudanças ocorridas na própria natureza da Catalogação, mudanças essas resultantes da diversificação nos suportes da informação e dos avanços tecnológicos.

Em geral, o ensino da Catalogação tem se apoiado em instrumentos como o AACR2, MARC 21 e softwares de automação de bibliotecas. Dessa maneira, os avanços tecnológicos na área de Catalogação, relativos ao desenvolvimento de novos formatos, padrões e funções, ainda são pouco contemplados nos currículos, sendo necessário dar mais atenção a eles, com a implementação de disciplinas específicas que contemplem o ensino dessas novas práticas (CASTRO; SALES; SIMIONATO, 2016).

Pereira (2013) diz ser imprescindível pensar a Catalogação como uma disciplina que vise, não só à formação de futuros(as) bibliotecários(as), mas também como um processo contínuo de aprendizagem e análise crítica da área. Mueller (1985), por sua vez, desta(ca que a formação, em nível de graduação, é apenas o início, não devendo ser imposto ao curso de graduação toda a responsabilidade pela formação profissional. Machado, Von Helde, e Couto (2007, p. 102) concordam e afirmam que:

[...] o conhecimento da utilização dos códigos de Catalogação é obtido durante o período de formação regular [...], entretanto a aplicabilidade destes conhecimentos em bases automatizadas se dá, na maioria das vezes, na prática, ou seja, por meio dos estágios curriculares e não curriculares ou durante a atuação profissional.

As grandes mudanças anunciadas na área de Catalogação, alavancadas pelos avanços tecnológicos que são incorporados à prática biblioteconômica, levam a reflexões, sobre o ensino e a atuação profissional, que extrapolam as questões de uso do código de Catalogação. Hübner (2021, p. 119) chama a atenção para a composição atual dos currículos das disciplinas de Catalogação.

Enquanto algumas escolas de Biblioteconomia ainda não contemplam plenamente a informatização em seus currículos, outras discutem as mais recentes mudanças teórico-conceituais da Catalogação, oriundas do advento dos novos suportes informacionais e das atuais necessidades dos usuários.

O momento requer maior aprofundamento teórico e prático. Todavia, o desafio da disciplina de Catalogação é, sem dúvida, oferecer uma formação acadêmica consistente, reflexiva e crítica, tanto teórica quanto prática, para que os bibliotecários possam desenvolver, com êxito, suas atividades nas unidades de informação onde vierem a trabalhar.

Para tanto, desde 2008 são realizados dois importantes encontros que reúnem professores, pesquisadores e profissionais interessados na pesquisa, no ensino e na prática em Catalogação: o Encontro de Docência em Catalogação e o Encontro Nacional de Catalogadores que, em sua primeira edição, levou à criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação. Encontros como esses possibilitam discutir e propor caminhos para a análise de práticas pedagógicas e profissionais, caminhos que favoreçam a formação de um profissional reflexivo e capaz de dialogar e interagir com as transformações que estão configurando a Catalogação nas bibliotecas.

O ensino da Catalogação, no século XXI, pode ser um teste decisivo para o futuro bem-sucedido da profissão, mas, para tanto, é preciso considerá-la como objeto de estudo acadêmico e não somente como uma prática profissional. O aluno precisa ser educado, não treinado, para que ele compreenda os problemas subjacentes à Catalogação, tal como Seymour Lubetzky fazia com seus alunos da *UCLA Graduate School of Education and Information Studies*.

A Figura 14 apresenta a síntese do ensino da Catalogação no Brasil.

Figura 14 – Síntese do ensino da Catalogação no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

A visão geral do ensino da Catalogação, no mundo, possibilitou compreender como as teorias e práticas foram abordadas, desenvolvidas e utilizadas, ao longo do tempo, pelas escolas responsáveis por formar o profissional bibliotecário. O quadro a seguir, construído por meio da consulta à literatura nacional e internacional, sintetiza as inferências sobre o ensino da Catalogação no mundo.

Quadro 4 – Síntese do ensino da Catalogação no mundo

<i>PAÍS</i>	<i>SÍNTESE</i>
Estados Unidos	Currículo reflete as necessidades do mercado de trabalho Necessidade de mais prática Ensino da teoria por trás da prática Equilíbrio de conteúdos teóricos e práticos Excesso de conteúdo <i>versus</i> carga horária limitada
Reino Unido	Redução no ensino da Catalogação Disciplinas não obrigatórias Docentes não são especialistas
Nigéria	Assunto central na formação do bibliotecário Disciplinas obrigatórias Ensino concentrado na Catalogação de Livros Integração teoria <i>versus</i> prática
China	Atualização do conteúdo das disciplinas Melhoria dos métodos de ensino Uso de recursos de ensino on-line Aumento da prática no ensino da Catalogação Ensino da Catalogação de materiais em idioma chinês e em idiomas ocidentais Maior interação entre professores e alunos Desenvolvimento de projetos extraclasse

Austrália	Currículo modelo para a disciplina Disciplinas abordam, entre outros assuntos, fatores econômicos, sociais e tecnológicos Ensino reflete mudanças anunciadas: de Catalogação de livros à descrição de metadados Base sólida no ensino teórico e prático da disciplina Ensino fundamentado nas principais ferramentas bibliográficas e nas ferramentas para organizar registros bibliográficos em redes
México	Disciplinas ocupam lugar importante na formação profissional Alinhamento do ensino com os conhecimentos e habilidades necessárias na atuação profissional Necessidade de estabelecer objetivos e conteúdos semelhantes nas Escolas mexicanas
Egito	Número reduzido de disciplinas nos currículos Pouco ensino prático Ausência de conteúdos sobre OPAC e softwares para gestão de bibliotecas
Brasil	Ensino apoiado em Instrumentos como o AACR2, MARC21 e softwares Avanços tecnológicos pouco contemplado nos currículos Necessidade de oferecer formação acadêmica reflexiva e crítica

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse panorama ilustra algo que é constitutivo do ensino da Catalogação, a saber, que ele tem a mudança como uma constante, portanto, funciona para direcionar o olhar à estratégia de admitir que seu ensino requer constantes transformações que respondam aos impulsos das novas tecnologias. As escolas, por sua vez, são as responsáveis por adequar seus currículos às necessidades do mercado de trabalho, fornecendo aos alunos ferramentas teóricas, práticas, metodológicas e tecnológicas que o campo exige.

Para além disso, observa-se que o ensino da disciplina é reconhecidamente deficitário em alguns países, incluindo o Brasil, seja pela necessidade de mais prática da Catalogação, pelo excesso de conteúdo a ser ministrado em carga horária limitada, ou ainda pela ausência de conteúdos que abordem os avanços tecnológicos da área.

A exemplo disso, Hübner (2021, p. 205) apontou que as disciplinas de Catalogação, nos cursos de Biblioteconomia brasileiros, apresentam “gargalhos de conteúdo, ocasionando lacunas na formação dos(as) futuros(as) bibliotecários(as)”. O mesmo autor diagnosticou “a existência de cursos com uma formação voltada ao ambiente analógico, deixando de apresentar aos acadêmicos o universo digital e as transformações que estão ocorrendo na área”. Desta forma, tais deficiências exigem, ainda mais, uma educação que corresponda às necessidades da sociedade para o qual o profissional estará à serviço.

Ao buscar alternativas para a melhoria do ensino da Catalogação, principalmente no Brasil, deparamo-nos com uma personalidade capaz de modificar a metodologia de ensino da disciplina, ao combinar teoria e prática, evitar a memorização de regras e exigir dos alunos a compreensão dos princípios fundamentais da área. Essa personalidade é Seymour Lubetzky, que ensinou a “arte de catalogar”, revolucionou e rompeu com o conservadorismo do ensino e com a visão da Catalogação como uma disciplina eminentemente prática. Sua trajetória como bibliotecário e crítico da Catalogação, dos códigos e das regras e seu método para o ensino será apresentado e discutido no capítulo a seguir, que pretende, além disso, demonstrar a presença de seus ideais na Catalogação atual.

4 SEYMOUR LUBETZKY

Seymour Lubetzky (1898-2003) é uma das mentes mais brilhantes da Catalogação no século XX, seus pensamentos são emblemáticos de sua postura filosófica em relação à área. Coautor da história da Catalogação, ao lado de Antonio Panizzi e Charles Cutter, seu nome é sinônimo dos princípios fundamentais que estabeleceram a estrutura conceitual para a disciplina, como a conhecemos na atualidade. Foi o responsável por transformar os códigos “ricos em regras” em “ricos em abordagem”. Seus estudos, sem dúvida, continuam relevantes para a área de Catalogação, que vivencia um ambiente complexo e em constante mudança, com novos formatos e materiais para tratar.

Para compreender a trajetória e o método ensino de Lubetzky, na disciplina de Catalogação, empreendeu-se uma vasta pesquisa na literatura nacional e internacional, tomando-se como referência os seus escritos e os de outros teóricos que aquiesceram o legado deixado por ele, como discorrem as seções a seguir.

4.1 A TRAJETÓRIA

Seymour Lubetzky nasceu em Zelwa, uma pequena cidade no que era, então, a Rússia, e agora é Belarus. Aprendeu a ler, cedo, e depois de concluir seus estudos, tornou-se professor de ensino fundamental e médio na Tarbut, escola patrocinada por uma organização financiada pelos EUA. A certa altura, a instituição o premiou com um certificado de melhor professor na Polônia.

Em 1927, por questões sociais e políticas, Lubetzky emigrou para a América, e juntou-se às suas duas irmãs e ao seu irmão, em Los Angeles. Concluiu seu Bacharelado na Universidade da Califórnia e, em 1931, foi para Berkeley cursar Alemão, com formação secundária em Francês, Psicologia, Música e Educação. Contudo, não logrou êxito na carreira de educador devido, em parte, à dificuldade em encontrar emprego, mas também por sofrer preconceito antissemita (LUBETZKY, 2001).

Fluente em seis idiomas (ídiche, hebraico, russo, polonês, alemão e francês) e com poderes retóricos, tanto na fala quanto na escrita, pensava cada palavra que utilizava, escolhendo as que demonstravam riqueza e as que tivessem mais conotação ao expressar seu pensamento. Sua linguagem fazia fronteira com o uso

natural de metáforas, histórias e imagens, e com o uso liberal de adjetivos e advérbios, persuadindo e convencendo com sua argumentação.

Em 1932, Sidney Mitchell, decano da escola de Biblioteconomia de Berkeley, a quem Lubetzky teve como seu mentor, convenceu-o a ingressar na carreira de bibliotecário - a exemplo de tantas histórias conhecidas, quando a Biblioteconomia é uma segunda escolha profissional. Obteve o certificado de bibliotecário, em 1934, e iniciou sua carreira após 15 meses de sua formação, quando trabalhou temporariamente, pelo *Sequoia National Park Service*, para organizar uma biblioteca especializada.

Ao retornar para Los Angeles, em julho de 1936, foi contratado pela *UCLA Library*. Depois de certo tempo trabalhando com periódicos, foi transferido para o Departamento de Catalogação, por intervenção de Jens Nyholm, que identificou em Lubetzky sua capacidade de raciocínio crítico e de análise dos problemas de Catalogação no âmbito da biblioteca da UCLA. Juntos, tempos depois, elaboraram o artigo apresentado em junho de 1939, na *Libraries Round Table of the Catalog Section* da ALA.

Nesse artigo, sob o título *Crisis in the Catalog*, Lubetzky analisa argumentos e provas favoráveis aos catálogos dicionário e sistemático. Seu método de avaliação chama atenção pela analiticidade, raciocínio lógico e objetividade científica - qualidades que continuariam impregnadas em seus escritos nos próximos 50 anos. Esse trabalho inaugurou sua carreira como crítico da Catalogação (LUBETZKY, 2001).

Lubetzky divide sua carreira em três fases. A primeira delas, ele caracteriza como "a criação de um catalogador". Nyholm, considerado por ele seu segundo mentor, teve grande participação nesse início, foi o responsável por colocar Lubetzky em contato com grande parte dos problemas de Catalogação, dos quais ele se ocupou no decurso de sua experiência e trabalho no Departamento de Catalogação da UCLA.

Houve, porém, uma breve lacuna em sua carreira como bibliotecário, durante o período em que participou do esforço de guerra, quando construiu um catálogo de materiais alojados no estaleiro *Kaiser Richmond*, em San Francisco. Estando perto de Berkeley, Lubetzky aproveitou a oportunidade para visitar Sydney Mitchell, que novamente o ajudou ao notar que sua carreira estava ameaçada de ser desviada.

Mitchell o indicou à Herman H. Henkle, Diretor do Departamento de Processamento Técnico da LC, que o contratou. "[...] Nenhuma outra decisão que

tomei em cinco anos e meio teve consequências tão importantes” (LUBETZKY, 2001, p. xiii, tradução nossa), disse Henkle, o terceiro mentor de Lubetzky.

Esse foi o início do segundo período da carreira de Lubetzky, por ele definida como: “*in the thick of things*”, perpetuado por dezessete anos (1943-1960) dedicados ao trabalho na LC, onde ocupou vários cargos: 1943 - Assistente Especial, Assistente Técnico do Diretor do Departamento de Processamento; 1947 - Chefe da Divisão de Manutenção de Catálogo; 1948 – Chefe da Seção de Pesquisa e Resumos da Unidade de Pesquisa Aérea; 1949 - Chefe da Seção de Informação da Divisão de Estudos Aéreos; Chefe da Divisão de Catálogo da União e Chefe da Divisão de Manutenção de Catálogo; 1951 - Consultor sobre Bibliografia e Política de Catalogação.

Henkle atribuiu a Lubetzky o desafio de lidar com a crise de Catalogação, instaurada na LC, embora, na visão dos demais funcionários, essa deveria ser prerrogativa daqueles que eram seus predecessores no local. Enfrentar a crise envolvia mudanças radicais, visto que as regras estavam sendo adicionadas ao código de Catalogação de maneira casuística, *ad-hoc*, sem levar em conta sua função geral ou uma possível sobreposição a outras regras, que acontecia há meio século (GALEFFI, 2009).

Segundo Lubetzky (2001), a complexidade das regras sobre as quais estava fundamentada a Catalogação, contribuiu para que elas não obtivessem a aceitação geral. Além disso, com a incorporação de “exceções”, à prática individual, tornou-se regra, e as próprias regras evoluíram, por muito tempo, como uma prática tendenciosa, ao invés de seguirem um princípio claro desde o início. A complexidade elevava, cada vez mais, os custos da Catalogação, bem como atrasos sem precedentes.

As bibliotecas americanas, em meio ao estresse econômico, foram obrigadas a buscar alternativas para redução de custos em suas operações e serviços. A Catalogação tornou-se, inevitavelmente, o alvo da economia, por ser o serviço menos compreendido e o mais criticado. O alto custo da Catalogação sempre esteve presente nas discussões entre os bibliotecários americanos.

Segundo Ulvelig (1934 apud LUBETZKY, 1969), para atender a tal economia, era necessário deixar de lado as práticas fundamentadas apenas na tradição catalográfica e descartar a precisão acadêmica, que não servia a um propósito melhor do que prestar homenagem ao “deus da perfeição”. Por outro lado, os oponentes à

contenção dos gastos com a Catalogação, argumentavam que não havia nada nas fichas do catálogo que não fosse usado por alguém, em algum momento (MUDGE, 1933 apud LUBETZKY, 1969).

Apoiado em Panizzi, Jewett e Cutter, Lubetzky analisou cada regra de forma criativa e racional, forneceu ao mundo da Catalogação um modelo atemporal para revisão das instruções normativas e esclareceu o significado de “Teoria da Catalogação”. Notou, por exemplo, que as normas de Catalogação deveriam ater-se a premissas estritamente necessárias à aplicação do processo, eliminando aquilo que não interessa. Para Lubetzky (2001), a revisão do código de Catalogação era o momento de ampliar e adequar cada uma de suas seções e, talvez, em primeiro lugar - o momento para avaliar o valor relativo ou da inutilidade de cada uma das regras, dos princípios e práticas à luz da experiência acumulada.

A essa altura, segundo Tillett (2007), Lubetzky acreditava que as regras haviam se tornado tão complexas que os catalogadores tinham perdido de vista o objetivo do catálogo: ajudar os usuários a localizar, identificar e distinguir, entre obras, aquelas que atendam às suas necessidades. Ele também acreditava que as regras eram desprovidas de fundamentos e precisavam ser avaliadas de modo inteligente, pois reduziam a eficiência do processo. Além disso, Lubetzky não entendia por que um sistema elaborado de regras deveria ser imposto aos catalogadores, ao catálogo e a seus usuários, se as regras não eram bem-vindas ao público e nem ao catalogador.

Lubetzky (2001) acreditava que, antes de descrever um livro, era necessário estar ciente dos objetivos à que a descrição serviria. Somente após declarados os objetivos, estaria claro o que deveria, ou não, ser incluído em uma descrição bibliográfica. Esta era a única maneira possível de avaliar as regras existentes e propor mudanças.

Dessa forma, pela primeira vez foram formulados os objetivos da descrição, em oposição aos objetivos do catálogo. Basicamente, o que se esperava da descrição bibliográfica era a identificação de um livro e a caracterização de seu conteúdo. Os elementos de dados, na página de rosto, que não atendessem a nenhum desses objetivos não seriam descritos.

As críticas às regras adotadas e praticadas pela LC, resultaram na publicação de um manual escrito por Lubetzky, enquanto ele ocupava o cargo de assistente especial na LC. O documento serviu de modelo para os estudos de Catalogação descritiva, conhecido como *Henkle Report*, que levou à publicação, em 1949, de *Rules*

for Descriptive Cataloging in the Library of Congress (RDC) – o “livro verde”. Lubetzky foi o responsável por separar as regras de descrição das regras de entradas (KNOWLTON, 2009).

As RDC foram consideravelmente simplificadas, a partir dos códigos de 1908 e 1941, e foram amplamente elogiadas por esse fato. Elas exemplificavam a abordagem sistemática de Lubetzky, que tinha como base os objetivos da descrição. Já as regras para cabeçalhos de entrada, publicadas pela ALA, também em 1949, permaneceram essencialmente um código de regras *ad hoc* e foram bastante criticadas (LUBETZKY, 2001).

À luz dos elogios às RDC e da recepção menos positiva das regras de entrada da ALA, o *Board on Cataloging Policy and Research* determinou que essas regras fossem abordadas do mesmo modo das regras de descrição (KNOWLTON, 2009). Em 1951, a ALA encomendou ao bibliotecário da LC Dr. Luther Evans, um exame detalhado das regras de entrada. Evans atribuiu essa tarefa à Lubetzky, apresentando-lhe o maior desafio de sua carreira.

Lubetzky estudou a história da Catalogação para entender a etiologia das regras de entrada do ponto de vista daqueles que as criaram. O propósito do estudo era olhar para as regras, não isoladamente, mas como um sistema projetado para atingir os objetivos declarados. Fazendo sua famosa pergunta "Esta regra é necessária?", ele examinou cada uma das regras de entrada para ver: (a) se favorecia os objetivos do catálogo, (b) se era consistente com outras regras, ou (c) se era redundante no sentido de repetir uma regra geral para um caso específico. Após dois anos, resumiu suas observações em *Cataloging Rules and Principles: A Critique of the ALA Rules for Entry and a Proposed Design for the Revision*.

A crítica de Lubetzky apontou as falhas nas regras existentes para entrada e sinalizou a necessidade de estabelecer um conjunto de princípios a partir dos quais um código melhorado pudesse ser construído. Ele esperava que seus esforços, na análise das regras, levassem a uma revisão definitiva do código, o que tornaria as regras mais racionais, propositais e forneceria uma busca mais criativa e imaginativa.

Foi assim que Lubetzky alcançou seu auge. Segundo Barbosa (1978, p. 46), ele “[...] revolucionou, através de sua lúcida e penetrante análise, os métodos até então usados na compilação de códigos”. Dunkin (1956, p. 290, tradução nossa) escreveu “o gênio Seymour Lubetzky agora domina nosso pensamento sobre o catálogo tão completamente quanto Cutter fazia”.

Desde então, tornou-se notável a importância atribuída por Lubetzky na definição dos princípios e objetivos do catálogo, no qual cada parte tem uma função definida. De fato, para ele era impossível conceber regras de Catalogação sem antes ter uma ideia clara dos requisitos aos quais o referido catálogo deveria atender (GALEFFI, 2009).

Observa-se, nos ideais de Lubetzky, que reflexões teóricas e motivações práticas se combinam. Ainda de acordo com Galeffi (2009), o catálogo não existe apenas por razões intelectuais ou filosóficas. A teoria e os princípios tornam-se claros e encontram sua razão de ser ao facilitar as tarefas práticas diárias e o funcionamento da biblioteca.

Lubetzky (1969) acreditava que um catálogo integrado e eficiente teria de ser projetado a partir de regras que: 1) agilizassem o trabalho de Catalogação, fornecendo ao catalogador instruções a serem seguidas; 2) garantissem uniformidade e consistência no tratamento dos materiais da biblioteca - sem as quais o catálogo tenderia a tornar-se cada vez mais caótico e confuso; 3) facilitassem a cooperação entre bibliotecas e, portanto, servissem à causa da bibliografia e da economia de Catalogação.

Por outro lado, Lubetzky (1969) defendia que a descrição deveria ser baseada em objetivos e não em uma adesão servil ao que tinha aparência de conceito revolucionário. A santidade da página de rosto era um princípio enraizado da Catalogação bibliográfica. O problema, apresentado por ele, era que a página de rosto dos livros, incluindo as edições da mesma obra, geralmente possuía design heterogêneo, enquanto as entradas precisariam ser uniformemente projetadas para formar um catálogo integrado.

Lubetzky sabia que aqueles que realizam pesquisas em catálogos têm necessidades diferentes. Ele dividia os usuários do catálogo em duas classes: os que procuram um livro específico sob um autor ou título; e os que procuram livros pelo assunto. Os primeiros executam uma busca rápida no catálogo, enquanto os últimos usam o catálogo por algum tempo, para selecionar o livro desejado.

Durante toda a sua carreira, ele apresentou soluções inovadoras para a Catalogação descritiva e para entrada de nomes pessoais e corporativos, entretanto, foi pouco compreendido e muito criticado, mesmo assim, continuou contribuindo com a literatura do campo da Catalogação. Produziu dois documentos que são estritamente regulatórios: o *Manual of Descriptive Cataloging. Preliminary Draft*,

publicado em 1943, e o *Code of Cataloging Rules. Author and Title Entries*, de 1960. Apresentou inúmeras reflexões e comentários, de tipo prescritivo, em obras de natureza teórica, como, por exemplo: em *Cataloging Rules and Principles; a Critique of the ALA: Rules for Entry and a Proposed Design for Their Revision* (1953), obra decisiva em que ele expressa sua rejeição a certos códigos complexos de Catalogação; também em *Principles of Cataloging Final Report*, publicado em 1969, imediatamente após sua aposentadoria como professor na *School of Library Service* da UCLA.

Porém, nem todas as suas contribuições foram efetivamente apropriadas pela área. Os códigos de Catalogação, subsequentes ao que ele analisou, não seguiram todas as suas recomendações, mas continuaram a apresentar casuísticas infundadas, minuciosidades e detalhismos desnecessários, dentre outras incongruências estruturais em regras catalográficas (SANTOS, 2019).

Em 1955, Lubetzky foi homenageado por Margaret Mann (notável bibliotecária e professora que dominou o campo da Catalogação por quase cinquenta anos) “por suas análises acadêmicas e críticas que estimularam e influenciaram profundamente a revisão das regras de Catalogação e estão levando a profissão bibliotecária a uma clara declaração de princípios como base para futuras políticas de Catalogação” (MANN apud LUBETZKY, 2001, p. xvi, tradução nossa).

No ano seguinte, foi nomeado editor do comitê responsável por redigir um novo código, cujos objetivos eram ambiciosos e idealistas. A construção deveria ser guiada por propósitos, problemas e princípios a que servia a Catalogação. O rascunho do código preparado por ele foi discutido com mais de 175 bibliotecários no *Institute on Catalog Code Revision* em Stanford, em julho de 1958. Conforme prometido em seus trabalhos anteriores, Lubetzky estabeleceu os objetivos do catálogo como primeira afirmação do código (KNOWLTON, 2009).

Assim, os objetivos do catálogo formulados por Cutter, em 1876, foram contestados, pela primeira vez, e reformulados por Lubetzky (2001): (1) mostrar se a biblioteca possui ou não um item ou publicação específica, publicada sob o nome de um determinado autor ou título; (2) identificar o autor e a obra representada pelo item ou publicação e relacionar as várias obras do autor e as várias edições e traduções da mesma obra.

As características inovadoras do esboço do novo código está, aparente, nos rascunhos inacabados de Lubetzky, o *Code of Cataloging Rules: Author and Title*

Entry (1960). Trata-se de uma declaração de propósitos e estabelece a distinção entre livro e obra. Segundo Barbosa (1978, p.39), os rascunhos, embora incompletos, apresentam “uma ideia sobre o que se poderia conseguir, em condições de autoria e não de casos específicos, com uma redução drástica do número de regras”. Posteriormente, Lubetzky publicou, em 1961, *Additions, revisions and changes*, uma contribuição decisiva para a preparação de um novo código.

Lubetzky (2001) contrasta obra e livro, na qual “obra” é um conceito abstrato que se refere a uma criação artística ou intelectual de um autor e, “livro”, a manifestação de uma obra. O conceito de obra não teve origem em Lubetzky, porém, foi ele quem o popularizou, ao promover a visão de um catálogo integrado e estruturado. Segundo ele, para cumprir verdadeiramente sua missão como guia para os recursos de uma biblioteca, o catálogo deveria reunir em uma única pesquisa todas as obras de um autor e todas as edições de uma obra.

Ao mesmo tempo, Lubetzky vinculou o conceito de obra ao conceito de entrada principal e, ao fazê-lo, demonstrou a razão de ser da entrada principal. Para ele, a entrada principal representa a obra e sua manifestação, compreensão válida para a Catalogação em computador, já que os catálogos automatizados não necessitam de entradas secundárias. Esse entendimento está presente nos FRBR, que procuram definir, com precisão, quais informações um registro bibliográfico deve fornecer e como ele responde às necessidades dos usuários. Em suma, Lubetzky desenvolveu uma teoria de Catalogação baseada no conceito de obra.

A revisão do código de Catalogação americano ocorria durante uma época em que bibliotecários de outros países também estavam empenhados em revisar seus códigos. À luz desse desenvolvimento, a IFLA convocou conferências, em 1958 e 1959, para discutir a possibilidade de um acordo internacional sobre princípios de Catalogação. No mesmo momento, ALA e LA se juntaram para que o código revisado e preparado por Lubetzky fosse anglo-americano.

Durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (1961), Lubetzky leu um artigo sobre o papel da entrada principal nos registros bibliográficos e expôs seu ponto de vista. Fiuza (1985) afirma que o estudo apresentado foi usado como base nas discussões da Conferência, o que levou à aprovação da “Declaração dos Princípios de Catalogação”, considerada a primeira norma internacional de Catalogação colaborativa.

Enquanto isso, na Califórnia, Lawrence Clark Powell, responsável pela fundação da escola de Biblioteconomia da UCLA, estava à procura dos melhores profissionais para compor o quadro de professores da nova faculdade. Para a disciplina de Catalogação, pensou em um único nome, pois Clark acreditava que as contribuições de Lubetzky, na formação dos futuros bibliotecários, seriam tão duradouras quanto seus escritos. Lubetzky aceitou a proposta e ingressou na carreira de docente de Catalogação na UCLA, em 1960, chegando, portanto, à terceira fase de sua vida profissional.

Após sua aposentadoria, continuou interessado no desenvolvimento da Catalogação. Palestrou diversas vezes em reuniões dedicadas à discussão da revisão do código, em 1975, no *ALA Information Science and Automation Division Institute*, falou sobre “O catálogo: sua natureza e perspectivas”; em 1979, na conferência *The Nature and Future of the Catalog*; em 1980, em uma conferência sobre o AACR2 e a elaboração de um novo código.

Dezoito anos se passaram quando, por ocasião de seu centésimo aniversário, Lubetzky apresentou seu último artigo, uma retrospectiva dos reveses da Catalogação ao longo do século XX. Foi franco ao temer que os ideais tradicionais da Catalogação pudessem ser perdidos de vista no entusiasmo com a nova tecnologia, demonstrou preocupação com o conceito de entrada principal, que continuava mal compreendido, o que implicava num mal-entendido no que diz respeito à abordagem teórica sobre a distinção entre a obra e o livro, por fim, expressou esperanças, associando-se a Panizzi e à arte clássica da Catalogação. Lubetzky reafirmou, com a mesma paixão de sempre, sua crença na Catalogação de qualidade como “um elo indispensável na transmissão, integração e exploração dos registros da civilização humana” (LUBETZKY, 2001, p. xx, tradução nossa).

Parte do seu trabalho está reunido no livro “*Seymour Lubetzky: Writings on the Classical Art of Cataloging*”, utilizado em grande parte no desenvolvimento deste capítulo. Além desse, há uma série de publicações e trabalhos que expressam o quão grande foi a sua contribuição para com o passado, presente e futuro da Catalogação, que podem ser conferidos no quadro apresentado a seguir:

Quadro 5 – Cronologia bibliográfica de Seymour Lubetzky

<i>FASES</i>	<i>ANO</i>	<i>PUBLICAÇÕES</i>
Primeira fase “ à criação de um catalogador”	1940	— Crisis in the Catalog.
	1941	— Titles: Fifth Column of the Catalog.
Segunda fase “ in the thick of things”	1943	— Manual of Descriptive Cataloging. (Preliminary Draft). Unpublished.
	1946	— Analysis of Current Descriptive Cataloging Practice.
	1947	— The Annex Public Catalog.
		— The Official Catalog.
		— General Catalogs of the Library of Congress.
	1948	— The Process Information File.
	1949	— Reply to Review of Cumulative Catalog of Library of Congress
	1951	— The Cataloging of Publications of Corporate Authors: A Rejoinder.
		— Reply to M. Taube.
	1953	— Cataloging Rules and Principles: A Critique of the A.L.A. Rules for Entry and a Proposed Design for Their Revision
		— Comments on Discussion of Cataloging Rules and Principles.
		— Development of Cataloging Rules.
	1954	— Cataloging Developments in France.
		— Non-author Headings: A Negative Theory.
	1955	— Review of Cataloging Principles and Practice: An Inquiry.
	1956	— Function of the Catalog.
		— Panizzi vs. the "Finding Catalog." Journal of Cataloging & Classification 12: 152-156.
		— Secretary Folsom's Dissertation on Library Management.
		— Some Observations on Revision of the Cataloging Code.
	1957	— Review of Kommentar zu den Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken.
		— Review of S. R. Ranganathan. Corporate Heading.
	1958	— Review of Notes on Cataloguing Books in Certain Foreign Languages.
		— Code for Cataloging: Authors & Titles. Rev. ed. Partial Draft. Unpublished.
Terceira fase Professor na UCLA	1961	— Code of Cataloging Rules: Bibliographic Entry and Description. A Partial and Tentative Draft for a New Edition of Bibliographic Cataloging Rules.
		— Report on the Revision of the A.L.A. Cataloging Rules (with Summary of Discussion).
		— Fundamentals of Cataloging.
	1962	— Code of Cataloging Rules: Author and Title Entry. An Unfinished
		— Code of Cataloging Rules: Bibliographic Entry and Description. Drafts of Rules, 1959-60. Unpublished.
	1963	— Código de Reglas de Catalogación: Entradas por Autor y Título. Unpublished.
		— The Current Revision of ALA Rules.
	1961	— Code of Cataloging Rules: Additions, Revisions, and Changes Prepared in Light of Discussions of the March 1960
		— P.S. to Dewton's Reply,
	1962	— Smoke Over Revision.
	1962	— Rôle de la Fiche Principale dans le Catalogue Alphabétique.
		— Cataloging Made Easy?
	1963	— Compromise in Cataloging.
		— The Function of the Main Entry in the Alphabetical Catalogue-One Approach. In: International Conference on Cataloguing Principles, 1961.

		— Quest for Catalogers: Today and Tomorrow.
		— Catalog Code Revision.
	1964	— The Library Catalog: Focus on Form
		— Lubetzky vs. Dewey.
	1965	— On Teaching Cataloging.
	1966	— Sears without Dewey.
Aposentadoria	1967	— Background and Underlying Principles.
	1968	— Review of Miller, E. Prince of Librarians: the Life and Times of Antonio Panizzi of the British Museum.
	1969	— Principles of Cataloging. Final Report. Phase I: Descriptive Cataloging.
		— Bibliographic Dimensions in Information Control (with R.M. Hayes).
	1970	— Review of Seminar on the Anglo-American Cataloguing Rules, Proceedings of the Seminar Organized by the Cataloguing and Indexing
		— Review of Soergel, D. Klassifikations-systeme und Thesauri.
	1971	— 1976 Minus 6, 5: A Perfected Edition of the Present Cataloging Rules.
		— Review of Dunkin, P.S. Tales of Melvil's Mouser, or, Much Ado about Libraries.
	1972	— Politics and Romance in Subject Cataloging.
	1979	— Ideology of Bibliographic Cataloging: Progress and Retrogression.
		— The Traditional Ideals of Cataloging and the New Revision.
	1980	— Fundamentals of Bibliographic Cataloging and AACR2.
	1999	— On the Use of Form Headings in an Alphabetical Catalog.
	2000	— The Vicissitudes of Ideology and Technology in Anglo-American Cataloging since Panizzi and a Prospective Reformation of the Catalog for the Next Century (in collaboration with Elaine Svenonius).

Fonte: Adaptado de Lubetzky (2001, p. 431-436).

Como observado, Seymour Lubetzky se dedicou aos problemas da Catalogação por quase 60 anos e deixou um significativo legado para a teoria da área, presente nos estudos e nas rotinas de trabalho do bibliotecário. É impossível falar sobre a Catalogação do século XXI sem falar de Lubetzky, a quem é atribuído todos os méritos pela simplificação da Catalogação e retomada de discussões propostas no século XIX (DENTON, 2007).

A trajetória empreendida por Lubetzky, como bibliotecário, crítico e mestre da disciplina de Catalogação, conduz à busca pela compreensão sobre os princípios metodológicos para o ensino das disciplinas por ele ministradas, apresentados na seção a seguir.

4.2 O ENSINO

Lubetzky (1965, p. 255, tradução nossa), anunciou em seu artigo “*On Teaching Cataloging*”:

estamos prestes a testemunhar uma profunda transformação das regras que moldaram os catálogos de nossas bibliotecas por muitos anos, e a ocasião parece exigir uma pausa para refletir sobre as implicações para o ensino de Catalogação.

Segundo Dull (2011), os bibliotecários têm percebido essa transformação no desenvolvimento e na implementação da RDA. O modelo tradicional do universo bibliográfico foi questionado com a crescente influência de modelos teóricos, como os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR). Essa mudança, na prática e na teoria de Catalogação, pode ser vista como um subproduto de outros desafios que confrontam os bibliotecários com o desenvolvimento rápido da tecnologia.

A evolução da Catalogação, a partir do final do século XX, trouxe à tona dificuldades inerentes ao ensino da disciplina, tornando necessárias, como previsto também por Lubetzky (1965), reflexões que contemplem, entre outros aspectos:

- a) a formação universitária dos catalogadores, que tem se mostrado insuficiente em função das mudanças ocorridas na própria natureza da Catalogação, mudanças essas resultantes da diversificação nos suportes da informação e dos avanços tecnológicos;
- b) em razão de tais mudanças, o bibliotecário é colocado diante de novos e contínuos desafios, que, inclusive, determinam uma diversificação em seu perfil profissional;
- c) a Catalogação, como tal, continua sofrendo mudanças em sua natureza e processos, o que determina a necessidade de conhecimento em relação a essas mudanças, e treinamento em relação às práticas delas resultantes;
- d) em função de todas as mudanças apontadas, torna-se necessário alcançar, em nível de currículo, um equilíbrio bem dosado entre fundamentação e prática (BAPTISTA, p. 9, 2006).

O momento, portanto, exige que os bibliotecários pensem criticamente não apenas sobre a prática, mas sobre o ensino da Catalogação e da Biblioteconomia como um todo. Corroborando com essa ideia, Arakaki et al. (2013) dizem ser necessário que a prática pedagógica para o ensino de Catalogação seja reformulada e conduzida sob uma perspectiva abstrata, teórica, crítica e prática, desmistificando a supervalorização dos aspectos técnicos, existentes em torno da disciplina. Logo, o

desafio é ensinar os alunos pensar a Catalogação e não simplesmente como catalogar.

Encorajar os alunos a “pensar” e a “explorar” a Catalogação foi a missão de Lubetzky, ao assumir a disciplina de Catalogação na recém *UCLA Graduate School of Education and Information Studies* (GSE&IS). Ele acreditava que o ensino da disciplina deveria combinar teoria e prática, evitar a memorização e exigir que fossem demonstrados os domínios dos princípios fundamentais, no lugar de focalizar detalhes em demasia. Seus ideais são identificados como metodologias inovadoras que contemplam aspectos inerentes à formação do Bibliotecário para atuar frente aos desafios do século XX e XXI.

Lubetzky (1965) diz que as escolas de Biblioteconomia devem tratar a Catalogação não como uma rotina definida por tantas regras, mas como um problema no projeto de um sistema metodológico para facilitar a exploração dos recursos da biblioteca, por parte de seu usuário. Assim sendo, as escolas formarão não apenas praticantes, como também pensadores e críticos da arte de catalogar que, por sua vez, serão os futuros “líderes” da profissão, responsáveis pelo progresso da área.

A importância excessiva dada aos aspectos técnicos da Catalogação é compreendida quando Lubetzky (1965) afirma que a prática de catalogar é necessariamente governada por um código de regras, de maneira tal, espera-se que o catalogador saiba quais são as regras e como elas devem ser aplicadas, como se fosse apenas isso. Normalmente não é esperado que ele as avalie e aprimore. Entretanto, mesmo que a prática de Catalogação seja circunscrita por regras influenciadas por variações e, às vezes, por pontos de vista e interesses conflitantes, o exagero, indevido e acrítico, pode confundir e alienar os mais atenciosos e capazes alunos.

Lubetzky (2001) foi um professor mestre, considerou a Catalogação descritiva um objeto de estudo acadêmico. Suas palavras de sabedoria sobre como a Catalogação deveria ser ensinada são, particularmente, relevantes para a sociedade tecnológica atual, que promove o pensamento baseado em regras. Ele reconheceu os ganhos promovidos pelo uso do computador, no processo de Catalogação e nos catálogos, enfatizou que, mesmo com a automação, os objetivos por trás das regras, os métodos e os problemas envolvidos precisam ser totalmente compreendidos.

Goral (2021) conta que, durante uma conferência em Los Angeles, Lubetzky e Gorman discutiram sobre quais deveriam ser as preocupações dos catalogadores

naquele momento. Lubetzky defendia a importância da compreensão das bases teóricas, Gorman, a prática, pois segundo ele, àquela época, os profissionais não estavam se importando com a teoria. A discussão estava centrada no conceito de entrada principal que, com o uso dos computadores, não se mostrava mais relevante, segundo Gorman. Lubetzky ficou chateado, passou mal e foi levado por uma ambulância.

Debates fundamentam o desenvolvimento da área de Catalogação e contribuem para que não existam lacunas teóricas na compreensão de regras e entendimentos baseados em suposições. A padronização é importante, determina o modo como um registro bibliográfico é elaborado, suas características, consistência e, conseqüentemente, a qualidade da base de dados que o registro bibliográfico irá compor. É fundamental a existência de normas e padrões catalográficos também consistentes, construídos ao longo de estudos teóricos e experiências práticas.

O bibliotecário deve estar ciente que as regras de Catalogação não fornecem uma resposta pronta para todas as perguntas, pois elas podem ser interpretadas e aplicadas de várias maneiras, a uma dada situação, por diferentes catalogadores. As regras mudaram, ao longo dos anos, assim, os catálogos da biblioteca podem ser baseados em regras diferentes.

Segundo Carpenter (1998), até pelo menos a metade do século XX, muitos catalogadores e bibliotecários simplesmente não possuíam nenhuma compreensão acerca dos objetivos por trás das regras e dos métodos, tanto quanto dos objetivos de um catálogo. Haja vista que, ainda segundo Carpenter (1998), há na literatura apenas propostas de regras e procedimentos para a Catalogação de vários tipos de materiais e nenhuma discussão clara sobre as funções dos catálogos, nem como seus objetivos devem ser estabelecidos, além dos escritos de Lubetzky.

Lubetzky (1965) recorda que, durante uma de suas palestras na disciplina de Catalogação, um aluno, sem rodeios, levantou a seguinte questão: “Para usar meu carro, tudo o que preciso saber é como dar a partida, acelerar e parar, ele responde à minha ação; então, por que devo saber o que está por trás do funcionamento do carro para utilizá-lo?”. A pergunta parecia ser boa, Lubetzky, então, respondeu com a seguinte indagação: “O que você faz se o carro não responde?”, e o aluno redarguiu: “Eu chamo um mecânico de automóveis”. E para quem você ligaria, na biblioteca, se o catálogo não respondesse à sua busca - ou à busca de um leitor que pediu ajuda profissional a você”, perguntou o professor.

O autor quer chamar a atenção para o modelo de ensino baseado em códigos, regras e em atividades práticas, que acabam por contribuir com a formação de um profissional acrítico, resultante de métodos de ensino equivocados. Sem considerar que, restringir-se ao simples conhecimento das regras de um determinado código, em um dado momento, limita o crescimento profissional do aluno e mina seus potenciais contribuições com a arte de sua profissão. Fiuza (1985) lembra o quanto vale pensar o processo catalográfico, racionalmente, com atitude questionadora. Do contrário, estar-se-ão fadados a serem reprodutores de práticas tradicionais aparentemente resolvidas.

A fusão entre teoria e prática, no ensino da Catalogação, é o caminho para a completude da prática educativa no ambiente de ensino, minimizando aspectos problemáticos que deterioram a prática da Catalogação. Entre esses aspectos, Santos (2019, p. 40) cita:

instrumentos catalográficos como explicação basilar sobre Catalogação; inconsistência estrutural presente nas regras dos códigos de Catalogação; literatura da Catalogação voltada para manuais e textos didáticos sobre aplicação de regras catalográficas; ensino de Catalogação pautado em instrumentos catalográficos; pouca visibilidade dos estudos teóricos da Catalogação; adoção de novidades tecnológicas, em Catalogação, sem as devidas reflexões teóricas sobre a consistência estrutural do registro bibliográfico.

Ciente dessa problemática, busca-se, em Lubetzky, métodos e técnicas que favoreçam o ensino da Catalogação, tendo em vista que os instrumentos utilizados para catalogar são dinâmicos, portanto, exigem práticas que viabilizem o aprendizado consistente e que permitam a compreensão da base do processo, como afirma Lubetzky (1965), é preciso ensinar o “porquê” catalogar e não apenas “como” catalogar. O esforço de um estudante, para compreender as regras de Catalogação que não têm nenhuma lógica funcional, causa desinteresse, pois a disciplina passa a ser vista como fútil ou desnecessária.

Santa Anna (2018) ressalta que o amálgama de teoria e prática contribui na construção de novos olhares acerca do “por que fazer”, em detrimento do “como fazer”, além disso, possibilita aos alunos desenvolver autonomia e interesse pelo aperfeiçoamento constante do fazer profissional. Do mesmo modo, Intner (2002) diz que, ao explicar “por que” as coisas são feitas, os alunos serão levados a perceber que a Catalogação não é um negócio mecânico e rotineiro, sem qualquer tomada de decisão duradoura.

Contudo, o campo continua carecendo de objetivos e princípios que sejam visíveis e que estejam para além das regras e dos códigos. Apesar dos avanços da Catalogação, com as ISBD, os FR e a RDA, ainda há abordagens sem referência a uma análise do real requisito para um catálogo. A proliferação de interpretações de regras conduz estudantes e profissionais à mecanização dos processos, desestimulando-os a refletir a Catalogação.

De fato, ao longo dos tempos, gerações de estudantes tiveram que dedicar seu tempo e pensamento para assimilar as regras de Catalogação visando o exercício da profissão de bibliotecário. Para Santos (2019), mais importante do que discutir como empregar, decorar ou usar regras de Catalogação, é refletir sobre seus fundamentos e princípios, como requisito para estruturar os registros bibliográficos de modo consistente. Intner (2002) compartilha da mesma opinião, afirmando que a memorização não ajudará os alunos a executar a prática de Catalogação ao longo de suas carreiras, à medida que regras, ferramentas, métodos e tecnologias mudam. Os ideais de Lubetzky estão presentes em Intner (2002) e Santos (2019).

A redução da importância do ensino da Catalogação, aparentemente, condiciona ao entendimento de que o tempo dedicado ao estudo teórico da disciplina deve ficar em segundo plano. Isso induz à ideia de um ensino limitado à aplicação de regras, sem as devidas reflexões dos fundamentos que as sustentam. As regras passam a ser percebidas como explicativas do processo (SANTOS, 2019).

É preciso abandonar a visão prática que se tem da disciplina de Catalogação. Para isso, é necessário adaptar as formas de ensinar, a estrutura curricular, bem como o comportamento dos professores, para que forneçam aos alunos instrumentos que transformem conhecimento em habilidades e que contribuam na formação de profissionais aptos para atender as demandas da sociedade.

Prova disso é quando Carlyle, ao ser entrevistado por Dull (2011), comenta que o foco do ensino da Biblioteconomia, na Universidade de Washington, onde ele é professor na disciplina de Catalogação, é mais teórico do que prático. Segundo ele, a preferência do mercado, que emprega os bibliotecários, é por profissionais que tenham bases teóricas, visto que em um mundo com tantas mudanças em curso, é necessário que os profissionais possam entender, rapidamente, os problemas e responder a eles de maneira positiva e criativa. O aprisionamento, a um tipo particular de prática, tende a aprisionar também a criatividade, porque o medo dos desafios a serem enfrentados inibem ações positivas, iniciativas.

Sem dúvida, a teoria, os antecedentes e a história são ensinados, de melhor maneira, nas salas de aula, por professores que dominam a disciplina, acompanham e desenvolvem pesquisas em todos os seus aspectos. Portanto, a responsabilidade pela boa preparação educacional do aluno é, em grande parte, do corpo docente da escola, que determina o currículo, os métodos e as técnicas de ensino, porém, os estudantes são corresponsáveis (INTNER, 2002).

Outro ponto considerado por Lubetzky, no ensino da Catalogação, é o dever de tratá-la não como uma rotina de procedimentos descrita por muitas regras, mas sim como um problema abarcado no desenho de uma metodologia que facilite a exploração dos recursos de uma biblioteca por seus usuários. A pergunta-chave que o professor precisa fazer, a todo o momento, enquanto ensina a Catalogação é: "Por que fazemos isso?". Se os alunos não conseguirem responder a essa questão, o futuro da organização da biblioteca está em risco.

Carpenter (1998) relembra que as discussões, durante as aulas de Lubetzky, normalmente eram tratadas de maneira implícita à questão, suas possíveis respostas, e dificuldades, envolviam o aluno em um diálogo sobre o assunto da pergunta. A proposta era a de um debate analítico e crítico, um debate que colocasse os alunos em contato com o pensamento atual sobre os problemas de Catalogação.

A essência do método de Lubetzky é observada nas questões sugeridas aos alunos para o exame do material a ser catalogado, observadas no Quadro a seguir.

Quadro 6 - Essência do método de Lubetzky

QUESTÕES ELABORADAS POR LUBETZKY

Como esse item é normalmente descrito ou referido e como pode ser procurado no catálogo?

Que tipo de entradas são necessárias para ajudar a localizar o item no catálogo?

Essas entradas devem ser projetadas individualmente ou com base em uma entrada única?

Qual é a função da "entrada principal" e seu efeito na estrutura do catálogo, quando usada como entrada única?

O nome do autor deve ser fornecido no formato encontrado na publicação?

Por qual de seus nomes o autor deve ser identificado no catálogo e como distingui-lo de nomes similares?

Quais são as perguntas envolvidas na entrada de um nome pessoal no catálogo?

Como uma determinada edição deve ser relacionada às demais edições da obra por ela representada? E às demais obras de seu autor?

Fonte: Lubetzky (1965, p. 257, tradução nossa).

As questões formuladas por Lubetzky (1965) objetivavam provocar a discussão dos méritos relativos aos vários métodos empregados, em diferentes catálogos, para uma avaliação crítica das regras relevantes no código oficial, seguido na época. Segundo ele, se a abordagem analítica do problema de Catalogação tivesse prevalecido, as redundâncias, inconsistências e irrelevâncias, que passaram a caracterizar as regras atuais, não poderiam ter sobrevivido, muito menos prosperado, por tanto tempo.

Àquela época, o contexto conceitual dos ensinamentos de Lubetzky era para garantir que seus alunos adquirissem um senso de objetivos do catálogo e, com isso, tornassem aparentes os princípios subjacentes a um conjunto racional de regras. De acordo com essa política, o foco de suas aulas não estava na prática da Catalogação, os exercícios que ele costumava ministrar aos alunos eram simplesmente para elucidar o senso de objetivos (CARPENTER, 1998).

Intner (2002), ainda que não tenha citado Lubetzky (1965), concorda que apenas a compreensão dos princípios subjacentes às regras de Catalogação pode orientar uma boa tomada de decisão, em resposta ou antecipação às alterações que ocorrem no campo. Assim, por exemplo, segundo a mesma autora, o aluno que não entender o valor das autoridades de nomes ou informações descritivas transcritas, no registro bibliográfico, não tomará boas decisões sobre como gerenciar o catálogo de sua biblioteca, tampouco saberá discutir, com os fornecedores, novos recursos que podem beneficiar os usuários de seus catálogos.

Entretanto, há professores que seguem o caminho mais fácil, sem ensinar o “porque” algo é feito, mostrando apenas “como” é feito. Desse modo, os alunos não são expostos a teorias e princípios que os ajudem na tomada de decisões, enquanto catalogam itens que diferem de maneira significativa daqueles que aprenderam. Ensinar Catalogação não é uma tarefa fácil, mais difícil ainda é ensinar os princípios subjacentes pelos quais as regras são estabelecidas (INTNER, 2002).

Contrário a isso, Carpenter (1998) relembra que Lubetzky incentivava os alunos a compreender os objetivos, antes de aprender as regras de Catalogação. O primeiro exercício, que ele ministrou à turma, foi o de catalogar um livro dispensando o uso das regras. A ideia era que os alunos compreendessem que não poderiam empreender o processo catalográfico sem que perguntas significativas fossem feitas, a respeito do registro que haviam acabado de criar, perguntas que, certamente, não poderiam ser respondidas sem o uso de regras. Mas, o mais importante, era que compreendessem

que ninguém poderia sequer começar a sugerir como um livro deveria ser catalogado, sem um sólido senso dos objetivos que motivam a Catalogação e em qual catálogo a entrada seria utilizada. Assim, antes de qualquer coisa, era necessário que os alunos conhecessem os objetivos de um catálogo.

Na atualidade, o programa *Master of Library & Information Science* (MLIS) da UCLA oferece aos alunos uma mistura de conhecimento conceitual, teórico e experiência prática. Na sala de aula, os alunos adquirem uma base sólida sobre as bibliotecas contemporâneas, abordam a teoria da Ciência da Informação, desenvolvem habilidades de busca e recuperação de informações e tratam de temas relacionados à tecnologia da informação. Há um programa de estágio, em parceria com mais de 300 organizações em todo o Sul da Califórnia, que complementa o aprendizado em sala de aula e fornece, aos alunos, a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos e habilidades práticas em um ambiente profissional (UCLA, 2021).

Já a disciplina de Catalogação, na *Library & Information Science* da UCLA, é apresentada em um novo formato. Resume-se a palestras, nas quais são abordados os registros e a descrição dos materiais da biblioteca; a constituição, estrutura e forma dos catálogos; os serviços, ferramentas e procedimentos de Catalogação; as regras de Catalogação e sua aplicação (UCLA, 2021).

Isto posto, acredita-se ser crucial para os currículos de Biblioteconomia, conhecer e resgatar os escritos de Lubetzky, não apenas sobre o ensino da disciplina de Catalogação, mas sobretudo os estudos dos princípios norteadores de regras catalográficas, à luz das condições e casos levantados por ele, conforme indicou Fiuza (1985). Pois, segundo Svenonius e McGarry, Lubetzky deu à Catalogação uma abordagem profunda, criativa, racional e um modelo perene para a revisão de regras, esclarecendo o que se entende por teoria da área. Além disso, trouxe à tona reflexões teóricas vitais ao aprimoramento da prática (LUBETZKY, 2001).

Diante de todas as leituras e análises sobre o método de Lubetzky, está claro que ele rompeu com a visão positivista, que considera o professor como o centro de atenções. Tal ruptura proporcionou um novo modelo de ensino para a área, um modelo aberto à reflexão e ao questionamento, que prima por despertar a capacidade crítica e interativa dos alunos. Sua proposta de educação é libertadora e se configura como meio para transformar os educandos em agentes no processo de transformação

da realidade social, tal como Paulo Freire em “Pedagogia da autonomia” (FREIRE, 2006).

De mais a mais, para Lubetzky (1965), se o processo é restrito apenas à prática da Catalogação dentro das escolas de Biblioteconomia, acaba por ter pouca ou nenhuma justificativa. Entretanto, segundo Carpenter (1998), a promessa da busca por razões para a Catalogação, professada por Lubetzky, parece esquecida por muitas escolas, o que talvez tenha contribuído para a corriqueira perda de interesse pela Catalogação. Em suma, um retorno as suas ideias, para orientar o ensino, parece uma escolha justificada no sentido de lutar pela sobrevivência da disciplina.

Além disso, a compreensão dos modelos conceituais, base dos instrumentos da Catalogação na atualidade, requer metodologias que favoreçam o ensino da teoria que, essencialmente, fundamenta a prática da Catalogação. Nesse âmbito, surge a questão de como o modo Lubetzky pode dar conta de contextos informacionais e necessidades tão diferentes, considerando a distância temporal entre o período em que ele concebeu o seu pensamento, e o período atual?

Como fornecer, aos alunos, competências essenciais e habilidades de gerenciamento para a formação de catalogadores criativos e engenhosos? Com o intuito de contribuir no entendimento das questões levantadas, os princípios metodológicos de Lubetzky estão sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 7 - Síntese dos princípios metodológicos de Lubetzky

Combinação de teoria e prática
Predomínio do ensino dos princípios fundamentais
Modelo aberto à reflexão e ao questionamento
Modelo baseado na educação e não no treinamento
Domínio da disciplina pelo professor
Trajetória do professor como crítico
Exercícios propostos eram práticas isoladas
Aulas teóricas ministradas no formato de palestras

Fonte: elaborado pela autora.

Para identificação e construção dos princípios acima mencionados, foram considerados os apontamentos observados durante o relato da trajetória de Seymour Lubetzky e de seu método de ensino. É com base nesses princípios que o Capítulo seguinte discute e apresenta as estratégias adotadas para a docência da Catalogação na UCLA.

5 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO DE LUBETZKY

As fontes utilizadas, para analisar as estratégias de ensino de Lubetzky, foram suas correspondências, recebidas e enviadas, textos de sua autoria, projetos e relatórios de ensino e pesquisa, conteúdos, bibliografias e as avaliações dos cursos feitas pelos alunos. Esses documentos são fragmentos do período em que atuou como professor, eles integram o fundo “*Seymour Lubetzky papers, 1938-2003*”, da *Library Special Collections* da UCLA.

A entrevista concedida por Miki Goral, outra fonte importante para o estudo, também subsidiou a compreensão do processo de ensino, conforme apresentada nas seções seguintes. A partir de um discurso livre e de um diálogo descontraído, ela relembrou, com entusiasmo, as aulas do professor e como seus ensinamentos foram essenciais durante seus mais de 50 anos de profissão.

Para compreender o contexto no qual a disciplina, ministrada pelo professor, estava inserida, recorreu-se à constituição da *Library School* na UCLA, que tem sua origem na *Library School* da *University of California*, inaugurada em 1935, no campus da Universidade em *Berkeley*, suspensa, no entanto, durante a Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, o bibliotecário da UCLA, Lawrence Clark Powell, entre outros líderes do campus, retomou o interesse em criar uma *Library School* em *Los Angeles*. A proposta foi aprovada e a escola iniciou suas atividades, em 1958. Powell deixou o cargo que ocupava na biblioteca para se tornar reitor.

Com um olhar interdisciplinar, a escola contratou, por exemplo, o matemático Robert M. Hayes, por avistar as inovações da tecnologia da informação que emergiam após a Segunda Guerra Mundial, e que impactavam os programas dos cursos. A proposta era tornar o currículo cada vez mais multidisciplinar, proporcionando, efetivamente, um estudo interdisciplinar da Ciência da Informação. Muitas *Library School* foram reposicionadas, tais como a *Information Schools*, *Schools of Information Science*, ou, *Schools of Library and Information Science*. Este era o cenário no qual Seymour Lubetzky foi inserido, ao aceitar o convite de Lawrence Clark Powell, para ministrar as disciplinas de Catalogação. Ele iniciou suas atividades na UCLA em agosto de 1960.

Em 1961, o professor ministrou seu primeiro curso⁶: 201⁷ - *Introduction to Cataloging and Classification*, que incluía a Catalogação descritiva, Catalogação de assunto e Classificação. No verão de 1963, a oferta do curso foi estendida aos bibliotecários da UCLA, como uma atividade de extensão. 201C - *Cataloging Problems, Issues and Principles*, abordou a história, a teoria e a prática da Catalogação, seus objetivos, métodos, problemas, questões e princípios envolvidos.

Posteriormente, até 1966, o curso 201 - *Introduction to Cataloging and Classification* estava dividido em:

- a) 201A – O papel da Catalogação na biblioteca: função e constituição. Problemas de entrada e descrição de novas e velhas regras. Leituras, discussões e práticas de laboratório;
- b) 201B – O tratamento de assunto dos materiais da biblioteca: Catalogação e Classificação de assuntos, suas respectivas funções, problemas e aplicação dos cabeçalhos. Princípios de Classificação: Dewey e Sistema LC. Leituras, discussões e práticas de laboratório;
- c) 201C – Problemas e princípios de autoridades corporativas, regras anteriores a sua revisão. Tratamento de materiais especiais: obras de arte, manuscritos, mapas, imagem em movimento e música. Leituras discussões e práticas de laboratório.

Após 6 anos, do início de suas atividades como professor, Lubetzky propôs a reorganização do curso, projetada como parte de uma expansão fundamental do currículo da escola. Segundo ele, era necessário adequar as necessidades, crescentes e exigentes, da Biblioteconomia moderna e, especificamente, atender à demanda premente de bibliotecários, de maneira bem fundamentada na teoria e prática de Catalogação para:

- a) enfrentar, com conhecimento e competência, as complexidades crescentes desses problemas, sob condições variáveis;
- b) administrar e organizar ou reorganizar as atividades de Catalogação e Classificação de uma biblioteca;

⁶ Na *University of California*, as disciplinas, nomenclatura atribuída pelas universidades brasileiras e, portanto, assim referenciadas no decorrer dos capítulos desta dissertação são chamadas de curso. Sendo assim, deste ponto em diante, esta será a terminologia adotada.

⁷ Os códigos que antecedem o nome dos cursos são atribuídos pela UCLA.

- c) enfrentar, de forma compreensiva e útil, os problemas de automação das atividades de Catalogação e Classificação nas bibliotecas;
- d) dedicar-se ao estudo e ensino da Catalogação e Classificação.

A nova organização contemplaria conteúdos abordados anteriormente, pelo professor, entretanto, estariam mais bem organizados e com carga horária maior. A divisão proposta foi:

- a) *201A - Subject Cataloging and Classification (Introductory)*
- b) *201B - Descriptive Cataloging (Advanced)*
- c) *201D - Subject Cataloging and Classification (Advanced)*
- d) *201E - Cataloging and Classification of Special Materials*
- e) *201F - Special Problems in Cataloging and Classification*

Na documentação examinada, não há evidências que permitem afirmar se sua proposta foi aceita. Andrew Harlis Horn, reitor da escola, em correspondência enviada ao professor, manifesta sua concordância com a nova estrutura, porém aponta que, caso houvesse dificuldades e limitações quanto ao corpo docente, espaço ou tempo, poderia ser mantida a mesma organização do curso em prática.

Observa-se, portanto, traços do ensino em quatro períodos distintos: 1961, 1963, 1966 e 1967. A análise de cada um deles é justificada pela relevância histórica dos acontecimentos que marcaram a área de Catalogação. Além disso, esse foi o recorte possível e necessário para a compreensão do processo de ensino de Lubetzky, iniciado na próxima seção, com a apreciação do plano de ensino dos cursos por ele ministrado.

5.1 PLANO DE ENSINO

O curso de Catalogação (incluindo Catalogação descritiva, Catalogação de assuntos e Classificação), ocorria entre o outono e a primavera, às segundas, quartas e sextas-feiras, com 3 h/aulas/dia, totalizando 9h/aulas semanais. Era obrigatório a todos os aspirantes a bibliotecários. Incluía palestras e discussões, períodos de laboratório e leituras complementares.

Durante a primeira hora de cada aula, o professor proferia palestras para explicar os objetivos a serem perseguidos na Catalogação, os problemas encontrados, os métodos pelos quais os objetivos poderiam ser alcançados e

abordava as regras do Código da ALA. O professor encorajava a participação ativa da classe, na discussão, que às vezes exigia mais tempo do que o disponível.

A título de exemplo, o professor confrontava a turma com o primeiro e básico problema da Catalogação, indagando-os: “o catálogo de uma biblioteca deve ser construído como uma ferramenta de busca no acervo ou, também, como um guia para as obras representadas nos materiais que os compõe?” Ele lembrava que uma obra poderia ser expressada por diferentes materiais e meios, e isso levava ao problema dos objetivos aos quais o catálogo deveria servir, o que, por sua vez, levava ao problema dos métodos pelos quais os objetivos poderiam ser melhor realizados e, portanto, à discussão e avaliação das Regras da ALA e sua proposta de revisão delas.

Foi por meio das palestras e das leituras, no decorrer da disciplina, que Goral (2021) compreendeu os conceitos e os fundamentos da Catalogação. Segundo ela, Lubetzky falava apaixonadamente sobre a Catalogação e os alunos tinham a compreensão do quão ele era respeitado na área. Ele os ensinou que o bibliotecário precisa entender os fundamentos do catálogo e os conceitos da descrição da entrada principal para ser um bom bibliotecário de referência.

Na segunda e terceira horas, Betty Baughman, assistente no curso, conduzia os períodos de laboratório, que forneciam a prática individual supervisionada e a experiência em encontrar, reconhecer e lidar com problemas de Catalogação. Em documento enviado ao Reitor da *School of Library Service*, Andrew Harlis Horn, Lubetzky menciona que sua assistente não era apenas uma professora competente e eficaz, era também uma grande amiga dos alunos. Baughman possuía um sólido conhecimento na área, além de habilidade para compartilhar seu interesse, conhecimento e desfrutava de um senso incomum de devoção ao bem-estar e interesses da turma.

A professora, portanto, exerceu importante papel na condução das atividades práticas do curso e era adepta dos preceitos de Lubetzky, no que tange ao método de ensino que privilegiava a compreensão dos princípios subjacentes às regras. De acordo Goral (2021), ela e seus colegas de turma não catalogaram nenhum livro. Os exercícios propostos tratavam de práticas isoladas sobre regras de Catalogação, o objetivo era compreender o “porquê” da regra e não “como” aplicá-la. O desejo era para que os alunos entendessem as razões pelas quais as regras existiam e o propósito da sua aplicação.

As leituras suplementares eram prescritas por duas razões, ampliar a formação dos alunos e apresentá-los à literatura da área, para isso, elas incluíam discussões atuais sobre Catalogação e a proposta de revisão do Código da ALA. Importava apresentar os conceitos fundamentais, os objetivos, teoria e abordar os códigos e as regras de forma conceitual. A essência do ensino estava na compreensão dos fundamentos, mais do que nas regras e práticas detalhadas, pois elas podem variar de biblioteca para biblioteca e de tempo em tempo.

Sintetizando o exposto até aqui, pode-se afirmar que o curso, com duração de 9 meses e carga horária de 9h semanais, era obrigatório a todos os alunos matriculados na *School of Library*, e consistia em palestras, discussões em sala, aulas de laboratório e leituras complementares. Para maior abrangência e melhor entendimento da proposta, agora que a estrutura básica já foi apresentada, nas próximas seções serão desenvolvidos os objetivos, o conteúdo, a bibliografia e o modelo de avaliação do curso.

5.1.1 Objetivos do curso

Com base em um documento introdutório sobre o curso de Catalogação na UCLA School of Library Service (Anexo A), extraiu-se uma concepção dos objetivos do curso, para sistematizar o pensamento da pesquisadora, no trato do material documental, e orientar a leitura e o entendimento dos conteúdos arrolados nos planos das aulas ministradas por Lubetzky.

Segundo o documento citado, na *School of Library Service*, a função da Catalogação era considerada central para todas as operações e serviços da biblioteca. Os bibliotecários em potencial, quaisquer que fossem seus interesses e planos futuros, deveriam adquirir uma compreensão básica dos vários aspectos da área. A proposta do curso era que os alunos fossem capazes de desenvolver e manter catálogos de bibliotecas e outros guias bibliográficos, se assim o desejassem, ou, utilizar catálogos e bibliografias efetivamente disponíveis na execução de outros serviços bibliográficos.

5.1.2 Conteúdos

O conjunto de documentos examinados inclui os conteúdos dos cursos de Catalogação e Classificação ministrados por Lubetzky, em 1961, 1963 e 1967⁸, engloba assuntos que demonstram o domínio do professor na área e seu *status quo*. Para efeito de análise e descrição, foram considerados somente os conteúdos de Catalogação descritiva.

Conforme observado, o foco do ensino estava na compreensão dos princípios pelos quais os catálogos eram elaborados, constituídos, bem como nos papéis que eles desempenham nas bibliotecas, considerando as necessidades e tipologias de cada uma delas. A natureza dos materiais que compõem os acervos, incluindo a abordagem de Lubetzky acerca da definição de obra e sua manifestação, era discutida quando apresentados os objetivos e os métodos da Catalogação adotados pelas bibliotecas da América e do exterior.

Um panorama histórico sobre as regras Anglo-americanas, da ALA, as Prussianas, da Vaticana, e as 91 Regras de Panizzi, entre outras, recordava os fundamentos sobre a constituição da padronização, sua importância para a uniformidade e economia dos processos, seus problemas, desafios e consequências. Também eram discutidas as políticas de Catalogação.

As entradas de autoria pessoal, individual e coletiva, as formas de entrada dos nomes, as obras de autoria complexa ou desconhecida e as entradas para nomes corporativos eram apresentadas e analisadas à luz das críticas às regras da ALA e das revisões propostas. Debatia-se sobre a utilização da tecnologia, nos serviços da biblioteca, ao tratar do armazenamento e a recuperação de informações. A descrição e os cabeçalhos de entrada, para materiais especiais, recebiam atenção especial no conteúdo do curso.

Por último, eram tratadas as questões diretamente relacionadas com a organização das atividades de Catalogação, tais como: equipe envolvida, integração com outras atividades de processamento da informação e relação com os demais departamentos da biblioteca.

⁸ Embora os documentos em que são apresentados os conteúdos dos cursos de 1963 e 1967 não apresentem data, a pesquisadora os identificou em meio a outros datados, separados pelos períodos mencionados.

O Quadro 8 ilustra o conteúdo do curso *Introduction to Cataloging and Classification*, de 1961.

Quadro 8 – Conteúdo do Curso, 1961

INTRODUÇÃO	• Objetivos do curso • Organização e métodos • Livros e materiais necessários
BIBLIOTECA E CATÁLOGOS	• Anatomia bibliográfica do livro • Representação do livro no catálogo • Entrada principal • Entradas secundárias (assuntos, autores secundários, editores, tradutores, títulos e séries) • Composição do catálogo
OBJETIVOS DO CATÁLOGO	• Localização de uma publicação específica • Relacionar ou reunir as edições de uma obra com outras de um autor
PROBLEMAS E PRINCÍPIOS DA CATALOGAÇÃO	• Entrada de uma obra • Identificação do autor (registro em um campo de autoridade) • Entrada de nome • Identificação da obra
PROBLEMAS DE ENTRADA (INCLUINDO AS REGRAS DA ALA, RELACIONADAS ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO E CRÍTICA DAS NORMAS E PROPOSTAS PARA REVISÃO)	• Obras de autoria pessoal • Obras de autoria conjunta • Obras de autoria variada • Obras de autoria duvidosa • Obras de autoria desconhecida • Obras relacionadas com publicações anteriores

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: *University of California. School of Library Service. Cataloging and Classification (LS 201A – 201B)*, 1961. Anexo B.

O conteúdo de 1961 abordou tópicos indispensáveis na formação do catalogador daquela época, porém insuficientes. Sendo assim, foi reformulado e apresentado em 1963, na proposta que ampliou o alcance dos assuntos tratados, incluindo os Princípios Internacionais de Catalogação. A seguir, pode-se observar tais transformações no Quadro 9, que relaciona o conteúdo do Curso *Cataloging and Classification* de 1963.

Quadro 9 – Conteúdo do curso, 1963

INTRODUÇÃO	• Objetivos do curso • Relação com outros cursos • Organização e métodos • Livros e materiais necessários • Avaliação: objetivo, conteúdo, nota
O CATÁLOGO	• Relações com funções da biblioteca • Visões iniciais e modernas das funções da biblioteca • Efeito do catálogo • Choque de opiniões no julgamento de Panizzi • Necessidades diversas em diferentes bibliotecas • Papel do catálogo na biblioteca • "Lista de localização" ou "ferramenta de referência" • Guia de recursos da biblioteca • Importância para as operações e serviços da biblioteca • Constituição do catálogo • Entrada principal e secundárias • Entradas de autor, título, assunto e série • Cartão guia e referências • Organização de entradas • catálogo dicionário • catálogo de autor e de títulos • catálogo de assuntos • catálogo especial e listas • Catálogos livros x fichas • Vantagens e desvantagens • Principais catálogos em formato de livros • Suas diferenças e importância bibliográfica • Reflexões sobre a mudança de tradições e métodos bibliográficos • Novos tipos de catálogos • Limitações do catálogo • Escopo das coleções representadas • Limitando os princípios de Catalogação: geral e local • Bibliografias e índices como partes do aparato bibliográfico • Catálogos coletivos: nacional e regional
CATALOGAÇÃO: OBJETIVOS E MÉTODOS	• Natureza dos materiais da biblioteca • Anatomia bibliográfica do livro • O livro e a obra representada por ele • Edições com nomes ou títulos diferentes • Traduções e ceticismo de palavra • Problema dos objetivos • Facilitar a localização de um livro específico na biblioteca • Relacionar e revelar edições e obras do autor na biblioteca • Conflito implícito de objetivos • Objetivos tradicionalmente seguidos • Problemas do método • Entrada com nomes e títulos diferentes com referências de ligação • Entrada com um nome ou título específico com referências de outros nomes ou títulos • Implicações e considerações envolvidas • Métodos seguidos pelas principais bibliotecas do exterior • Métodos preferidos nas bibliotecas americanas

USO DAS REGRAS DE CATALOGAÇÃO	• Importância das regras de Catalogação • Uniformidade e economia na Catalogação • Catalogação cooperativa e centralizada • uso de fichas da Library of Congress e Wilson • Desenvolvimento de catálogos coletivos • Papel das regras de Catalogação nos EUA e no exterior • Anglo-American, ALA e outras regras de Catalogação • História das regras <i>Anglo-American</i> e ALA • revisão atual das regras ALA • <i>Prussian, Vatican, British Museum</i> e outras regras • Conferência Internacional dos Princípios de Catalogação, Paris, 1961 • Regras e políticas de Catalogação • Considerações de economia • Catalogação "Breve" e "Limitada" • política de "sem conflito" • Catalogação "coletiva" • "arquivos verticais" • Políticas locais • Tratamento da história local, escritores locais etc.
CATALOGAÇÃO: REGRAS E PRINCÍPIOS	• Obra de autor pessoal individual • Entrada da obra • Identificações do autor • escolha do nome • forma do nome • entrada do nome: tipos de nomes • "arquivos de autoridade": referências • Críticas às regras ALA e revisões propostas • Identificação de livro e obra • Regras de descrição de LC (1949) • Regras pré-1949 • Questões envolvidas na revisão das regras de descrição • Princípios fundamentais • Relação das edições da obra • Obra de autoria complexa ou desconhecida • Obra de coautores • Obra composta • Obra com mudança de autoria: seriadas e série • Obra de autoria duvidosa • obra de autoria desconhecida: "clássicos anônimos" • Críticas às regras ALA e revisões propostas • "Armazenamento e recuperação de informações" • Objetivo • Utilização da tecnologia em serviços de biblioteca • Utilização da tecnologia em serviços bibliográficos • Potencialidades, problemas e custos
OBRAS DE AUTORIA CORPORATIVA	• Complexidade das regras ALA e problemas por trás delas • O que é uma entidade corporativa na Catalogação • O que é responsabilidade coletiva ou corporativa • Princípios de autoria corporativa • aceitação de princípio • Problemas de autoria corporativa • Determinação da responsabilidade corporativa • como autor, organizador ou editor • responsabilidade explícita e implícita • autor pessoal x autor corporativo

	• Identificação de autor corporativo • determinação e escolha do nome • mudança de nomes de autor corporativo • Entrada de autor corporativo no catálogo • problemas: nome x lugar • labirinto de regras ALA • críticas às regras e revisões propostas • Tratamento da divisão corporativa • critérios que determinam a divisão da entrada de autor corporativo • entrada da obra • Tratamento de publicações governamentais • nomes de governos • agências governamentais • Periódicos • entrada de periódicos e seriados • mudança de título • Trabalhos de autoria corporativa na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, Paris 1961
MATERIAIS ESPECIAIS (VARIAÇÕES NA ENTRADA E DESCRIÇÃO)	• Manuscritos publicados e não publicados • Mapas e atlas • Microfilmes, microfichas e outras reproduções • Filmes e diapositivos • Música e fonogramas • Obras de arte, arte e ilustrações
ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CATALOGAÇÃO	• Tamanho da equipe e padrão de organização • Descrição e Catalogação de assuntos • Especialização linguística e disciplinar • Serviços profissionais, auxiliares e administrativos • Supervisão das operações de Catalogação • Coordenações e integração com outras atividades de processamento (seleção, aquisição, etc.) • Ligação com outros departamentos da biblioteca

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: *University of California. School of Library Service. Cataloging and Classification* (LS 201A – 201B), 1963. Anexo C.

Em 1963, Lubetzky expôs uma visão histórica acerca da Catalogação e discutiu com maior profundidade as questões relacionadas ao catálogo e às entradas de nomes e títulos, já que os Princípios Internacionais de Catalogação foram incluídos no conteúdo programático. Além desses, outros dois assuntos, não tratados anteriormente, foram acrescentados: a Catalogação de materiais especiais e a organização das atividades nos serviços de Catalogação.

O AACR mereceu atenção no conteúdo do curso *Descriptive and Bibliographic Cataloging*, de 1967. Além da estrutura do novo código e de sua relação com os Princípios Internacionais de Catalogação, abordou as diferenças entre as edições americana e britânica e propôs o exame crítico das regras estabelecidas. Conciso, porém atual, o conteúdo também incluiu um tópico sobre automação da Catalogação, oportuno para o momento em que as bibliotecas estavam testando e implementando

projetos em larga escala, para a automação dos serviços como, por exemplo, o Projeto Piloto MARC.

O Quadro 10 ilustra o conteúdo do Curso 210 - *Descriptive and Bibliographic Cataloging*, 1967.

Quadro 10 – Conteúdo do Curso, 1967

Desenvolvimento do <i>Anglo-American Cataloging Rules</i>	• 1841-1908: Panizzi, Jewett, Cutter, <i>Anglo-American Catalog Rules</i> (1908) • 1908-1941: Crescimento e proliferação de regras • 1941-1966: Revisão das regras de Catalogação • 1961: Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação
Análise dos problemas de Catalogação	• Propósitos, problemas e princípios • O livro, a obra e o autor
A evolução do <i>Anglo-American Cataloging Rules</i>	• Estrutura do novo código • Exame crítico das regras • Diferenças entre as edições americana e britânica • Relação do <i>Anglo-American Rules</i> com os Princípios de Paris
Automação da Catalogação	• Problemas e potencialidades

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: 210 - *Descriptive and Bibliographic Cataloging*, 1967. Anexo D.

De acordo com o observado nesta seção, as mudanças nos conteúdos de 1961, 1963 e 1967, responderam à evolução do ensino de Catalogação na UCLA, conforme a prática estava sendo modificada. Os conteúdos curriculares eram atualizados e apropriados às demandas das unidades de informação, eles também contemplavam e possibilitavam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do catalogador.

Todavia, para subsidiar os conteúdos trabalhados, no decorrer do curso, e facilitar sua aprendizagem, uma vasta seleção de bibliografias era disponibilizada aos alunos, como mostrado a seguir.

5.1.3 Bibliografia

Dentre as obras utilizadas, pelo professor, estava o primeiro código moderno de Catalogação do Museu Britânico – as 91 regras de Panizzi, o código da ALA de 1941, os Livros Vermelho e Verde, as regras de Cutter para o catálogo dicionário, o Manual de Catalogação da Library of Congress, o projeto do código inacabado de Lubetzky (1961) e o relatório da Conferência de Paris (1961). Segundo Goral (2001), no final do primeiro trimestre de 1967, o recém-publicado AACR foi incorporado à bibliografia.

Somado a esses, havia uma quantidade substancial de leitura atribuída aos estudantes, entre livros e artigos de periódicos, muitos de autoria de Lubetzky. Carpenter (1998) e Goral (2021) comentam que o programa do curso tinha mais de uma polegada⁹ de espessura. De fato, a bibliografia, em 1967, era composta por 74 páginas de referências (exemplo Anexo E) separadas por temáticas, de acordo com o que está exposto no Quadro 11:

Quadro 11 – Divisão temática da bibliografia de 1967

TEMÁTICAS
Arquivamento
Arquivos de autoridade
Autores cooperativos
Catalogação cooperativa, centralizada e comercial
Catalogação de livros
Catalogação descritiva
Catálogo e Catalogação (obras gerais)
Departamento de Catalogação
Divisão do catálogo
Economia e custos
Entrada de autor pessoal
Entrada secundária
Imagem em movimento e filmes
Mapas e atlas
Materiais audiovisuais
Mecanização dos processos de Catalogação
Microfilme, microimpressão e outras cópias
Música e fonogramas
Obras de autores anônimos/pseudônimos
Panfletos
Representação de obras de arte
Revisão dos códigos
Seriadas
Treinamento de catalogadores: oportunidades, responsabilidades e recompensas

Fonte: extraído de LS 201A-201B. *Cataloging and Classification. Bibliography*, 1967.

⁹ Uma polegada equivale a 2,54 cm.

Com ampla cobertura, as temáticas selecionadas ofereciam acesso às fontes pertinentes aos diversos assuntos inerentes a área de Catalogação. Isto demonstra a preocupação do professor em formar catalogadores que exercessem a prática, o pensamento reflexivo e a liderança.

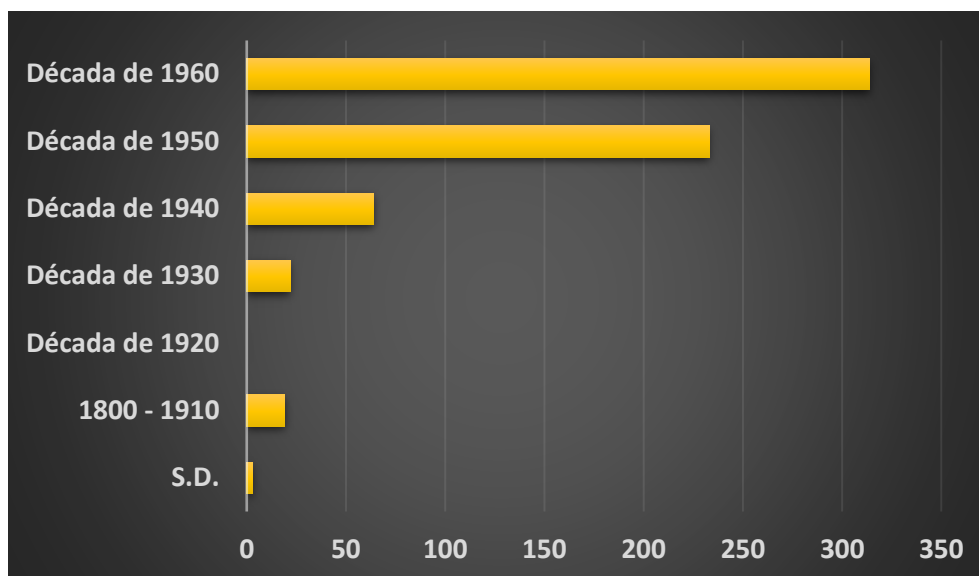
Além da bibliografia de 1967, foram analisadas as de 1961 e 1963. Somadas, totalizam 652 referências, entre livros, partes de livros, manuais e artigos de periódicos. O Gráfico 1 ilustra o percentual de distribuição por tipo de publicação.

Gráfico 1 – BIBLIOGRAFIA POR TIPO DE PUBLICAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o professor acompanhava a produção científica da área, pois é possível notar que 61%, do material referenciado é composto por publicações periódicas. Outra informação relevante é sobre a atualidade das indicações, pois 84% eram publicações das décadas de 1950 e 1960. Ou seja, Lubetzky era um pesquisador do próprio tempo. O Gráfico 2 mostra a distribuição das publicações nas décadas:

Gráfico 2 – Bibliografia por década de publicação

Legenda: S.D. = Sem data / 1800 – 1910 – materiais publicados no final do século XIX e início do Século XX.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda sobre a quantidade de indicações bibliográficas nos anos de 1959 e 1960, o fato de ser expressivamente maior do que nos anos anteriores, pode estar relacionado ao acúmulo de novos conhecimentos, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e com os interesses extra científicos como, por exemplo, a necessidade profissional de publicar, ou seja, foram períodos em que houve crescimento expressivo de publicações.

Os artigos de periódicos, fontes selecionadas pertinentes à área de Catalogação (e Classificação), cobriam os principais títulos publicados na época, vários deles permanecem correntes. No Quadro 12, observamos os títulos de periódicos que aparecem com mais frequência nas bibliografias analisadas.

Quadro 12 – Principais títulos de periódicos

TÍTULOS DE PERIÓDICOS
ALA Bulletin
American documentation
Australian Library Journal
College and Research Libraries
Havard Library Bulletin
Journal of Cataloging and Classification
Journal of Documentation
Library Association Record
Library Jorunal
Library of Congress Information Bulletin
Library Quarlety
Library Resources and Technical Service
Library Review
Library Trends
Library Wold
Wilson Library Bulletin

Fonte: Elaborado pela autora.

Os materiais referenciados eram em língua inglesa, com apenas duas exceções em língua alemã. Ambas foram extraídas da bibliografia de 1967 e ilustradas a seguir:

Figura 15 – Publicações em Alemão

14.	Grasberger, Franz. Der Autoren-Katalog der Musikdrucke (The author catalog of published music); tr. by Virginia Cunningham. Frankfurt, N.Y., 1957. (Code international de catalogage de la musique. v.1)
7.	Domanovszky, Akos. Die korporative Verfasserschaft. <u>Libri</u> , 1961. v. 11, p. [113]-150.

Fonte: extraída de LS 201A-201B. *Cataloging and Classification. Bibliographic*, 1967

Nota-se que, no curto período entre as bibliografias, de 1961 e 1963, houve uma diversidade de indicações de leitura. Comparando as referências, apenas dois autores se repetiram. Osborn, com duas publicações distintas: artigo *The Crisis In Cataloging*, de 1941 e *Serial Publications, Their Place and Treatment in Libraries*, de 1955; e Strout com o livro *Toward a Better Cataloging Code*, de 1957. O Quadro 13 demonstra a observação:

Quadro 13– Bibliografia de 1961 e 1963

BIBLIOGRAFIA 1961	BIBLIOGRAFIA 1963
AKERS, Susan Grey. Simples library cataloging . 4. ed. 1954.	ALA Rules for Entry: The proposed Revolution. Journal of Cataloging and Classification , v. 9, n. 3, set. 1953. 123 p.
AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Rules for filing catalog cards . 1942.	BUTLER, P. The bibliographical function of the library. Journal of Cataloging and Classification , v. 9, n. 1, mar. 1953. 3 p.
BARDEN, Bertha Rickenbrode. Book number, a manual for students with a basic code of rules . 1937.	DEWTON, J. L. The grand illusion. Library Journal , v. 86, n. 9, may, 1961. p.1719.
CHILDS, James Bennett. The author entry for government publications . 1941.	DUNKIN, P. S. Howlers – Here and now. Library Journal , v. 86, n. 15, sep. 1961. p. 2744.
COLUMBIA UNIVERSITY. School of Library Service. The subject analysis of library materials . 1953.	INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION. McGill University. Working papers . Chicago: American Library Association, 1960.
EATON, F. Thelma. Cataloging and classification, an introductory manual . 2. ed. 1957.	INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION. Summary of proceedings . Chicago: American Library Association, 1960.
GREAT BRITAIN. Commissioners Appointed to Inquire into the Constitution and Government of British Museum. Report of the commissioners appointed to inquire into the constitution and government of the British Museum . 1850.	INSTITUTE ON CATALOG CODE REVISION: a composite report. Library Resources and Technical Services , v. 3, n. 2, 1959. 123 p.
HAYKIN, David Judson. Subject headings, a practical guide . 1951.	INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES. Paris, 1961. Preliminary Official Report. Library Resources and Technical Services , v. 6, n. 2, 1962. 161 p.
HERDMAN, Margaret May. Classification: an introductory manual . 2. ed. 1947.	LUBETZKY, S. Cataloging rules and principles : a critique of the ALA rules for entry and a proposed design for their revision. Washington: Processing Department, the Library of Congress, 1953.
MANN, Margaret. Introduction to cataloging and classification of books . 2. ed. 1943.	LUBETZKY, S. Code of cataloging rules : author and title entry; an unfinished draft for a new edition of cataloging rules ... with an explanatory commentary by Paul Dunkin. Chicago: American Library Association, 1960.
MERRILL, William Stetson. Code for classifiers, principles governing the consistent placing of books in a system of classification . 2. ed. 1939.	LUBETZKY, S. Current revision of ALA rules. Library Resources and Technical Services , v. 4, n. 1, 1960. 79 p.
MOAKLEY, Gertruda. Basic filing rules for medium-sized libraries . Rev. and. enl. ed. 1957.	LUBETZKY, S. Smoke over revision. Library Journal , v. 86, n. 15, sep. 1961. p. 2740.
OSBORN, Andrew Delbridge. Serial publications, their place and treatment in libraries . 1955.	MOON, E. E. Who cares about the code? Library Journal , v. 86, n. 9, may, 1961. p. 1744.
PETTEE, Julia. Subject headings, the history and theory of the alphabetical subject approach to books . 1946.	OSBORN, A. D. The crisis in cataloging. Library Quarterly , v. 11, n. 4, oct. 1941. 393 p.
SAYERS, William Charles B. An introduction to library classification . 9. ed. 1954.	PIGGOTT, Mary. Cataloguing principles and practice : an inquiry. London: The Library Association, 1954.

SAYERS, William Charles B. A manual of classification for librarians and bibliographers . 3. ed. 1955.	REPORTS on the Institute on Catalog Code Revision. Library of Congress. Information Bulletin , v. 19, n. 25, jun. 1960. 317 p.
STROUT, Ruth Calista French. Toward a better cataloging code . 1957.	SPALDING, C. S. Illusion? Delusion? Collusion? Library Journal , v. 86, n. 15, sep. 1961. p. 2749.
	SPALDING, C. S. International Conference on Cataloguing Principles. Paris, 1961. Library of Congress. Information Bulletin , v. 20, n. 45, nov. 1961. 659 p.
	STROUT, R. F. Toward a better cataloging code . Chicago: University of Chicago, Graduate Library School, 1957. (Published also in <i>Library Quarterly</i> , v. 26, n. 4, oct. 1956.)
	U. S. LIBRARY OF CONGRESS. Processing Department. Studies of descriptive cataloging . Washington, 1946.
	WATKINS, D. R. A Reference librarian's view of the draft cataloging code. Library Journal , v. 86, n. 9, may, 1961. p. 1730.
	WRIGHT, W. E. Comparison of results of use of CCR draft code versus present ALA rules. Library Resources and Technical Services , v. 5, n. 55, 1961, 186 p.

Fonte: adaptado pela autora de: *Titles available in the college library's reserved book section*, 1961 e 201C. *Cataloging problems, Issues and Principles*, 1963.

Panizzi, Jewett, Cutter e Ranganathan não aparecem nas bibliografias de 1961 e 1963, apenas em 1967. Entretanto, Goral (2021) diz que esses eram os teóricos citados, com frequência, por Lubetzky, principalmente quando ele abordava os objetivos do catálogo e discutia, com os alunos, o conceito de obra como produto intelectual, o que desvela a importância do ato de reuni-las. Aliás, ela se recorda que, em 1979, muitos bibliotecários estiveram na UCLA para estudar os propósitos e o desenvolvimento dos catálogos, discutido em exaustividade durante o curso.

Ainda segundo Goral (2021), os conceitos e as leituras apresentadas, durante o curso, foram fundamentais em seu exercício profissional, especialmente quando participou do projeto para desenvolvimento do catálogo da *UCLA Library*. O que comprova, portanto, o alcance da proposta do curso, a saber, o de formar profissionais capazes de desenvolver e manter catálogos de bibliotecas e/ou utilizá-los com efetividade na execução de outros serviços bibliográficos.

A preocupação com a qualidade do ensino estava além da escolha do melhor professor ou da seleção do melhor conteúdo e bibliografias. Havia, aparentemente, um processo avaliativo que servia como diagnóstico para melhoria contínua, no qual o corpo docente, o curso e o aluno era apreciado. A avaliação é o último item da estrutura básica do plano de ensino de Lubetzky e será abordada a seguir.

5.1.4 Avaliação do curso

Ao final dos cursos, eram realizadas avaliações para que os alunos manifestassem suas opiniões acerca das aulas ministradas, do desempenho do professor, da assistente, dos conteúdos abordados e de seu próprio desempenho.

Dada a brevidade de tempo, para análise, não foi possível observar, individualmente, os formulários preenchidos pelos alunos. A título de ilustração, para demonstrar a estrutura de avaliação proposta, o Quadro a seguir apresenta o modelo das questões:

Quadro 14 – Modelo da avaliação do curso e do corpo docente

AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CORPO DOCENTE	
Avaliação do professor	1. O professor estimula o desenvolvimento intelectual? (se não, como ele poderia estimulá-lo?) 2. O professor o estimula a desenvolver o pensamento crítico? De que maneira? a. ele se mostra disponível para consultas e discussões? b. ele demonstra interesse no aluno? Se não, como ele poderia ser mais eficaz? 3. Como o professor aborda o conteúdo da aula? a. Leitura () Discussões () Extraí principalmente da participação em classe (). O que você prefere? b. Você gostaria que fosse adicionado algum método específico? Qual? 4. Quais aspectos do método de ensino do professor foram mais propícios para um bom curso? 5. O professor tem alguma conduta que prejudique o desenvolvimento do curso? 6. Quais aspectos do método de ensino do professor foram menos propícios para um bom curso? 7. Você acha o professor: Excelente () Razoável () Ruim ()
Avaliação da assistente do professor	1. A assistente estimula o desenvolvimento intelectual? 2. A assistente é uma substituta do professor ou ela desempenha efetivamente seu papel como líder na discussão? 3. Quais aspectos do método de ensino da assistente foram mais propícios para um bom curso? 4. Quais aspectos do método de ensino do professor foram menos propícios para um bom curso? 5. Você acha a assistente: Excelente () Razoável () Ruim ()
Avaliação do Curso	1. Considerando a carga horária de duas horas de atividades extraclasse para cada hora/aula, você acha que, no geral, a carga horária atribuída é: Longa () Curta () 2. A quantidade de leituras extraclasse atribuída aos alunos demandam o tempo necessário em relação ao tempo envolvido no curso? 3. Alguma leitura não foi benéfica? Indique especificamente qual. Por quê? 4. Os exercícios praticados ao longo do curso foram úteis? 5. As explicações e discussões durante as aulas são adequadas para a compreensão do material oferecido?

	6. Qual é a relação da aula com o curso? Complementam de forma eficaz a bibliografia indicada? 7. Foi despendido tempo excessivo ou atribuído ênfase em alguma parte do conteúdo? Se sim, em qual conteúdo. 8. Os exames são: () Justo () Muito difícil () Muito fácil () Complicado () Insuficiente () Excessivos 9. Os conteúdos são: () Muito difícil () Muito fácil () Equilibrado 10. A bibliografia indicada para o curso está acessível?
Autoavaliação	1. Seu interesse pelo curso foi: () Grande () Moderado () Indiferente () Não se interessou 2. Seu esforço durante o semestre foi: () Grande () Moderado () Indiferente () Não se esforçou 3. Seu aprendizado sobre o conteúdo do curso foi? () Grande () Moderado () Indiferente () Não aprendeu 4. Por favor, deixe qualquer comentário útil para o curso

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: *Couse and Faculty Evaluation Sheets. Student Legislative Council. Committee on Faculty-Student Relations. Anexo F.*

As avaliações eram analisadas pela direção da escola para verificar a relevância das informações coletadas e o que elas poderiam representar para a melhoria do curso. Lubetzky era chamado para prestar esclarecimentos quanto a críticas, pontos a serem esclarecidos, etc. Em um dos ciclos avaliativos, Cy Silver¹⁰ escreveu:

Tenho duas críticas à forma como o curso foi conduzido:

Primeiro: Fiquei um pouco incomodado com a leitura das regras da ALA durante sua palestra. Acho que deve haver uma maneira de apresentar o material por meio do esforço do aluno. Ele está disponível na versão impressa, assim como a discussão crítica sobre ele. É um desperdício analisá-lo com tal nível de detalhe. Em vez disso, poderia dar explicações e indicação de problemas selecionados (o novo código tornará a aula sobre o Livro Vermelho algo fora de moda). Talvez os livros que apresentam problemas de entrada possam ser estudados pelos alunos e discutidos durante, como foi feito mais tarde (tradução nossa).

Segundo: 'Trabalhos e exames não comentados'. 'Ensaaios não tão bons quanto seria de se esperar'. Essa crítica é muito geral e não me diz nada. Não tenho ideia sobre o conteúdo do comentário. Claro, suponho que falta conteúdo. Mas quais pontos foram omitidos? Quais pontos foram compreendidos incorretamente? O que não era pertinente? Para descobrir, eu teria que perguntar a você, e você teria que reler as avaliações [...] (tradução nossa).

Fora isso, não há nenhuma outra reclamação sobre o curso que, em geral, parece estar sendo bem conduzido (tradução nossa).

¹⁰ Nos documentos analisados, não há informação sobre o cargo ocupado por Cy Silver na UCLA.

Entender como os alunos percebiam a condução do ensino e como avaliavam o curso, não era apenas um método para obter diferentes opiniões e retornos positivos. Era, igualmente, o meio pelo qual se estabelecia um diálogo efetivo com a comunidade estudantil e, por ele, propiciava-se a evolução do curso a partir de críticas e reconhecimentos. Além disso, sabe-se que a efetividade do processo de ensino exige comprometimento das duas principais partes envolvidas: o professor e o aluno, a atuação de um depende do desempenho do outro. A relação entre Lubetzky e seus alunos foi brevemente observada nos documentos analisados e será comentada na seção que segue.

5.2 RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO

A partir de uma relação dialógica e afetiva, Lubetzky expunha, de forma clara e organizada, a teoria e os fundamentos da Catalogação. Reduzia dezenas de regras a alguns princípios estruturais, detalhava e discutia os problemas da Catalogação, promovia uma visão histórica e filosófica das motivações subjacentes às regras, explicava de um modo não tratado na literatura, sempre que algo não ficava claro, estimulava os alunos a perguntar.

Os alunos tinham a oportunidade de compreender a aplicação inteligente e racional dos princípios, para se tornarem potencialmente capazes de solucionar problemas e situações específicas de Catalogação. A abordagem de Lubetzky era realista e descomplicada, estimulava o pensamento reflexivo, a criatividade, a busca e construção de novos conhecimentos e atitudes, de forma ativa e autônoma.

A grandiosidade dos ensinamentos de Lubetzky é demonstrada por meio de alguns relatos de alunos, selecionados de avaliações de cursos:

“A melhor experiência da minha vida”; “Inspiração para outros professores”; “Não trocaria essas 4 semanas por dinheiro algum”; “Vale a pena assistir Lubetzky em ação”; “Eu era cega antes de compreender os princípios da Catalogação”; “Encoraja leituras e pensamentos” “Privilegio ter Lubetzky como professor, brilhante explanação e elucidação”;
--

“[...] seu método para conduzir as discussões no momento em que elas surgiam, em vez de adiá-las para um momento em que o interesse imediato diminuísse, foi especialmente valioso para nós [...]”;

“[...] ninguém jamais abordará o assunto com tamanha imaginação, entusiasmo, etc. Além de saber lidar com a maioria dos problemas profissionais que surgem, nos diz onde buscar ajuda. Tenho muito respeito pela sua capacidade de lidar com uma discussão, palestra etc., mantendo a atenção dos alunos durante uma hora. Isso é um talento raro. [...]. O curso foi abordado sob um ponto de vista sensível, sensato, imaginativo e conhecedor [...]”.

“[...] apenas ouvi-lo falar sobre seus pensamentos e ideias já tornaria a aula totalmente válida”;

As respostas e opiniões dos alunos mostram como eles agiam à atuação do professor e às dificuldades que encontravam na assimilação dos conhecimentos, a atenção deles não estava voltada apenas para o conteúdo ministrado. Lubetzky mantinha uma relação de confiança, afetividade e respeito, fundamentada em diálogos e na manutenção de um ambiente agradável e propício para promover a aprendizagem.

Contudo, não se pode esquecer que o professor também aprende com o aluno, uma vez que ambos possuem saberes diferente. Prova disso é a carta enviada por Lubetzky, a uma aluna, nela, ele agradece por suas contribuições e demonstra interesse em considerá-las no planejamento de cursos futuros.

Figura 16 – Carta de Seymour Lubetzky a Mrs. Frances K. Holbrook

July 11, 1963

Mrs. Frances K. Holbrook
School of Law Library
Campus

Dear Mrs. Holbrook:

Many thanks for your comments on the Summer Session course on cataloging (LS 201C). I have read them with interest and think they will contribute to the planning of similar courses in the future.

It has been a pleasure having you audit in this course and participate in its discussions.

Yours sincerely,

Seymour Lubetzky
Professor

Fonte: Carta de Seymour Lubetzky a Mrs. Frances K. Holbrook, 1963.

A relação do professor com os alunos, juntamente com a metodologia utilizada, eram fatores determinantes para o aprendizado da Catalogação. Porém, isso não quer dizer que a atuação de Lubetzky era modelo inquestionável de docência, mas pode

ser considerada fonte de inspiração para buscar um novo e melhor caminho para alcançar os alunos.

5.3 CURSOS DE EXTENSÃO

A maestria acadêmica de Lubetzky chamou atenção de outras escolas e instituições. A *Graduate School of Library Science da University of Illinois*, inicialmente, convidou-lhe para o cargo de professor, porém ele recusou. Posteriormente, ministrou um curso sobre o novo código de Catalogação. *Cataloging: Purposes, Problems, Principles* ocorreu no verão de 1967, 120 pessoas participaram, entre alunos, professores de Catalogação e profissionais. Durante quatro semanas, foi abordado o desenvolvimento e prática do AACR, as funções da Catalogação, a necessidade de revisão das regras e os cabeçalhos de entrada.

Uma vasta seleção de leituras foi apresentada aos participantes, como é observado no Quadro a seguir:

Quadro 15 – Bibliografia, 1967 - *Purposes, Problems, Principles*

ASSUNTO	BIBLIOGRAFIA
Desenvolvimento das Regras de Catalogação Anglo-Americanas	• British Museum - Catalogue of printed books in the British Museum (1841); • Jewett, Charles – On the Construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue (1852); • Cutter, Charles – Rules for a printed dictionary catalog (1876); • Catalog rules: author and title entries (1908); • ALA Catalog Rules, Author and Title Entries (1941, 1949); • Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress (1949); • Palmer, Vivian - A Brief History of Cataloging Codes in the United States, 1852 – 1949 (1963);
Revisão da Catalogação	• Osborn, Andrew D. - The Crisis in Cataloging (1941); • Library of Congress – Studies of Descriptive Cataloging (1946); • Jolley, L. – Some recent development in Cataloging in the USA (1950); • Lubetzky, S. – Cataloging Rules and Principles (1953), Development of Cataloging Rules (1953), Code os Cataloging Rules: bibliographic entry and description, a partial and tentative draft (1958, 1960), Current Revision of ALA Rules (1960), Lubetzky vs. Dewey (1964), Catalog Code Revision (1964) • ALA Rules for Entry: the proposed revolution (1953); • Piggott, M. - Cataloging Principles and Prattice: an inquiry (1954); • Beckman, Margaret - Experiment in the use of the revised Code of Cataloging Rules (1960); • Dewton, Johannes L. - The Grand Illusion (1961); • Dunkin, Paul S. - Howlers – here and now (1961); • Spalding, C. - Illusion? Delusion? Collusion? (1961); • International Conference on Cataloging Principles (1961) • Dewey, Melvil - Changing Catalog Rules (1964).

Função da Catalogação	• Mudge, I. G. – Present day economies in cataloging as seen by the reference librarian of a large university library (1934); • Ver Nooy, W. - The customer and the catalog (1940) • Randall, W. M. – The acquisition and cataloging of books (1940); • Butler, Pierce – The bibliographical function of the library (1953); • Lubetzky, S. - Panizzi vs the finding catalog (1956), Function of the catalog (1956); • Dubester, Henry J. - The catalog – a finding list? (1957).
Função da Entrada Principal	• Lubetzky, S; Verona, Eva; Jolley, L. – Function of the main entry in the alphabetical catalog. International Conference on Cataloging Principles (1960).
Autores Cooperativos	• Cutter, Charles – Rules for a dictionary catalog (1904); • Hanson, James C. M. - Corporate authorship versus title entry (1935); • Taube, Mortimer – The cataloging of publications of corporate authors (1950); • Lubetzky, S. The cataloging of publications of corporate authors: a rejoinder (1951), The corporate complex (1953); • Jolley, L. The principles of cataloging (1960); • Trotier, Arnold H. Corporate names (1960).
Publicações Governamentais	• Chils, James B. – The author entry for government publicatios (1935); • Shachtman, Bella E. - Government publications (1960).
Cabeçalhos de entrada	• Ellinger, Werner B. - Non-author headings (1954); • Lubetzky, S. - Non-author headings: a negative theory (1954).

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: LS 450L – *Purposes, Problems, Principles*, 1967. (University Illinois).

Destacam-se, na bibliografia selecionada, importantes teóricos (Cutter, Jewett, Osborn, o próprio Lubetzky) e instituições (ALA, *British Museum*, *Library of Congress*), fontes indispensáveis ao estudar os fundamentos da Catalogação, suas regras e princípios. O professor também utilizou de um texto de sua autoria, o *Fundamentals of Cataloging*, que versava sobre a abordagem do problema da Catalogação, a natureza do material e a escolha de objetivos, métodos, nomes e títulos.

Em *Developments in Cataloging and Classification* (1968), Lubetzky abordou as regras de Catalogação da ALA. O curso de extensão foi ofertado pela *San Francisco Bay Region Chapter of the Special Libraries Association*, em parceria com outras associações. O conteúdo, preparado por ele, está elaborado no Quadro 16:

Quadro 16 – Conteúdo do Curso *Developments in Cataloging and Classification* (1968)

História	• Panizzi – Jewett – Cutter • Anglo-American Catalog Rules, 1908 • ALA Cataloging Rules, 1941 • ALA Cataloging Rules, 1949
Crítica da <i>ALA Rules</i>	• Complexidade e precisão • Filosofia • Princípios • Estrutura
Revisão da <i>ALA Rules</i>	• Abordagem geral • Revisão do método • Objetivos e princípios • Relação com a ALA Rules
Recepção da revisão	• Nacional • Internacional • Crítica e discussão • Problemas de implementação
Questões em equilíbrio	• Problemas de mudanças • Medos e compromissos • Princípios e práticas • Implicação para o futuro da Catalogação

Fonte: traduzido e adaptado pela autora de: X406 – *Current Development in Cataloging and Classification*, 1963.

Os Quadros 15 e 16 validam o entendimento de que a crítica de Lubetzky, ao código da ALA e à análise reflexiva sobre a necessidade de revisão das regras, foi mantida durante o tempo em que se dedicou ao ensino. Após a publicação do AACR, em 1967, acrescentou às suas discussões as implicações dos princípios subjacentes não observados pelas novas regras.

Os cursos de extensão respondiam aos interesses de atualização e manutenção do conhecimento profissional daqueles que atuavam, diretamente, nos serviços técnicos das bibliotecas. A necessidade, essencialmente, era gerada pela velocidade das mudanças anunciadas na Catalogação no decorrer da década de 1960.

Lubetzky buscava a excelência na Catalogação, se preocupava em promover mudanças de atitudes e comportamentos, seja por meio da sua atuação profissional, de seus ensinamentos enquanto professor ou no desenvolvimento de pesquisas que promovia, práticas e teorias.

5.4 PESQUISAS

Durante os anos de docência, Lubetzky desenvolveu projetos de pesquisa, financiados pelo *United States Department of Health, Education, and Welfare*¹¹, que abordavam a teoria e os princípios sobre os quais se baseia a Catalogação. Investigava os aspectos fundamentais da Catalogação descritiva e temática, os propósitos a serem atendidos, os problemas envolvidos e os princípios que devem estar na base de um sistema de Catalogação coeso, racional e proposital.

Os relatórios de pesquisa demonstravam preocupação com a evolução pragmática, não sistemática, da prática de Catalogação prescrita nos códigos e nos catálogos de biblioteca. Os métodos empregados não eram destinados a facilitar a identificação e localização, de um material específico, e indicar sua relação com outros materiais ou conteúdo.

Para Lubetzky, a análise das regras e dos catálogos revelava, prontamente, que os fins pretendidos não eram integralmente compreendidos, de modo que os problemas envolvidos na busca e recuperação das informações não foram reconhecidos ou tratados de forma consistente. Continuou pesquisando a evolução e as características das novas regras Anglo-Americanas e as diferenças entre as versões americana e britânica e revisava as fontes contemporâneas relacionadas ao trabalho de Panizzi.

Além de produzir inúmeros textos e comunicações científicas e submetê-las aos principais periódicos da área, era participante ativo nos eventos da ALA e em outras conferências. Nos últimos anos, antes de sua aposentadoria, ocupou-se de discutir os problemas enfrentados pelos bibliotecários com a aplicação do AACR e o uso as novas tecnologias.

5.5 DEPOIMENTO DISCENTE

Goral (2021) considera que foram os ensinamentos de Lubetzky que fizeram dela uma profissional de excelência. Desde 1970, atua no serviço de referência da *UCLA Library*, onde recebe muitos estagiários de Biblioteconomia. Diferentemente do que foi aprendido por ela, os estudantes de hoje não possuem a compreensão geral

¹¹ Departamento ministerial do governo dos Estados Unidos de 1953 a 1979.

dos princípios e fundamentos da Catalogação e do catálogo, recorrem constantemente ao Google para executar suas funções, usam as ferramentas disponíveis de maneira equivocada. Lamentavelmente, de acordo com os relatos de Goral (2021), a história da Catalogação não é mais ensinada como deveria, o que dificulta o desenvolvimento de um pensamento crítico, do recém-formado, para fazer as escolhas corretas em sistemas automatizados. Ela destaca, por exemplo, que os estagiários da *UCLA Library* nunca viram uma ficha catalográfica.

Além ter concedido a entrevista utilizada como instrumento desta pesquisa, Goral (2021) gentilmente coletou alguns depoimentos de alunos e bibliotecários (aposentados e no exercício da profissão), graduandos e graduados na UCLA. Ela perguntou a eles se o professor Lubetzky foi ou é conhecido e lembrado durante a formação acadêmica. Algumas respostas foram traduzidas pela pesquisadora e apresentadas a seguir:

Quadro 17 – Depoimentos de alunos e bibliotecários da UCLA

RESPOSTAS
“[...] os textos de Lubetzky <i>Objectives of the Catalog</i> e <i>Principles of Descriptive Cataloging</i> são ambos ministrados no curso de <i>Descriptive Cataloging</i> na UCLA”. [aluno atual]
“Cursei Catalogação no ano seguinte à aposentadoria de Lubetzky, discutimos Lubetzky em minha aula de Catalogação”. [bibliotecário]
“[...] Eu tinha Elaine Svenonius, a Deusa da Catalogação (como a apelidamos), que era uma devota de Lubetzky e Ranganathan (e nos conduziu nas discussões sobre os princípios de Cutter e outros). [...] entender o porquê da Catalogação e como construir e interpretar catálogos desenvolve o gosto e o julgamento de um catalogador. O que torna desanimador é a constante reinvenção da roda por destreinados e desinteressados em 150 anos de teoria e cegos ao poder e à utilidade de uma boa Catalogação”. [bibliotecário]
“Já ouvi falar de Lubetzky, mas não durante o curso de Catalogação. Acho que ele pode ter sido mencionado em um dos meus cursos de introdução, mas definitivamente ouvi mais sobre ele de meus colegas catalogadores do que na escola.” [bibliotecário]
“Conheci Seymour Lubetzky quando estava na UCLA, acho que Lawrence Clark Powell estava lá também. Não me lembro qual foi a ocasião - mas talvez um evento ASIS ou ALA, ou algum tipo de jantar de premiação. Michael Gorman e Michele Cloonan também estavam lá. Lembro-me de ter ouvido falar dele em minhas aulas de Catalogação ministradas por Greg Leazer. Ele era uma espécie de ‘estrela do rock’, provavelmente por isso me inscrevi no evento - porque queria apertar sua mão [...]”. [bibliotecário]
“Estudamos a teoria da Catalogação, juntamente com a organização da informação. Lubetzky e Ranganathan, entre outros, foram discutidos longamente”. [bibliotecário]
“[...] Elanie Svenonius foi minha professora de <i>Descriptive Cataloging</i> , ela falou de Lubetzky com bastante frequência”. [bibliotecário]

Fonte: depoimentos coletados por Miki Goral e recebidos pela pesquisadora em 27/03/2021 (tradução nossa).

Esse capítulo se encerra com a percepção de que Lubetzky manteve, enquanto professor, o desejo cultivado durante sua carreira como bibliotecário: que os profissionais exercessem, além da prática, o pensamento reflexivo e a liderança para que os futuros códigos de Catalogação fossem livres de redundâncias, inconsistências e irrelevâncias que atormentavam os códigos do passado. Foi com esse objetivo que ele formou uma geração de excelentes catalogadores, durante os nove anos em que exerceu a docência.

6 CONSIDERAÇÕES

O caminho percorrido para abordar as estratégias de ensino utilizadas por Lubetzky, na docência da disciplina de Catalogação descritiva, teve início com o **destaque dos princípios fundamentais da Catalogação e a trajetória evolutiva da área**. A discussão dos conceitos permitiu assimilar que a Catalogação é a descrição, organização e representação das características físicas e intelectuais que promove o encontro entre o usuário e o material catalogado. Trata-se de uma tarefa complexa e essencial da biblioteconomia, que requer ser compreendida tanto do ponto de vista prático quanto teórico. A prática deve estar assente em instrumentos claros e abrangentes. A teoria precisa ser conhecida e debatida para que o exercício da Catalogação não esteja limitado à mera aplicação de regras.

O crescente uso da tecnologia, nas atividades de organização e disponibilização da informação, provocou a expansão das competências em Catalogação, fato observado desde a sua constituição, com as tentativas de definir regras rudimentares para a organização de catálogos.

Reconheceu-se que a moderna Catalogação foi inaugurada com Panizzi, Jewett e Cutter. Os trabalhos por eles realizados, foram essenciais para a elaboração dos Códigos da ALA, da Vaticana, entre outros. Suas revisões marcaram o desenvolvimento da Catalogação no século XX, seguido do estabelecimento de princípios normativos. No mesmo período, Lubetzky apresentou sua grande colaboração: *Cataloging Rules and Principles*, obra que impulsionou a criação de princípios universais para a Catalogação, que foram discutidos e aprovados durante a Conferência de Paris, evento que desencadeou avanços significativos rumo à padronização internacional. A publicação do AACR, suas revisões e traduções, foram as mais importantes.

A Conferência também teve o propósito de discutir os impactos da tecnologia na Catalogação. Pouco tempo depois, a LC lançou o Projeto Piloto MARC (1966), em resposta à necessidade de implementar sistemas automatizados para a criação e intercâmbio de registros bibliográficos. A multiplicação de formatos nacionais, derivados do MARC, acabou dificultando a troca de registros entre países, o que levou a criação do MARC21.

Percebeu-se que a busca pela padronização internacional teve continuidade com a realização de grandes eventos da área. A REIC (1969) deu início às discussões

sobre a ISBD. Os FRBR resultaram do encontro realizado em Estocolmo (1992). Na *International Conference on the Principles & Future Development of AACR* (1997), a proposta de revisão do AACR2 foi substituída por um novo texto, que levou ao desenvolvimento da RDA. Seu lançamento, em junho de 2010, provocou reflexões sobre a necessidade de substituição do MARC21. O novo formato BIBFRAME foi lançado em 2016.

A evolução da Catalogação, portanto, foi entendida como parte de um processo, de uma história que, paulatinamente, fez-se captar a realidade conhecida. Reflexões que elucidaram em que medida as noções, as atitudes e os métodos foram ultrapassados em sua época. Promoveu o conhecimento sobre a finalidade da Catalogação, a que se destina, a que se interessa, do que se ocupa e o que ela visa. Esse conhecimento fundamentou as discussões que vieram a seguir.

Adiante, foi **apresentado o ensino da Catalogação no Brasil e no mundo**, com o estudo dos Estados Unidos, Reino Unido, Nigéria, China, Austrália, México, Egito e, por último, do Brasil. Debruçar sobre esses países, propiciou compreender como as teorias e práticas da Catalogação foram e são abordadas em suas escolas de Biblioteconomia. Para além disso, demonstrou a organização dos currículos, os materiais didáticos e os recursos utilizados. Desse modo, foi possível mirar o status atual, o desenvolvimento da disciplina e as tendências do ensino.

Percebeu-se que, China e Austrália preocupam-se com a atualização dos currículos e dos conteúdos das disciplinas, respondendo às mudanças anunciadas na área. Privilegiam tanto a prática quanto a teoria e se preocupam com a melhoria dos métodos de ensino. A China investe na integração entre professores e alunos, utiliza a tecnologia como estratégia de ensino e incentiva o desenvolvimento de projetos extraclasse. Na Austrália, o destaque é para a abordagem de assuntos sobre fatores econômicos, sociais e tecnológicos, indispensáveis para a formação do profissional do século XXI.

Os Estados Unidos priorizam o ensino da teoria, ensinam o “porque” ao invés de “como”. Ressaltam que a formação do catalogador deve ser contínua e que as instituições empregadoras têm papel fundamental no aperfeiçoamento da prática profissional. Acreditam que a Internet seja um ambiente de aprendizado frutífero e de integração profissional.

Na Nigéria, a disciplina de Catalogação é um componente relevante no currículo das escolas, porém, em algumas delas o conteúdo é limitado à Catalogação

de livros, reproduzindo a visão tradicional da área. No México, a disciplina ocupa um lugar de destaque na formação do estudante. Por conseguinte, está alinhada aos conhecimentos e habilidades necessária aos estudantes que em breve seguirão para o mercado de trabalho.

Já no Reino Unido e no Egito, a Catalogação é pouco ensinada. O desinteresse pela área reflete na ausência de especialistas para a docência da disciplina, que é vista como antiquada e chata. As maiores deficiências são observadas no Egito, faltam recursos bibliográficos, tecnológicos e laboratórios para desenvolvimento de atividades práticas. Não há investimentos em educação continuada, nem o acompanhamento das novas tendências no campo.

O ensino de Catalogação no Brasil está apoiado em práticas que não correspondem às mudanças pelas quais a área tem avançado. A utilização de instrumentos como o AACR2, MARC21 e softwares para a construção de catálogos automatizados não colabora com a formação de profissionais críticos e reflexivos. A tecnologia é pouco contemplada nos currículos.

Certamente, as disciplinas de Catalogação foram as primeiras dos currículos de Biblioteconomia a serem diretamente impactadas pelos avanços tecnológicos, que impuseram desafios e tornaram o ensino ainda mais complexo, mesmo sabendo que a tecnologia é apenas uma ferramenta. Fundamentalmente, é necessário que o desenvolvimento da prática seja acompanhado pelo ensino, que responde tanto à formação dos futuros bibliotecários quanto à educação continuada de profissionais atuantes.

Ao **apresentar a trajetória profissional e acadêmica de Seymour Lubetzky**, reafirma-se a magnitude e grandeza do seu pensamento. Como nenhum outro teórico, Lubetzky enxergava a Catalogação em sua totalidade, questionava como ela era feita e quais resultados seriam alcançados. Defendia padrões verdadeiramente internacionais e regras catalográficas baseadas em princípios norteadores de catálogos orientados aos usuários.

Quando propôs a revisão dos objetivos do catálogo, preconizados por Cutter, Lubetzky se preocupou tanto com o material catalogado como com a obra por ele apresentada. Desejava que o catálogo (1) facilitasse a localização de determinada publicação e (2) relacionasse e reunisse as edições de uma obra e as obras de um autor. Defendia um catálogo explícito, na explicação e exibição das relações de várias edições, traduções e formatos para obras criadas. Dizia que um catálogo de livros, em

vez de obras, ignora o importante fato de que um livro é normalmente adquirido por uma biblioteca e procurado por seus leitores pela obra que ele representa.

Portanto, com base nas discussões apresentadas por Lubetzky, sobre os objetivos do catálogo e o conceito de “obra”, não restaram dúvidas acerca da influência de seu pensamento nos FRBR, IFLA LRM, RDA e Linked Data. A Catalogação no século XXI exige, do profissional, a análise sistêmica e abstrata do processo. Requer, definitivamente, a compreensão dos princípios que norteiam as regras e padrões, que se opõe a execução mecânica das atividades do catalogador.

Na academia, atento às transformações nas regras e nos códigos, oportunizadas com a publicação do AACR, Lubetzky se ocupou em refletir sobre as dificuldades que a evolução da Catalogação traria ao ensino. Para ele, era necessário que o currículo contemplasse teoria e prática e que os alunos fossem encorajados a pensar e a explorar a Catalogação.

Perguntar ao aluno “Por que fazemos isso?” quando se ensina Catalogação, viabiliza o aprendizado consistente e permite a compreensão da base do processo, expandindo a aprendizagem para além dos instrumentos utilizados para catalogar. Com isso, o foco do ensino da disciplina deixa de ser eminentemente prático.

A atividade docente de Lubetzky foi um campo de aprendizado, reflexão e aperfeiçoamento. Somada aos saberes oriundos de sua experiência e trajetória profissional, responderam pelo sucesso que o consagrou como grande teórico da Biblioteconomia. Ao revisitá-lo, foi possível compreender o quanto suas ideias permanecem fundamentais para o desenvolvimento da disciplina.

Por último, a **descrição e análise dos procedimentos, adotados por Lubetzky para o ensino da Catalogação**, revelou a preocupação do professor em formar bibliotecários bem fundamentados na teoria e na prática da Catalogação e prepará-los para enfrentar, com sabedoria, as complexidades crescentes pelas quais a área avançava, o que incluía os problemas de automação das atividades das bibliotecas.

A metodologia das atividades pedagógicas, desenvolvidas por ele, incluía palestras, discussões em sala, períodos de laboratório, leituras complementares e era favorecida por uma carga horária considerável. Diferentemente do observado no Capítulo 3, no qual foi apresentado o ensino da Catalogação no Brasil e no mundo, a carga horária da disciplina se mostra insuficiente diante da quantidade de conteúdos fundamentais. Porém, Hübner (2021) diz que, apesar de necessária a ampliação da

carga horária das disciplinas de Catalogação, no Brasil, a tendência dos cursos de Biblioteconomia é de redução, aproximando-se do mínimo exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A retórica do professor conduzia à participação ativa do aluno, em discussões que permitiam associar e aplicar os conhecimentos adquiridos. A paixão pela área e a experiência profissional adquirida no decorrer de sua carreira também são considerados diferenciais para a docência.

A seleção e atualização constante dos conteúdos respondiam aos avanços do ensino frente às mudanças que ocorriam. Infelizmente, no Brasil, os cursos não têm acompanhado a evolução da Catalogação nas últimas décadas, como observa-se em Hübner (2021, p. 248): “conteúdos, como Metadados, RDA, FRBR, tão representativos dessa evolução, ainda carecem de representatividade junto ao coletivo de conteúdos de Catalogação de muitos dos cursos de Biblioteconomia analisados”.

A necessidade de atualização permanente dos conteúdos ministrados pelas escolas brasileiras é melhor justificada quando Hübner (2021) arremata, dizendo que padrões como MARC21 Bibliográfico e MARC21 autoridade, incorporados, há anos, nas rotinas das unidades de informação, não são ensinados em todos os cursos.

Evidentemente, a atualidade das bibliografias das disciplinas deve acompanhar os conteúdos, observando a necessária presença de textos sobre os fundamentos da Catalogação. A inclusão de novas temáticas condiciona a revisão constante das indicações bibliográficas, mantendo, certamente, autores historicamente consagrados. Assim, portanto, Lubetzky esteve atento à produção científica da área, incluindo e ampliando suas listas de indicações de leituras. Novamente recorreu-se a Hübner (2021) para observar a atualidade das bibliografias das disciplinas de Catalogação no Brasil. Segundo o autor, tanto na bibliografia básica quanto na complementar, há um número considerável de obras publicadas no século XX. Publicações mais atuais aparecem na bibliográfica complementar.

A avaliação do curso e do corpo docente foi o último item do plano de ensino a ser analisado. O instrumento se mostrou fundamental para a promoção de melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Possibilitava testar as estratégias utilizadas pelo professor, a fim de identificar fraquezas e oportunidades do modelo de ensino.

Por último, ainda que esta pesquisa não tenha a proposta de um estudo comparativo, lançou-se o olhar para o ensino da Catalogação, que foi apresentado no

Capítulo 3, a fim de identificar em quais países as disciplinas ministradas se aproximam e se distanciam do modelo de ensino de Lubetzky. China e Austrália foram os países em que se observou maior proximidade, além dos Estados Unidos, onde também há traços do ensino. No Reino Unido e no Egito, a docência da Catalogação se mostra distante do ideário do professor.

Com a exposição dos objetivos alcançados, acredita-se que **as estratégias ensino de Lubetzky estão fundamentadas na crença de que o ensino da Catalogação se opõe ao modelo de educação profissionalizante**, uma vez que fornece aos alunos instrumentos que transformam o conhecimento adquirido em habilidades, que são aprimoradas na medida em que novos desafios são colocados à área em que atuam. Nessa perspectiva, a educação em Catalogação deve desenvolver meios para uma aprendizagem permanente e contínua, tendo em vista o contexto social no qual o bibliotecário está inserido.

Além disso, **privilegiam o ensino que incentiva a formação de um profissional reflexivo**, por não exigir dos alunos o domínio de regras catalográficas, pois tal exigência tende a limitar sua capacidade de pensar com clareza sobre a aplicação e serventia dessas regras. As estratégias de Lubetzky, colocam o aluno em condições de análise crítica, oportunizando seu crescimento profissional e possíveis contribuições com a arte da Catalogação. Dessa forma, a aprendizagem se torna incessante, podendo **agregar valor ao ensino da disciplina e contribuir com o desenvolvimento da área frente às mudanças anunciadas**.

Particularmente, conclui-se que metodologia de ensino de Lubetzky é uma combinação de competência prática (ele praticou a Catalogação) e envolvimento emocional com o campo da Catalogação, o que o torna único como profissional e docente. Por ser único, não há como replicar sua técnica didática, todavia, pode-se tê-lo como referência para estimular uma percepção do ensino e da forma como a Catalogação pode ser ministrada. Mais do que um método, Lubetzky transmitia sabedoria e experiência que despertavam empatia e admiração em seus alunos, que se sentiam privilegiados e orgulhosos em tê-lo como mestre.

O modelo de ensino por ele praticado é adequado à formação do bibliotecário que irá atuar frente às mudanças ocorridas na teoria e prática da Catalogação. Entretanto, novas pesquisas e análises são necessárias para compreender, em maior profundidade, como sua metodologia pode ser **aplicada ao ensino da Catalogação nos cursos de Biblioteconomia do Brasil**.

Haja vista que esta dissertação apresentou apenas um recorte, de um universo mais amplo, exequível dentro das limitações impostas pelo momento pandêmico que delimitou as fronteiras da análise, no que diz respeito à profundidade e detalhamento. Sobretudo, por constatar que ainda há muito a ser examinado nos documentos produzidos, durante os 9 anos em que Lubetzky foi professor na UCLA, o que demanda maior tempo e requer mais procedimentos metodológicos, descortina-se um objeto de pesquisa que pode ser definido em um projeto futuro de doutorado, pois ainda está a se realizar uma visita *in loco* para acessar a fonte primária dos documentos no fundo *Seymour Lubetzky papers, 1938-2003*, da *Library Special Collections* da UCLA.

REFERÊNCIAS

- ARAKAK, F. A. *et al.* Transpondo as barreiras do ensino da Catalogação: o caso da Biblioteca de Estudos e Aplicação de Metadados (BEAM). *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES*, 9., Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <https://url.gratis/ucMD08>. Acesso em: 11 out. 2019.
- BAPTISTA, D. M. A Catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 63-74, 2006. Disponível em: <https://url.gratis/KRLdQQ>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- BARBOSA, A. P. **Novos rumos da Catalogação**. Rio de Janeiro: BNG, 1978.
- BLAKE, V. L. P. Forging the anglo-american cataloging alliance: Descriptive cataloging, 1830-1908. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 35, n. 1/2, p. 3-22, 2002. Disponível em: <https://url.gratis/QA5aLs>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BOWMAN, J. H. Education and training for cataloguing and classification in the British Isles. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 3-4, p. 309-333, 2006. Disponível em: <https://url.gratis/SJUHJ0>. Acesso em: 10 de out. 2019.
- CAMPELLO, B. S. **Introdução ao Controle Bibliográfico Universal**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- CAMPELLO, B. S.; MAGALHÃES, M. H. A. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997.
- CARPENTER, M. Seymour Lubetzky as a teacher of cataloging, **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 25, n. 2-3, p. 181-190, 1998. Disponível em: <https://url.gratis/ZOOxrl>. Acesso em: 10 out. 2019.
- CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira: perspectivas históricas**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CASTRO, F. F. de; SALES, A. R. de S.; SIMIONATO, A. C. Recomendações teóricas e práticas para o ensino da Catalogação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 19-32, abr. 2016. Disponível em: <https://url.gratis/7TriSD>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- DENTON, W. FRBR and the History of Cataloging. *In: TAYLOR, A. G. Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools*. USA: Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2007.
- DULL, M. E. Cataloging Education and Cataloging Futures: An Interview with Allyson Carlyle, **Serials Review**, V. 37, n. 2, p. 116-119, 2011. Disponível em: <https://url.gratis/uLDe7P>. Acesso em: 14 out. 2019.
- DUNKIN, P. S. Criticisms of Current Cataloging Practice. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, V. 26, n. 4, p. 286-302, 1956.

ESTIVILL RIUS, A. Momentos estelares de la catalogación en el cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 28, jun. 2012. Disponível em: <https://url.gratis/V0ROdG>. Acesso em: 20 out. 2019.

FIUZA, M. M. O ensino da "Catalogação de assunto". **Revista da Escola de biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 257-269, 1985. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FONSECA, E. N. da. **Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil**. Revista do Livro, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GALEFFI, A. Biographical and cataloguing common ground: Panizzi and Lubetzky, kindred spirits separated by a century. **Library & Information History**, v. 25, n. 4, p. 227-246, 2009. Disponível em: <https://url.gratis/XHIJvm>. Acesso em: 20 out. 2019.

GARRETT, L. Dewey, Dale, and Bruner: Educational Philosophy, Experiential Learning, and Library School Cataloging Instruction. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 38, n. 2, p.129-136, 1997. Disponível em: <https://url.gratis/BsweRg>. Acesso em: 20 out. 2019.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

GORAL, M. **Memories of Seymour Lubetzky's Lessons** [Entrevista concedida a] Alessandra Atti. Los Angeles: Zoom Meeting, 22 feb. 2021.

GORMAN, M. Why teach cataloguing and classification? **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 34, n. 1-2, p. 1-13, 2002.

HADY, M. F. A.; SHAKER, A. K. Cataloging and classification education *in* Egypt: stressing the fundamentals while moving toward automated applications. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 3-4, p. 407-429, 2006.

HALLAM, G. Beyond Our Expectations: A Review of na Independent Learning Module in Descriptive Cataloguing at the Queensland University of Technology. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 3-4, p. 149-171, 2006.

HARVEY, R.; REYNOLDS, S. MARCup to Markup: education for cataloguing and classification in Australia. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 3-4, p. 173-192, 2006.

HILL, J. S. Wanted: Good catalogers. **American Libraries**, v. 16, v. 10, p. 728-730, 1985.

HILL, J. S. What else do you need to know? Practical skills for cataloger and managers. **Cataloging & Classification Quarterly**, v.34, n.1/2, p. 245-61, 2002.

HOLLEY, R. P. Cataloging: an exciting subject for exciting times. **Cataloging & Classification Quarterly**, v.34, n.1/2, p. 41-50, 2002.

HÜBNER, M. L. F. **O Ensino de Catalogação no Brasil: contexto histórico e desafios contemporâneos**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

INTNER, S. S. Persistent issues in cataloging education: considering the past and looking toward the future, **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 34, n. 1-2, p. 15-28, 2002.

IWE, J. I. The Relevance of cataloguing in a library science curriculum in Cross River State of Nigeria in this technological age. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 27-51, 2005.

JOUDREY, D. N. Textbooks used in bibliographic control education courses. **Cataloging & Classification Quarterly**, v; 34, n.1-2, p. 101-118, 2002.

KNOWLTON, S. A. Criticism of cataloging code reform, as seen in the pages of Library Resources and Technical Services (1957–66). **Library Resources & Technical Services**, v. 53, n. 1, p. 1524, jan. 2009. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5459/6697>. Acesso em: 9 jun. 2016.

KOH, G. S. Innovations in standard classroom instruction, **Cataloging & Classification Quarterly**. v. 34, v. 3, p. 263-287, 2002.

LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE. **Library and Information Science Encyclopedia**. Disponível em: <https://url.gratis/o7hIPg>. Acesso em: 28 mar. 2020

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic framework initiative**. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

LITTON, G. **Classificação e catálogos**. São Paulo: Mcgraw-hill, 1971.

LUBETZKY, S. On teaching cataloging. **Journal of Education for Librarianship**, v. 5, n. 4, 1965, p. 255-258. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40321823>. Acesso em: 14 out. 2019.

LUBETZKY, S. Principles of Cataloging. Final Report. Phase I: Descriptive Cataloging. **Institute of Library Research University of California**. Los Angeles, 1969. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED031273>. Acesso em: 1 fev. 2020.

LUBETZKY, S. **Writings on the Classical Art of Cataloging**. SVENONIUS, E.; DOROTHY, M. (Compiled and Edited) Englewood: Libraries Unlimited, 2001.

MA, Z. Education for cataloging and classification in China. **Cataloging & Classification Quarterly**, v, 41, n. 2, p. 71-83, 2005.

MACHADO, E. C.; VON HELDE, R.; COUTO, S. Ensino de Catalogação: da teoria à prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 100-106, mar. 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/43/52>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MANN, M. **Catalogação e Classificação de Livros**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

MARTINEZ ARELLANO, F. F. Education for cataloging and classification in Mexico. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 3-4, p. 353-388, 2006. Disponível em: <https://url.gratis/uMTh5M>. Acesso em: 10 out. 2019.

MARTINHO, N. O. **A dimensão teórica e metodológica da Catalogação de Assunto**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010.

MELGAÇO, L. M. L. Formato IBICT: formato de intercâmbio bibliográfico e catalográfico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 2, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72128>. Acesso em: 05 out. 2021.

MEY, E. S. A. **Algumas questões sobre o ensino da representação descritiva ou a Catalogação no Brasil**. jul. 2005. Info Home. Disponível em: https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=35. Acesso em: 12 mar. 2020.

MEY, E. S. A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, E. S. A. **Introdução à Catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; MORENO, F. Desafios do ensino de Catalogação no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGAÇÃO- ENACAT. III EEPC,1;3; Rio de Janeiro, 2012. **Anais** [...] Disponível em: Acesso em: 11 fev. 2020.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a Catalogação e sua aplicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309>. Acesso em: 12 mar. 2020.

MODESTO, F. Panorama da Catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais** [...] Brasília: FEBAB, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007PanoramaCatalogacao.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MUELLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília, v.14, n.1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: discurso do confronto - velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

OSBORN, A. D. The crisis in cataloging. **Library Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 393-411, oct. 1941. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4302882>. Acesso em: 10 set. 2019.

PEREIRA, A. M. Inquietações sobre o ensino de Catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGAÇÃO- ENACAT. IV EEP, 2; 3, Rio de Janeiro, 2013. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://url.gratis/mVIFtM>. Acesso em: 12 mar. 2017.

PEREIRA, A. M.; RODRIGUES, R. A educação continuada do catalogador: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista ACB**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 219-239, ago. 2005. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://url.gratis/JyUPDC>. Acesso em: 20 set. 2019.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Educação continuada do catalogador na modalidade a distância: uma proposta alternativa. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.1, p.47-58, jan./abr. 2004.

RIBEIRO, A. M. de C. M. **Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2**. 2. ed. rev. Brasília: Edição do Autor, 2004.

RICHARDSON JR., J. V. History of American Library Science: Its Origins and Early Development. In: **Encyclopedia of Library and Information Sciences**. 3. ed. Califórnia: Taylor & Francis, 2010. Disponível em: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/richardson/ALS.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SANTA ANNA, J. Ensino pela pesquisa na docência universitária: um relato de experiência na disciplina de Catalogação. **REBECIN**, Belo Horizonte, v.5, n.1., p.76-88, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/102>. Acesso em 20 out. 2019.

SANTOS, M. N. dos. **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, P. L. V. A. C. Educação continuada à distância do catalogador: uma proposta alternativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, Fortaleza, 2002. **Anais [...]** Fortaleza, UFC/ABC, 2002.

SAYE, J. D. Were Are we and how did we get here? or, the changing place of cataloging in the Library and Information Science Curriculum: causes and consequences. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 34, n. 1-2, p. 119-141, 2002.

SERRA, L. G. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES*, 9., ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2013.

SI, L. The Status Quo and future development of cataloging and classification education in China. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 85-103, 2005. Disponível em: <https://url.gratis/xZcNnh>. Acesso em: out. 2019.

SMIRAGLIA, R. P. Rethinking What We Catalog: Documents as Cultural Artifacts, **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 25-37, 2008. DOI: 10.1300/J104v45n03_04. Acesso em: out. 2019.

SNOW, K.; HOFFMAN, G. What makes an effective cataloging course? a study of the factors that promote learning. **Library Resources & Technical Services**. v. 59, p.187-199, 2015.

SOUZA, F. das C. de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2009.

SUN, D. D.; CARTER, R. C. Introduction. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 1-3, 2005.

SVENONIUS, E. Directions for Research in Indexing, Classification, and Cataloging. **Classification and cataloguing library resources and technical services**, v. 25, p. 1, p. 88-103, jan./mar., 1981.

TILLET, B. B. Seymour Lubetzky's Legacy for Cataloging Rules. *In: American Library Association. Tribute to Seymour Lubetzky Held During Midwinter in San Diego*, 2007. Disponível em: <https://url.gratis/wJrqeV>. Acesso em: 22 jul. 2018.

TILLET, B. B. **What is FRBR?**: A conceptual model for the bibliographic universe. *In: Library of Congress Cataloging Distribution Service*, 2004. Disponível em: <https://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-frbr.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

UCLA. **Information Studies (INF STD). Graduate Courses (99)**. Disponível em: <https://registrar.ucla.edu/academics/course-descriptions?search=INF+STD>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ANEXO A

*Introduction to cataloging at UCLA School of Library Service*INTRODUCTION TO CATALOGING AT UCLA SCHOOL OF LIBRARY SERVICE

(201A - 201B. Introduction to Cataloging and Classification. 3-3. Yr.)

books, manuscripts, microfilm, discs, tapes, etc. -- are representations of ~~the~~ At the UCLA School of Library Service the function of cataloging is regarded as central to all operations and services of a library, and prospective librarians, whatever their special interests and future plans, are expected to acquire a basic comprehension of the various aspects of the subject and of its importance to the other functions of a library. It is to enable them to assist in the development and maintenance of library catalogs and other bibliographic guides, if they should be inclined to do so, or to utilize effectively available catalogs and bibliographies in performing other library services.

The course of cataloging (including descriptive cataloging, subject cataloging, and classification) continues through the fall and spring semesters and is required of all aspiring librarians. It includes lectures and discussions, laboratory periods, and supplementary reading. The lectures and discussions are designed to impart an understanding of the objectives pursued in cataloging, the problems encountered, the methods by which the objectives can be achieved, and the governing ALA rules. Active participation by the class in discussion of questions is encouraged, and the response has been an eager and lively one -- sometimes requiring more time than available. The laboratory periods provide supervised individual practice and experience in meeting, recognizing, and dealing with cataloging problems. And supplemental reading is prescribed to broaden the background of the students and to introduce them to the literature of the subject, including current discussions of cataloging questions of the proposed revision of the ALA cataloging rules.

August, 1961

-2-

Beginning with the basic fact that the materials of a library -- books, manuscripts, microfilms, discs, tapes, etc. -- are representations of men's works, not the works themselves -- media transmitting communications, not the communications themselves -- the class is confronted with the first and basic problem whether the catalog of a library should be constructed as a guide to the materials as such or also to the works represented by them, noting that a given work may be found in a library represented by different materials or different media. This leads, of course, to the problem of the objectives which the catalog is to serve, which in turn leads to the problem of the methods by which the objectives can best be accomplished and, hence, to the discussion and evaluation of the ALA rules and their proposed revision. The various aspects of the problem of cataloging (choice of entry, identification of author, choice of author's name and of form of name, entry of name, identification of work and of edition, etc.) are passed in review, the different requirements of large research and small public libraries are noted, and the importance of appropriate cataloging policies is explained.

Throughout the course -- in the lectures as well as in the laboratory -- the emphasis is on the Why more than on the How, on the fundamentals which underlie all cataloging more than on the detailed rules and practices which may vary from library to library and from time to time, on the reasons beyond more than on the rules of cataloging.

literature of the subject, including current discussions of cataloging questions and of the proposed Seymour Lubetzky cataloging rules.

UCLA School of Library Service

August, 1961
films, discs, tapes, etc.--are representations of men's works, not the works themselves--media transmitting communications, not

ANEXO B

Conteúdo do Curso *Introduction to Cataloging and Classification, 1961*

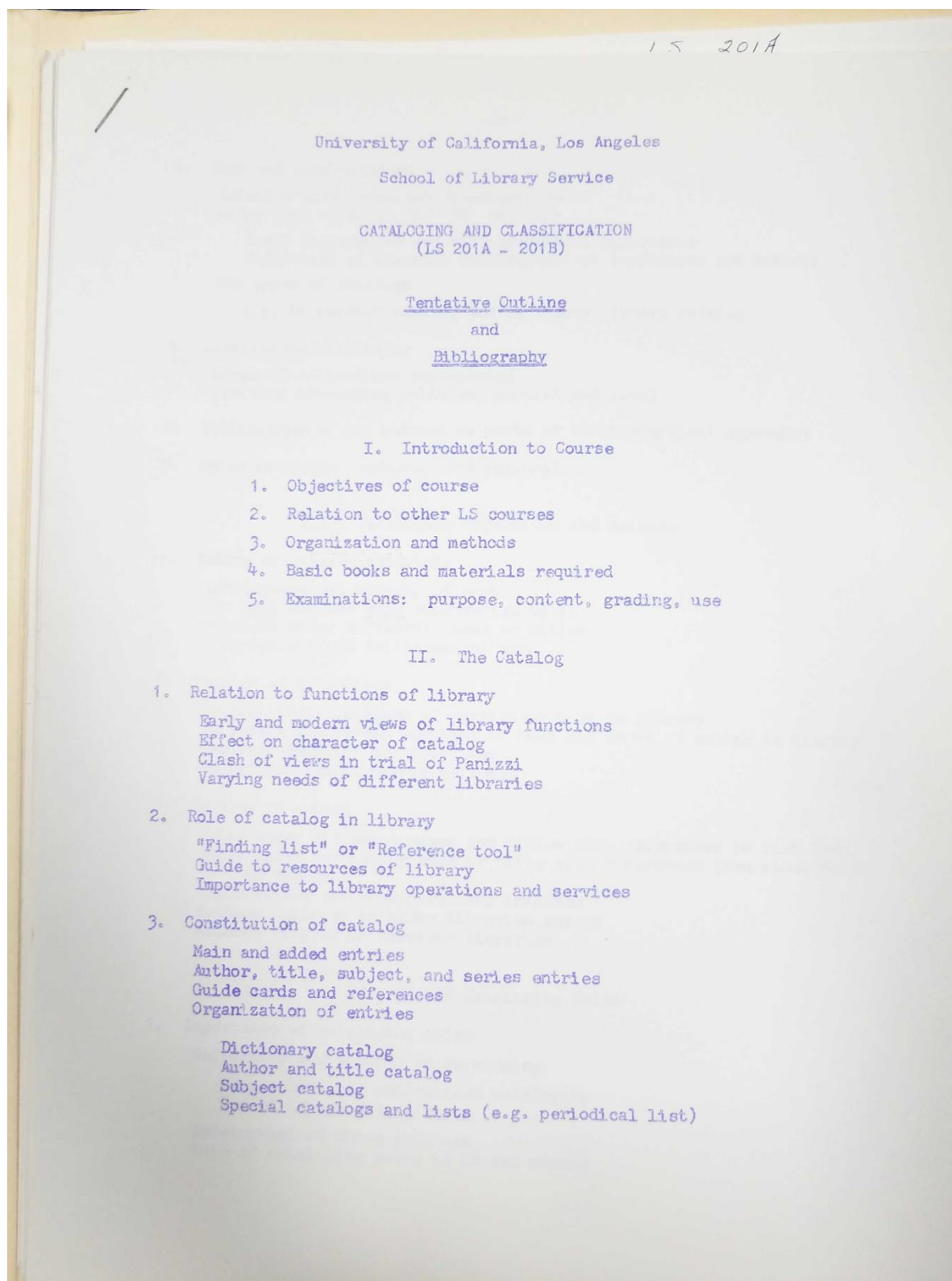
	September 18, 1961
	CATALOGING AND CLASSIFICATION, LS 201A-201B
	<u>Tentative Outline</u>
I.	Introduction
	A. Objectives of the course
	B. Organization and methods
	C. Books and materials required
II.	Library materials and catalogs
	A. Bibliographical anatomy of the book
	B. Representation of the book in the catalog
	1. Main entries
	2. Added entries (subjects, joint authors, editors, translators, titles, series)
	C. Composition of the catalog
III.	Objectives of the catalog
	A. Location of a particular publication
	B. Relating or bringing together the editions of a work and other works of an author
IV.	Problems and principles of cataloging
	A. Entry of a work
	B. Identification of the author (recording in an "authority file")
	C. Entry of the name
	D. Identification of the work
V.	Problems of entry (including ALA rules relating to the following questions; evaluation and criticism of rules; proposals for their revision)
	A. Works of personal authorship
	B. Works of joint authorship
	C. Works of multiple authorship
	D. Works of changing authorship
	E. Works of doubtful authorship
	F. Works of unknown authorship
	G. Works related to previous publications

-2-

VI. Subject Cataloging

- A. Definition of terms
- B. Relation to descriptive cataloging
- C. Functions; relation to bibliographies and indexes
- D. Procedure; integration of headings; tracing
- E. Standard lists of subject headings; Sears and LC
- F. Obsolescence of headings; additions and changes
- G. Structure of headings:
 - 1. Noun: choice of term, language, spelling, singular or plural, qualification where needed
 - 2. Noun and adjective; direct or inverted
 - 3. Compound heading; when and why
 - 4. Phrase as heading
 - 5. Name (of person, corporate body, place or thing) as subject heading
- H. Subdivisions: general and special; when and why
 - 1. Types of subdivision
 - 2. Arrangement: systematic or alphabetical
- I. Duplicate subject entries: when and why
- J. Special lists of subject headings; why and how they differ from general lists
- K. Integration or segregation of subject entries: dictionary or divided catalog
- L. "Information storage and retrieval"

ANEXO C

Conteúdo do Curso *Cataloging and Classification*, 1963

15 2014

-2-

4. Book and card catalogs
 - Relative advantages and disadvantages
 - Major book catalogs (LC, BM, BN, DG)
 - Their differences and bibliographical importance
 - Reflection of changing bibliographical traditions and methods
 - New types of catalogs
 - e.g. LC printed catalog and LA county library catalog.
5. Limitations of catalog
 - Scope of collections represented
 - Limiting cataloging policies: general and local
6. Bibliographies and indexes as parts of bibliographical apparatus
7. Union catalogs: national and regional

III. Cataloging Objectives and Methods

1. Nature of library materials
 - Bibliographical anatomy of book
 - The book and the work represented by it
 - Editions under different names or titles
 - Translations and criticisms of work
2. Problem of objectives
 - To facilitate location of particular book in library
 - To relate and reveal editions of work and works of author in library
 - Implicit conflict of objectives
 - Objectives traditionally followed
3. Problem of method
 - Entry under different names and titles with references to link them
 - Entry under particular name or title with references from other names or titles
 - Implications and considerations involved
 - Methods followed in major libraries abroad
 - Methods favored in American libraries

IV. Use of Cataloging Rules

1. Importance of cataloging rules
 - Uniformity and economy in cataloging
 - Cooperative and centralized cataloging
 - Use of LC and Wilson cards
 - Development of union catalogs
 - Role of cataloging rules in US and abroad

15 2014

-3-

2. Anglo-American, ALA, and other cataloging rules
 - History of Anglo-American and ALA rules
 - Current revision of ALA rules
 - Prussian, Vatican, BM, and other rules
 - International conference on cataloging principles, Paris, 1961
3. Cataloging rules and policies
 - Considerations of economy
 - "Brief" and "Limited" cataloging
 - "No-conflict" policy
 - "Collective" cataloging
 - "Vertical file"
 - Local policies
 - Treatment of local history, local writers, etc.

V. Cataloging Rules and Principles

1. Work of individual personal author
 - Entry of work
 - Identification of author
 - Choice of name
 - Form of name
 - Entry of name
 - Types of names
 - "Authority file"
 - References
 - Criticism of ALA rules and proposed revisions
 - Identification of book and of work
 - LC rules of description (1949)
 - Pre-1949 rules
 - Issues involved in revision of rules of description
 - Underlying principles
 - Relation of editions of work
2. Work of complex or unknown authorship
 - Work of joint authors
 - Composite work
 - Collection
 - Work of changing authorship
 - Serial and series
 - Work of doubtful authorship
 - Work of unknown authorship
 - "Anonymous classics"
 - Criticism of ALA rules and proposed revisions

-5-

9. "Syndetic" relation of subject headings
 See and See also references
 General and specific references
10. Duplicate and multiple subject headings
11. Modification of subject headings in special lists
12. Location of subject entries:
 Dictionary or divided catalog
13. "Information storage and retrieval"
 Objective
 Utilization of technological developments in library services
 Utilization of technological developments in bibliographical services
 Potentialities, problems, and costs

VII. Classification

1. What is "Classification"
2. Objectives of classification
 Provision of systematic arrangement of materials on shelves
 Provision of systematic record of sources of information
 Value of both to user and librarian
3. Relation to subject entries
 How they differ and supplement one another
4. Classified catalogs and lists (BNB, BPR, Booklist)
5. Economic considerations
 Cost of classification and reclassification
 Cost of relative shelving: problem of expansion
 Savings in use and serving of library materials
 Classification and open or closed stacks
6. Systems of classification; notation
 Dewey, LC, other
7. Choice of system (for public, university, college, and special library)
8. Codes of classification rules

VIII. Dewey Decimal Classification

1. Contents: Tables and Index
2. General structure of tables. Notation

-6-

Classes, divisions, sections, etc.
 Mnemonic features
 Table of general "Form Divisions"
 Tables of special divisions
 Technique of "building numbers"
 Criticisms of D.C.

Structural artificialities
 Length of numbers

3. Application of D.C.

"Guide to Use of Dewey Decimal Classification"
 Qualification of length of numbers used
 Treatment of bibliography, fiction, biography, autobiography, memoirs,
 correspondence etc.
 Assignment of subject headings and classification
 Use of Sears list as auxiliary index to D.C.
 Bibliographical aids giving D.C. numbers

4. Editions of D.C.

Additions and changes in successive editions
 Problem of "relocations"
 Care in adopting given D.C. numbers

5. Advantages of D.C. for public library (in U.S.)

System generally used in public libraries
 Use of same system more convenient for reader
 D.C. numbers found in Wilson cards, LC cards, Booklist, BPR, and
 other published aids.

IX. Book Numbers

1. Functions

Arrangement of material within class
 Identification of individual items

2. Order of arrangement within class

3. Methods used

"Cutter numbers" for authors or titles

Fixed and relative Cutter numbers
 Relation of Cutter numbers to entry

Designation of title, edition, translation, criticism, index, etc.
 Arrangement of works of "classical" or "voluminous" author ~~index etc.~~

Use of A1-A5 and Z5-Z9

Location marks

Double Cutter numbers in biography and A-Z subdivisions

-7-

4. Value of book number in shelving, location, and charging of library materials
5. Simplification and omission of book numbers
Considerations involved

X. Shelflist

1. Definition
2. Constitution
 - Type and number of entries
 - Arrangement of entries
 - Notation of copies
 - Union shelflist
3. Uses
 - As aid in classification and shelving
 - As classed catalog. Limitations
 - As aid in surveying and controlling development of library collections
 - As inventory record

XI. L.C. Classification

1. Historical background
2. General outline of system: notation
 - Comparison with D.C.
 - Independence of schedules. Indexes
 - L.C. list of subject headings as general index
3. General pattern of topic development in schedules
4. Methods of subdivision
 - Alphabetical (A-Z) and numerical
 - Comparison with D.C.
5. Examination of tables
 - Multiplicity of tables
 - Purposes, structure, location, and application
 - "Floating tables"
 - Complexity and combination of tables
 - Comparison with D.C.
6. Criticism and defense of L.C. classification
7. Maintenance of L.C. classification
 - Additions and changes. Revisions

-8-

8. L.C. use of relative Cutter numbers
9. Advantages of L.C. classification for college and university libraries

XII. Works of Corporate Authorship

1. Complexity of A.L.A. rules and problems behind them
2. What is a corporate body in cataloging
3. What is collective or corporate responsibility
4. Principle of corporate authorship
 - Acceptance of principle
5. Problems of corporate authorship
 - Determination of corporate responsibility
 - As author, sponsor, or publisher
 - Explicit and implicit responsibility
 - Individual vs. corporate body
 - Identification of corporate body
 - Determination and choice of name
 - Change of names of corporate body
 - Entry of corporate body in catalog
 - Contest of issues: name vs. place
 - Maze of A.L.A. rules
 - Criticism of rules and proposed revisions
 - Treatment of division of corporate body
 - Criteria determining division of corporate body
 - Entry of division of corporate body
 - Entry of work of division
 - Treatment of government publications
 - Names of governments
 - Government agencies
 - Periodicals and serials issued by corporate body
 - Entry of periodicals and serials
 - Change of title
6. Works of corporate authorship at International Conference on Cataloging Principles, Paris, 1961

XIII. Special Materials

(Variation in entry, description, or classification)

1. Manuscripts, published and unpublished

-9-

2. Maps and atlases
3. Microfilms, microcards, and other reproductions
4. Motion pictures and film strips
5. Music and phonorecords
6. Pictorial works, art, and illustrations

XIV. Organization of Cataloging Activities

1. Size of staff and pattern of organization
2. Descriptive and subject cataloging
3. Linguistic and subject specialization
4. Professional, subprofessional, and clerical operations
5. Supervision of cataloging operations
6. Coordination and integration with other processing activities
(acquisition, binding, etc.)
7. Liaison with other library departments

ANEXO D

Conteúdo do Curso 210 – *Descriptive and Bibliographic Cataloging*210. Descriptive and Bibliographic Cataloging

Scope:

Bibliography, Cataloging, Indexing

Development of Anglo-American Cataloging Rules:1841 1908: Panizzi, Jewett, Cutter, Anglo-American
Catalog Rules (1908)

1908-1941: Growth and proliferation of rules

1941-1966: Revision of cataloging rules

1961: International Conference on Cataloging Principles

Analysis of cataloging problem:

Purposes, problems, principles

The book, the work, and the author

Evaluation of Anglo-American Cataloging Rules:

Structure of new code

Critical examination of rules

Differences between American and British editions

Relation of Anglo-American rules to Paris Principles

Automation of catalog:

Problems and potentialities

ANEXO E

Bibliography: Catalogs and Cataloging (General Works)

1967

A

LS201A-201B

Cataloging and Classification

BIBLIOGRAPHY: CATALOGS AND CATALOGING (GENERAL WORKS)

*See also
attached supplement*

- *1. Akers, Susan G. Simple library cataloging. 4th ed. Chicago, 1954.
- *2. Butler, Pierce. The bibliographical function of the library. Journal of cataloging & classification, Mar. 1953. v.9, p.3-11.
3. British Museum. Dept. of Printed Books. Rules for the compilation of the catalogue of printed books in the British Museum The "91 Rules" --photocopies from the catalogue of printed books (Letter A, 1841). (SLS Pam. #33/46)
4. Clapp, Verner W. The future [of cataloging] Library resources & technical services, Fall 1960. v.4, p.285-291.
- *5. Colvin, Laura C. Cataloging sampler; a comparative and interpretive guide. Hamden, Conn. [1963]
- *6. Cutter, Charles A. Rules for a dictionary catalogue. 3d or 4th ed. Washington, 1876, 1891, 1904.
7. Dubester, Henry J. The catalog--a finding list? College and research libraries, Mar. 1957. v.18, p.107-111, 159.
8. Dunkin, Paul S. Criticisms of current cataloging practice. Library quarterly, Oct. 1956. v.26, p.286-302.
9. _____ New-made Mann: a midwinter symposium. Journal of cataloging & classification, July 1955. v.11, p.133-137.
10. Eaton, Thelma. Cataloging and classification; an introductory manual. 3d ed. Champaign, Ill. [1963]
11. Gjelsness, Rudolph. Research in cataloging and classification. Library trends, Oct. 1957. v.6, p.171-186.
- *12. Gt. Brit. Commissioners Appointed to Inquire into the Constitution and Government of the British Museum. Report. London, 1850.
13. Hanson, James C. M. A comparative study of cataloging rules based on the Anglo-American code of 1908, with comments on the rules and on the prospects for a further extension of international agreement and co-operation. Chicago [c1939]
14. Jackson, Sidney L. Catalog use study: director's report. Ed. by Vaclav Mostecky. Chicago, 1958.
15. Jewett, Charles C. On the construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue; and their publication by means of separate, stereotyped titles. With rules and examples. Washington, Smithsonian Institution, 1852. (Smithsonian report, Publication no.47) There is also a 2d ed., 1853.
- *16. Jolley, Leonard. The principles of cataloguing. London, 1960.

- 2 -

17. Joyce, Charles. Cataloging by and for amateurs. Library journal, Feb. 15, 1961. v.86, p.743-746.
18. La Montagne, Leo E. American library classification, with special reference to the Library of Congress. Hamden, Conn., 1961. p. [387] - 416: Sample pages of early American catalogs.
- *19. Lubetzky, Seymour. Cataloging rules and principles; a critique of the A.L.A. rules for entry and a proposed design for their revision. Washington, 1953.
- *20. _____ Development of cataloging rules. Library trends, Oct. 1953. V.2, p.179-186.
- *21. _____ Function of the catalog. College and research libraries, May 1956. v.17, p.213-215.
- *22. _____ Fundamentals of cataloging. In institute on Catalog Code Revision, McGill University, 1960. Working papers. No. 2.
- *23. _____ Panizzi vs. the "finding catalog." Journal of cataloging & classification, July 1956. v.12, p.152-156.
- *24. Mann, Margaret. Introduction to cataloging and the classification of books. 2d ed. Chicago, 1943. p.1-30, 100-117.
25. Norris, D. M. A history of cataloguing and cataloguing methods, 1100-1850: with an introductory survey of ancient times. London, 1939.
26. Osborn, Andrew D. The crisis in cataloging. Library quarterly, Oct. 1941. v.11, p.393-411.
27. Piggott, Mary, ed. Cataloguing principles and practice: an inquiry. London, 1954.
28. Ranganathan, Shiyali R. Headings and canons, comparative study of five catalogue codes. Madras, 1955.
29. Sodarland, Kenneth W. Literature of cataloging and classification. In Illinois. University. Library School. Occasional Papers. No. 58 revised, Apr. 1963.
- *30. Strout, Ruth F. The development of the catalog and cataloging codes. In her Toward a better cataloging code. [Chicago, 1957] Also published in Library quarterly, Oct. 1956. v.26, p.254-275.
31. _____ ed. Library catalogs: changing dimensions. Chicago [1964.] Also published in Library quarterly, Jan. 1964. v.34, p.1-125.
32. Tauber, Maurice F. Cataloging and classification. New Brunswick, N.J., Graduate School of Library Service, Rutgers, State University, 1960. (The State of the library art, v.1, pt.1)
- *33. _____ Technical services in libraries. New York, 1954. p. [3]-21, [109]-149.

- 3 -

34. Thompson, J. W. Ancient libraries. Berkeley, 1940.
35. _____ Library administration and the care of books. In his The medieval library. New York, 1957. p.613-629.
36. Tooth, A. E. Cataloguing rules and practice, further changes at University College, London. Journal of documentation, June 1960. v.16, p.71-79.
37. Ver Nooy, Winifred. The consumer and the catalog. In Randall, William M., ed. The acquisition and cataloging of books. Chicago [c1940] p.310-330.
38. Verona, Eva. Literary unit versus bibliographical unit. Libri, 1959. v.9, p.79-104.
- *39. Wheatley, Henry B. How to catalogue a library. London, 1889. (Esp. Chapter II, The battle of the rules.)
40. Winchell, Constance M. The catalog: full, medium or limited. Journal of cataloging & classification, Oct. 1955. v.11, p.199-206.
41. Witty, Francis J. Pinakes of Callimachus. Library quarterly, Apr. 1958. v.28, p.132-136.
42. Wright, Wyllis E. Full, medium and short. Journal of cataloging & classification, Oct. 1955. v.11, p.196-199.

ANEXO F

Formulário de avaliação do curso (preenchido)

LS 201A
Mr. Lubetzky

COURSE AND FACULTY EVALUATION SHEETS

Student Legislative Council
Committee on Faculty-Student Relations

Semester: Fall ☒ Year 1963-64 Approx. Grade Point Ave. 3.75
Spring _____

Student's major Library Science Year in school Graduate Male _____ Female ☒

EVALUATION OF INSTRUCTOR

1. Does the instructor stimulate intellectual curiosity?
Usually ☒ Sometimes _____ Almost never _____ In what ways?
(If no, how could the instructor add to intellectual stimulation?)
By showing the inadequacy of the present rules for cataloging as well as indicating areas of future work
2. Does the instructor encourage the student to think for himself?
Yes ☒ No _____
If yes, in what ways By showing alternative solutions to problem to appropriate situations
a. Is he available at office hours for consultation and discussion?
Please comment He doesn't seem to be inaccessible
If not, would office hours be of help _____
b. Does he indicate an interest in the student? Yes If not, by what means could the instructor be more effective in this area? _____
3. How does the instructor present subject matter?
Lecture ☒ Discussion ☒ Draws mostly from class participation _____
a. Which do you prefer? Why? In general I prefer the lecture approach with some discussion as the class is a subject area new to most of the persons in it.
b. Would you like to see an increase in any particular method?
A decrease? possibly a slight decrease
4. Which aspect of the instructor's teaching method was most conducive to a good course? The clear explanation of problems.
5. Does the instructor have any mannerisms which detract from the presentation of the material? No
6. Which aspect of the instructor's teaching method was least conducive to a good course? Asking the class obvious questions to illustrate a point which the class required and obvious answer and confusing the class.
7. I think this instructor is: Excellent ☒ Fair _____ Poor _____

EVALUATION OF TEACHING ASSISTANT

1. Does the T.A. stimulate intellectual curiosity? Sometimes.
2. The T.A. is very good at explanations
Is the T.A. a surrogate lecturer, or does he effectively discharge his role as a discussion leader? (please comment, if appropriate.)
The T.A. effectively discharges her role as the lab instructor.
3. Which aspect of the T.A.'s teaching method was most conducive to a good course? The actually laboratory work and problems shed a great deal of light on cataloging problems.
4. Which aspect of the T.A.'s teaching method was least conducive to a good course? Extended discussion of problems done in laboratory
5. I think this T.A. is: Excellent ☒ Fair ☐ Poor ☐.

EVALUATION OF COURSE

1. Considering the University standard for the average student of two hours outside of class for every class hour, do you feel that on the whole the length of the assignments is fair _____
Too long ☒ Too short ☐
Please comment Considering the course is only 3 units and there is one hour of lecture & 2 of lab, I feel there is a lot of reading to do
2. Are the outside readings of sufficient value to merit the time this, however, may be necessary required to read them usually
a. Are there too many to read in relation to the time involved (Considering the period of time spent in class) Yes ☒ No ☐
b. If any readings are not beneficial, specifically indicate which one(s). Why? _____
3. Are course exercises other than examinations (e.g. papers, field trips, etc.) worthwhile and helpful? I found the laboratory work extremely helpful
If the course does not utilize such exercises, would they be helpful as supplements? _____
4. Is there adequate explanation and/or discussion in lecture and/or quiz section for comprehension of the material offered? Yes

5. What is the relationship of the lecture to the course? Does it parrot the textbook or effectively supplement it? The readings supplement and amplify the lecture.
6. Was too much time or emphasis placed on some part of the material? If so, name. No
8. Are examinations: fair ☒ X
 too hard _____
 too easy _____
 tricky (in an unfair manner) _____
 not enough _____
 too many _____ (Check as many as apply)
9. Is the grading: too hard _____
 too easy _____
 just about right ☒ X (check one)
 (On the hard side)
10. Are the Reserve and Reference Room books for this course reasonably ~~easily~~ accessible ☒ X
 unreasonably difficult to get to _____

STUDENT'S SELF-EVALUATION

1. Base interest in subject: great ☒ X
 moderate _____
 indifferent _____
 negative _____
2. Efforts made by student during semester: great ☒ X
 moderate _____
 indifferent _____
 negative _____
3. Change in my orientation to subject during course of semester: great _____
 moderate ☒ X
 indifferent _____
 negative _____
4. Did I make an effort to meet the professor: all the way _____
 (I'm not sure what this question means) part way ☒ X
 not at all _____

Please add any miscellaneous comments which you feel will be helpful to the course I thought that both the lab work and the readings were helpful. The readings usually were interesting and applicable to the problems at hand.